

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM RONDONÓPOLIS- MT: UM ENSAIO  
DE RITMANÁLISE**

**ALINE DE ASSIS PORTELA**

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis-MT: Dezembro / 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM RONDONÓPOLIS- MT: UM ENSAIO  
DE RITMANÁLISE**

Aline de Assis Portela

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Tarifa

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis-MT: Dezembro / 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM RONDONÓPOLIS- MT: UM ENSAIO  
DE RITMANÁLISE**

Aline de Assis Portela



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
Rodovia Rondonópolis-Guaratuba, km 0 (MT-270) - Cep: 7871590-1 - Rondonópolis/MT  
Tel: (66) 3416-9020 - Email: academs\_prog@curitiba.ufmt.br

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO:** "A Produção do Espaço Urbano em Rondonópolis: um ensaio de ritmanálise"

**AUTOR:** Mestranda ALINE DE ASSIS PORTELA

Dissertação defendida e aprovada em 08/12/2016.

**Composição da Banca Examinadora:**

Presidente Banca / Orientador	Doctoral	José Roberto Tardil
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Interno	Doctoral	Jorge Luiz Gomes Monteiro
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Externo	Doctoral	Thaís Votavillo
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Suplente	Doctoral	Nelson Alexandre Pinheiro da
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	

RONDONÓPOLIS, 13/01/2017.

Rondonópolis-MT, 08 de Dezembro de 2016.

## FICHA CATALOGRÁFICA

### Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

P843p Portela, Aline de Assis.  
A produção do espaço urbano em Rondonópolis - MT: um ensaio de ritmanálise / Aline de Assis Portela. -- 2016  
154 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Tarifa.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rondonópolis, 2016.  
Inclui bibliografia.

1. Produção de espaço urbano. 2. Ritmanálise. 3. Teoria da renda da terra urbana. 4. Cotidiano. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**

---

Aline de Assis Portela

*Dedico esta, bem como todas as minhas demais  
conquistas à minha família.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

Em especial agradeço à minha mãe Dulcena, por ser meu porto seguro de todas as horas e por sempre acreditar em mim.

Às minhas filhas Beatriz e Clara, que são as minhas inspirações para sempre prosseguir.

Às minhas irmãs Cristiane e Karine, meu sobrinho Caio e meu pai Nivaldo, pelo apoio e incentivo, e por mesmo distante se fazerem presentes em todas as conquistas da minha vida.

Ao Edgar, pela paciência, pelo incentivo, pela força e principalmente por me fazer sempre acreditar em mim nos momentos de dificuldade.

Às minhas amigas Mara Regina e Elysangela pelos nossos cafés de todos os dias, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas, muito obrigada.

Ao meu colega Leonil Júnior, do Núcleo de Geoprocessamento da Prefeitura, pela paciência e apoio incansável na elaboração dos mapeamentos.

Aos meus colegas da Escola Joaquim Nunes Rocha pelo apoio, e em especial agradeço às minhas amigas que levarei pela vida Lúcia e Bel.

Aos meus colegas do Departamento de Averbação e Cartografia da Prefeitura Municipal de Rondonópolis, e em especial ao Secretário Municipal de Habitação e Urbanismo, sr. Roberto Carlos Correia de Carvalho, pela compreensão e apoio.

Ao professor Dr José Roberto Tarifa, pelas orientações, conhecimento compartilhado e confiança na realização deste trabalho.

Ao professor Prof. Dr. Jorge Luiz Gomes Monteiro, por seus ensinamentos, e confiança ainda quando para mim o mestrado era um projeto para o futuro. É um prazer tê-lo na banca examinadora.

Aos colegas da turma de mestrado 2015: Reuber, Taise, Márcia e Regina pela amizade e companheirismo, e em especial ao Edmilson pela companhia nos momentos de dificuldade, pelas risadas e conhecimentos compartilhados.

A todos (as) que direta ou indiretamente me ajudaram.

Muito Obrigada!!

## EPÍGRAFE

### Igual-Desigual

Eu desconfiava:  
Todas as histórias em quadrinho são iguais.  
Todos os filmes norte-americanos são iguais.  
Todos os filmes de todos os países são iguais.  
Todos os *best-sellers* são iguais  
Todos os campeonatos nacionais e internacionais de futebol são  
iguais.  
Todos os partidos políticos  
são iguais.  
Todas as mulheres que andam na moda  
são iguais.  
Todos os sonetos, gazéis, virelais, sextinas e rondós são iguais  
e todos, todos  
os poemas em verso livre são enfadonhamente iguais.

Todas as guerras do mundo são iguais.  
Todas as fomes são iguais.  
Todos os amores, iguais iguais iguais.  
Iguais todos os rompimentos.  
A morte é igualíssima.  
Todas as criações da natureza são iguais.  
Todas as acções, cruéis, piedosas ou indiferentes, são iguais.  
Contudo, o homem não é igual a nenhum outro homem, bicho ou  
[coisa.

Ninguém é igual a ninguém.  
Todo o ser humano é um estranho  
ímpar.

*Carlos Drummond de Andrade, in 'A Paixão Medida'*

## RESUMO

Esta pesquisa estudou, na perspectiva do entendimento dos ritmos vivenciados pelos indivíduos, as práticas de produção urbana em Rondonópolis (MT). A proposta metodológica desenvolvida fundamentou-se na perspectiva da ritmanálise, que considera a compreensão dos ritmos como um possível caminho para o entendimento da produção do espaço geográfico, pois é capaz de desvendar de forma mais objetiva (teórico-prática), a lógica dos processos naturais e socioeconômicos (histórico-genéticos) que são na maioria das vezes tratados isoladamente. Desta forma, a lógica dialética é a base interpretativa desta investigação, pois permite a apreensão de conhecimento mais próxima da realidade vivenciada pelos indivíduos. A pesquisa foi baseada em análises quantitativas e qualitativas, o que oportunizou a geração de um mapa sobre uso e produção do espaço da cidade baseado em características socioeconômicas e ambientais. A análise dos resultados foi desenvolvida a partir do método *regressivo-progressivo* em três momentos, que inicia do presente – primeiro momento; volta ao passado para recortar acontecimentos que procederam e elucidam o presente - segundo momento; e posteriormente faz o movimento inverso, retornando ao momento atual, para buscar o entendimento de um presente compreendido e explicado – terceiro momento. Acreditamos ser este um dos caminhos possíveis para o entendimento dos acontecimentos da atualidade de forma compreendida e explicada. É importante ainda ressaltar a importância do enfoque metodológico da pesquisa para os estudos da ciência geográfica, já que apresentam um novo olhar sobre a complexidade da vida cotidiana do espaço urbano, ao integrar o método de análise progressivo-regressivo aos princípios da ritmanálise. Os resultados nos permitiram compreender dialeticamente, as persistências/continuidades, as transformações, a coexistência do novo e do velho e principalmente o movimento da totalidade com suas semelhanças e diferenças existentes no espaço urbano da cidade de Rondonópolis (MT).

**Palavras-chave:** Produção do Espaço Urbano; Ritmanálise; Teoria da Renda da Terra Urbana; Cotidiano.



## ABSTRACT

This research studied, from the perspective of understanding the rhythms experienced by individuals, the urban production practices in Rondonópolis (MT). The methodological proposal developed was based on the perspective of the rhythmic analysis, which considers the understanding of the rhythms as a possible way for the understanding of the production of the geographical space, since it is able to unveil in a more objective (theoretical-practical), the logic of the natural processes and socioeconomic (historical-genetic) that are most often treated in isolation. In this way, the dialectical logic is the interpretative base of this investigation, because it allows the apprehension of knowledge closer to the reality experienced by individuals. The research was based on quantitative and qualitative analyzes, which allowed the generation of a map about the use and production of the city space based on socioeconomic and environmental characteristics. The analysis of the results was developed from the *regressive-progressive* method in three moments, which start from the present - first moment; return to the past to cut out events that have proceeded and elucidate the present - second moment; and then makes the reverse movement, returning to the present moment, to seek the understanding of a present understood and explained - third moment. We believe that this is one of the possible ways to comprehend current events in an understood and explained way. It is also important to emphasize the importance of the methodological approach of the research to the studies of geographic science, since they present a new look at the complexity of the daily life of the urban space, when integrating the method of progressive-regressive analysis to the principles of rhythmic analysis. The results allowed us to comprehend dialectically, the persistencies/continuities, the transformations, the coexistence of the new and the old, and especially the movement of totality with their similarities and differences existent in the urban space of the city of Rondonópolis (MT).

**Keywords:** Urban Space Production; Rhythmic Analysis; Theory of Urban Land Income; Quotidian.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	XII
LISTA DE QUADROS .....	XIII
LISTA DE CARTOGRAMAS .....	XIV
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	XV
LISTA DE FOTOS .....	XVI
1- INTRODUÇÃO .....	01
2- ÁREA DE ESTUDO .....	05
3- REFERENCIAL TEÓRICO .....	08
4- METODOLOGIA .....	21
5- RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	28
5.1- OS RITMOS URBANOS DO COTIDIANO ATUAL (2016) .....	30
5.1.1- A cidade .....	30
5.1.2- As classes sociais .....	42
5.1.3- Os serviços públicos .....	43
5.2- OS RITMOS ANALÍTICO-REGRESSIVOS (1902- 2016) DA CIDADE DE RONDONÓPOLIS (MT) .....	46
5.2.1- O sítio natural .....	47
5.2.2- A história social e os processos de apropriação .....	53
5.2.3- A produção do espaço urbano, os ritmos políticos e a ação do Estado .....	59
5.3- OS RITMOS HISTÓRICO- GENÉTICOS- UM PRESENTE COMPREENDIDO E EXPLICADO .....	72
5.3.1- A apropriação dos espaços públicos - Áreas Verdes e APPs .....	73
5.3.2- O cotidiano das populações ribeirinhas: cheias, vazantes, misérias .....	78
5.3.3- A coexistência do novo e antigo no espaço urbano .....	91
5.3.4- Os novos fragmentos espaciais .....	98
5.3.5- O uso do solo e a produção do espaço urbano de Rondonópolis (2016) .....	102
6- CONCLUSÕES .....	107
REFERÊNCIAS .....	111

APÊNDICES .....	115
GLOSSÁRIO .....	136

## LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1- Localização do Município no Estado de Mato Grosso .....	05
Figura 5.1- Rondonópolis: Uso e Cobertura Vegetal .....	32
Figura 5.2- Perímetro urbano e Localização da ALL .....	33
Figura 5.3- Produto Interno Bruto de Rondonópolis (2012) .....	35
Figura 5.4- As regiões Geográficas Rondonópolis .....	37
Figura 5.5- Os Imóveis Territoriais (2016) .....	41
Figura 5.6- Rondonópolis: Ruas Pavimentadas .....	44
Figura 5.7- Rondonópolis: Esboço Morfológico .....	50
Figura 5.8- Rondonópolis: A população total .....	57
Figura 5.9- Rondonópolis: A população Urbana e Rural .....	60
Figura 5.10- O uso do solo década 80 .....	66
Figura 5.11- O Macrozoneamento Urbano e Ambiental (2006).....	69
Figura 5.12- Os vazios urbanos e as áreas de expansão (2016) .....	71
Figura 5.13- As áreas de preservação ambiental .....	74

## LISTA DE QUADROS

Quadro 4.1- Os roteiros e trechos do trabalho de campo .....	26
Quadro 5.1- Quadro Síntese dos Loteamentos .....	117
Quadro 5.2- Os estabelecimentos de Saúde 2016 .....	46
Quadro 5.3- O ritmo da industrialização em Rondonópolis .....	58

## LISTA DE FOTOS

Foto 5.1- Córrego Piscina (Ponte Jardim Alvorada) .....	52
Foto 5.2 - Jardim Vera Cruz – Córrego Canivete .....	75
Foto 5.3- Jardim Vera Cruz – Córrego Canivete .....	75
Foto 5.4 - Córrego Canivete – Jd. Assunção II Parte .....	76
Foto 5.5 - Córrego Canivete – Jd. Assunção II Parte .....	77
Foto 5.6 - Córrego Canivete – Jd. Assunção II Parte .....	77
Foto 5.7 - Córrego Canivete – Jd. Assunção II Parte .....	78
Foto 5.8- Jd. Tropical – Córrego Canivete .....	80
Foto 5.9- Jd. Tropical – Córrego Canivete .....	80
Foto 5.10- Córrego Patrimônio – Região Central .....	81
Foto 5.11- Córrego Patrimônio – Região Central .....	82
Fotos 5.12- Córrego Patrimônio – Loteamento Alves .....	83
Fotos 5.13- Córrego Patrimônio – Loteamento Alves .....	83
Foto 5.14- Córrego Bambu .....	84
Foto 5.15- Córrego Bambu .....	84
Foto 5.16- Córrego Bambu .....	85
Foto 5.17- Vila Canaã .....	86
Foto 5.18- Vila Canaã .....	86
Foto 5.19 - Jardim Oliveira – Ribeirão Arareau .....	87
Foto 5.20- Jardim dos Pioneiros .....	88
Foto 5.21- Ribeirão Arareau, Rua Luiz P. Santana .....	89
Foto 5.22- Ribeirão Arareau, Rua Luiz P. Santana .....	90
Foto 5.23- Chácaras Globo Recreio .....	92
Foto 5.24- Micro Distrito da Vila Operária .....	92
Foto 5.25- Jardim Brasília, na Av. Marechal Rondon .....	94
Foto 5.26- Jardim Brasília, na Av. Marechal Rondon .....	94
Foto 5.27- Jardim Brasília, final da Av. Mario B. Costa .....	95
Foto 5.28- Ribeirão Arareau - Residencial São José .....	96
Foto 5.29- Ribeirão Arareau - Jardim Santa Laura .....	96
Foto 5.30- Córrego Escondidinho- Jardim Tancredo Neves .....	97

Foto 5.31- Jardim Rui Barbosa .....	98
Foto 5.32- Loteamento Boulevard do Cerrado .....	99
Foto 5.33- Loteamento Boulevard do Cerrado .....	99
Foto 5.34- Na área do Loteamento Rosa Bororo .....	100
Foto 5.34- Residencial João Moraes .....	101

## LISTA DE CARTOGRAMAS

Prancha 4.1: Pontos de coleta de dados em campo .....	Apêndices
Prancha 5.1- Os limites e as referências territoriais- 2012 .....	Apêndices
Prancha 5.2- O levantamento aerofotogramétrico de Rondonópolis – 2014 .....	Apêndices
Prancha 5.3- A distribuição da população por bairro- 2010 .....	Apêndices
Prancha 5.4- A renda familiar por bairro em Rondonópolis – 2010 .....	Apêndices
Prancha 5.5: Localização das unidades de saúde, educação e vias de acesso (2016).....	Apêndices
Prancha 5.6- Os ritmos “naturais” do sítio urbano de Rondonópolis (MT) .....	Apêndices
Prancha 5.7- O surgimento dos loteamentos .....	Apêndices
Prancha 5.8- O uso do solo e a produção do espaço urbano de Rondonópolis (2016).....	Apêndices



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALL - América Latina Logística

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EXPOSUL - Exposição Agropecuária da Região Sul de Mato Grosso

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INDEA-MT - Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

MPE – Ministério Público Estadual

MT - Mato Grosso

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento (Governo Federal)

PIB - Produto Interno Bruto

PMR - Prefeitura Municipal de Rondonópolis

PRODEAGRO - Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso

Programa MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida (Governo Federal)

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SIG – Sistemas de Informações Geográficas

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

# 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo interpretar, a partir da integração da investigação metodológica e os princípios da realidade vivenciada pelos indivíduos, as práticas de produção urbana do (no) contexto específico da cidade de Rondonópolis- MT.

A pesquisa foi orientada pela perspectiva da ritmanálise<sup>1</sup>, que compreende uma noção de totalidade aberta e movente (totalidade relacionada à sociedade-natureza-espaço) e da implicação do trabalho de campo (obtenção de dados primários) para os mapeamentos e o conhecimento da prática urbana, que são os pontos fortes que atestam a contribuição desta dissertação.

Apoiados nas teorias de Lefebvre (1992), entendemos ser a ritmanálise uma ferramenta de análise que nos possibilita compreender os processos de produção do espaço urbano numa ótica de transformação, de metamorfose. O autor resgata, neste sentido, o princípio da teoria marxista que enfatiza o homem como sujeito de sua própria história e questiona a vida cotidiana moderna a partir das análises do espaço-tempo e capital-trabalho.

Desta forma, a lógica dialética é a base interpretativa desta análise, pois permitiu a apreensão de conhecimento mais próxima da realidade vivenciada. Os conflitos existentes na realidade se apresentam como um caminho favorável, para conhecer as práticas sociais dominantes em sociedade e o movimento refletido em cada espaço urbano, vividos através dos ritmos e da dialética presentes no tempo e nas relações estabelecidas entre homem-natureza e o espaço produzido como mercadoria.

Neste contexto, buscou-se entender a dinâmica de produção do espaço urbano e social da cidade de Rondonópolis – MT, a partir do conhecimento real (empírico) das características de uso do solo urbano e de uma análise cartográfica (quantitativa).

A problemática do trabalho foi construída de forma a articular as dimensões do conhecimento geográfico-natural, ambiental, urbana e da representação cartográfica, dimensões muitas vezes pouco integradas ou desintegradas nos estudos da geografia, quanto aos planos da teoria e da realidade.

Nesta perspectiva, a contribuição principal deste trabalho de pesquisa é compreender o processo de produção do solo urbano a partir da relação socioeconômica e ambiental que se estabelece entre os diversos usos dos espaços constituídos e do cotidiano.

---

<sup>1</sup> LEFEBVRE, 1992

O cotidiano é a base a partir da qual o modo de produção se afirma quando engendra um determinado espaço e tempo social, assim, o modo de produção se realiza no cotidiano e este é produto daquele. <sup>2</sup>

Ao considerarmos o espaço como lugar de transformação do cotidiano, entende-se que a partir das transformações ocasionadas pelos processos históricos, culturais e econômicos, as cidades tornaram-se espaços para os novos estilos de vida, o que justifica a nossa análise do espaço urbano enquanto mercadoria e fruto do modo de produção capitalista.

Segundo Sposito (2005), as relações que promovem essas transformações na cidade incitam a pesquisá-la e entendê-la hoje, pois a investigação é estimulada quando percebemos a urbe como um espaço inconstante, que articula e se modifica conforme a atuação dos diferentes agentes sociais que a compõem. Assim, “o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos”.

Em nossas análises, considera-se a importância dos processos de urbanização e industrialização, que condicionam tudo que se define em termos de produção e apropriação dos espaços urbanos e rurais. Neste contexto é fundamental o entendimento dos ritmos sociais (pessoas, corpos, organizações sociais econômicas capitalistas), a Teoria da Renda da Terra Urbana (especulação imobiliária) e especialmente a Teoria da Alienação (Lefebvre) para que possamos entender a produção do espaço a partir da crítica à vida cotidiana.

A partir deste pressuposto, compreende-se que a forma como o espaço urbano de Rondonópolis está estruturado é produto e resultado de um processo histórico, político, social que modelou a cidade e produziu características singulares perceptíveis hoje em dia.

Fato este, que vem validar e ressaltar o papel preponderante que Rondonópolis desempenha na rede urbana que está inserida e configura-se, atualmente, como uma das cidades mais importantes do sudeste mato-grossense, justamente pela variedade de funções que oferece em relação às diversas cidades em seu entorno, o que justifica a proposta de análise histórico-genética.

Embora existam importantes estudos desenvolvidos em nível de graduação, mestrado e doutorado sobre a cidade de Rondonópolis – MT, que serviram como fonte de dados para esta dissertação, em nível local, destacam-se alguns trabalhos realizados como de Júlio César Suzuki “*Do Rural ao Urbano: a gênese da cidade de Rondonópolis –MT*” (1996), Antonia Marília Medeiros Nardes “*Rondonópolis – MT: sua espacialidade reconstruída*” (1997), José Vieira

---

<sup>2</sup> CARLOS (2007)

Neto “*A Urbanização e a Problemática Ambiental no Centro Oeste do Brasil: O Caso de Rondonópolis – MT*” (2000), Sérgio Sebastião Negri “*Modernização Agrícola e Reorganização do Espaço Agrário na Meso Região Sudeste de Mato Grosso*” (2001), Jorge Luiz Gomes Monteiro “*Mudanças Espaciais Induzidas pelo Progresso Técnico: a realidade da agricultura matogrossense*” (2004), José Adolfo Iriam Sturza “*Lugar e o Não-Lugar em Rondonópolis – MT: um estudo de cognição ambiental*” (2005), Silvio Moisés Negri “*O processo de segregação sócio-espacial no contexto do desenvolvimento econômico da cidade de Rondonópolis*” (2008) e Mirian Terezinha Demamann “*Rondonópolis-MT: campo, cidade e centralidades*”( 2011), cabe ressaltar que não encontrou-se trabalhos onde foram abordados como proposta metodológica a vinculação dos conceitos de ritmo e produção do espaço, sendo este possivelmente o primeiro estudo local sobre o tema.

É importante ainda ressaltar a relevância do enfoque metodológico da pesquisa para os estudos da ciência geográfica, já que apresenta um novo olhar sobre a complexidade da vida cotidiana do espaço urbano de Rondonópolis, ao integrar o método de análise progressivo-regressivo aos princípios da ritmanálise.

A pesquisa trouxe ainda a possibilidade de testar hipóteses com base nos processos histórico-genéticos, que ainda não foram estudadas em Rondonópolis (MT). Cabe-nos estabelecer e elencar algumas hipóteses iniciais, tais como:

- I- Entender a produção do espaço urbano a partir da lógica capitalista de produção.
- II- Experimentar uma metodologia de ritmanálise aplicada à produção do espaço urbano.
- III- Analisar contradições do espaço urbano da cidade de Rondonópolis a partir da fragmentação das práticas socioespaciais e territoriais, repetição e diferença que ocorrem no tempo e espaço.
- IV- “Repensar a possibilidade de ligação entre os fenômenos naturais e os fenômenos humanos, integrados numa dialética das durações (temporal), mediados pela ritmanálise.” (TARIFA) [...]
- V- Demonstrar que as Zonas de Uso instituídas pelo Plano Diretor Municipal de 2006 não se adequam de forma a atender as necessidades da atual realidade de expansão do espaço urbano.
- VI- Compreender o processo de produção do espaço urbano de Rondonópolis a partir do método de análise regressivo-progressivo.

Para desenvolver a temática em análise e testar as hipóteses acima estruturou-se o trabalho da seguinte maneira:

No Capítulo 2 - *Área de Estudo* desenvolveu-se uma apresentação sucinta do universo de análise da pesquisa: Rondonópolis e suas espacialidades, onde foram apresentados dados quantitativos da cidade, localização territorial e posição geopolítica.

No Capítulo 3 - *Referencial Teórico* constou a revisão de literatura onde se apresentou o *Estado da Arte* da pesquisa, os métodos e as categorias utilizadas para a análise.

No Capítulo 4 - *Metodologia* apresentou-se a perspectiva da ritmanálise como proposta metodológica de trabalho e os procedimentos metodológicos que foram aplicados para se alcançar os objetivos propostos.

No Capítulo 5 - *Resultados e Discussão*, parte mais consistente do trabalho, apresentaram-se os resultados quantitativos e qualitativos obtidos, a análise e discussão dos mesmos. Para testar as hipóteses e analisar os resultados, utilizamos uma metodologia proposta por Lefebvre (1978), que a partir da sua interpretação sobre dialética criou um procedimento específico para analisar a realidade social.

Este seria o método *regressivo-progressivo*, que se inicia no presente e volta ao passado para recortar acontecimentos que procederam e elucidam o momento atual e posteriormente faz o movimento inverso. No trabalho estes três momentos são descritos sob subtítulos: 5.1- Os ritmos urbanos do cotidiano atual (2016), 5.2- Os ritmos analítico- regressivo (1902-2016) da cidade de Rondonópolis (MT) e 5.3- Os ritmos histórico- genético presente compreendido e explicado.

No capítulo 6 – *Conclusões* apresentou-se a síntese interpretativa dos resultados e discussões desenvolvidas.

Cabe ainda, ressaltar que se optou por apresentar na parte final do trabalho um breve Glossário de Termos referentes ao espaço urbano e urbanização a fim de facilitar a compreensão de alguns conceitos que foram utilizados ao longo do texto.

Desta forma, buscou-se estudar e repensar o espaço urbano de Rondonópolis dentro de uma nova perspectiva, em termos de conhecimento da realidade, métodos e técnicas.

A pesquisa possibilitou a compreensão dos processos de uso e produção do solo urbano, as relações socioeconômicas e ambientais que se estabelecem entre os diversos usos dos espaços constituídos no perímetro urbano da cidade.

## 2 ÁREA DE ESTUDO

O universo de análise deste estudo é a cidade de Rondonópolis-MT e suas espacialidades (territorialidades). A operacionalização/materialização da pesquisa dessa totalidade dialética que é Rondonópolis foi feita em uma escala qualitativa de análise dos lugares, das práticas socioespaciais, do cotidiano.

Rondonópolis localiza-se na região sudeste do Estado de Mato Grosso (Figura 2.1), a latitude 16°28'15" sul e longitude 54°38'08" oeste, distante 215 km da capital Cuiabá. Limita-se a norte, com os municípios de Juscimeira e Poxoréo; a sul, com os municípios de Itiquira e Pedra Preta; a leste, com os municípios de Poxoréo e São José do Povo; e a oeste com o município de Santo Antônio do Leverger.

Representando cerca de 0,48% da área total do estado, com uma área de 4.159,122 Km<sup>2</sup>, sendo 304 Km<sup>2</sup> de zona urbana e 3.855.122 Km<sup>2</sup> de zona rural (IBGE, 2010), conforme figura 2.1.



Figura 2.1- Localização do Município de Rondonópolis (MT)  
Org.: PORTELA, A. A. (2016)

A cidade encontra-se à borda norte do Pantanal, em um planalto rebaixado no encontro dos rios Vermelho e Arareau, conforme podemos observar no detalhe da Figura 2.1.

Rondonópolis situa-se em uma importante localização geográfica, no entroncamento das Rodovias BR-163 e BR-364, que é a ligação entre as regiões norte e sul do país. São estas vias que escoam a maior parte da produção agrícola e industrial para os grandes centros metropolitanos e portos do Brasil.

A cidade foi fundada em 10 de agosto de 1915 e conquistou a emancipação político-administrativa através da Lei Estadual 666 publicada em 10 de dezembro de 1953. O crescimento urbano de Rondonópolis efetivou-se a partir dos anos de 1970, com a Política Nacional de Expansão das Fronteiras Agrícolas.

Em relação à posição geopolítica, o espaço urbano de Rondonópolis foi visto como de importância nacional com a instalação, durante o governo militar, do DNER (Departamento Nacional de Estrada e Rodagem), a vinda do 18º GAC (18º Grupo de Artilharia e Campanha) inaugurado com objetivo de salvaguardar a região, a ponte sobre o Rio Vermelho na BR 163/364, do posto da Patrulha Rodoviária Federal (PRF); e regionalmente com a criação em março de 1976, do Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR), precursor do atual campus da UFMT, que funcionou inicialmente na atual Escola Estadual Joaquim Nunes Rocha.

O município atualmente possui uma população estimada de 218.899 habitantes, terceira cidade mais populosa do Estado (IBGE, 2016)<sup>3</sup>. Além das considerações demográficas de classificação, analisando a rede e a hierarquia de cidades mato-grossenses, Rondonópolis desempenha relevante papel entre as cidades da região sudeste do estado.

Relevância esta que vai além do papel de intermediação, em sua rede/hierarquia urbana, já que a cidade apresenta-se como um importante polo (em saúde, educação, transporte, qualificação de mão-de-obra) que atende mais de 18 municípios e cerca de 500 mil habitantes. O município tem a segunda maior economia do Estado de Mato Grosso e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,75, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico (2010).

A princípio, o processo de urbanização partiu do povoamento da área central da cidade (atualmente bairro Centro A). Durante as décadas de 1960 e 1970, a forma do tecido urbano foi sendo alterada a partir da criação de novos loteamentos de iniciativa particular, desmembramento de fazendas que deu origem a bairros hoje conhecidos como Vila Marinópolis (1961), Jardim Pindorama (1962), Loteamento Cellos (1963), Loteamento Alves (1968), Vila

---

<sup>3</sup> Segundo Estimativa População 2016

Birigui (1968); loteamento Jacob (1970), Jardim Paulista (1971), Bairro Santa Cruz (1972), Jardim Ipanema (1973), Jardim Lourdes (1973), Vila Goulart (1974) e conjuntos habitacionais, expandindo a área loteada e, ao mesmo tempo, demonstrando as contradições no espaço urbano, já que todo esse processo de expansão urbana se deu de forma aleatória e como consideram alguns autores, sem o devido “planejamento”.

Precisamos considerar que o problema não é a ausência de planejamento, e sim, um reflexo do modelo excludente de planejamento adotado pelas cidades, que ao concentrar investimentos públicos e infraestrutura em áreas de classe média e alta, prejudicam a população menos favorecida, como atualmente acontece não só de Rondonópolis, mas na maioria das cidades brasileiras.

Para a análise do objeto de estudo, desenvolvemos procedimentos que partem da tentativa de criar uma relação entre a teoria e a prática, que vai além da compreensão aparente dos fenômenos.



### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento do trabalho, utilizamos métodos de análise que consideramos relevantes para o entendimento da realidade constituída, que partem das hipóteses e investigações das contradições como guias orientadores. Considera-se que, a dialética busca um entendimento que nasce da própria realidade, o que proporciona um novo olhar sobre o mundo e as práticas sociais<sup>4</sup>.

A lógica dialética é a base interpretativa desta investigação, pois oportuniza um conhecimento concreto do movimento real, a partir da consciência da existência de diferenças no espaço e no tempo. Assim, ao olhar o mundo, o espaço e as práticas sociais sob essa retórica podemos chegar ao entendimento e conhecimento que nasce da realidade constituída.

Neste sentido, o confronto com a realidade é um caminho favorável para conhecer, reconhecer as práticas sociais estabelecidas em sociedade, o movimento refletido em cada espaço urbano nos mostra o ritmo e a dialética presentes no tempo e nas relações estabelecidas entre homem-natureza.

Como fundamentos teóricos, as categorias de análise estão vinculadas às possíveis explicações sobre a produção do espaço urbano, cotidiano e teoria da renda da terra urbana que se articulam aos princípios da ritmanálise para promover um entendimento sobre o vivido e o percebido em sociedade.

Assim, para analisarmos e compreendermos o espaço social através da ritmanálise, precisamos trabalhar com a totalidade, as interações (físicas, biológicas e sociais) e as constantes transformações de um determinado lugar.

O conceito de ritmo tem origem antiga, surgiu nos dicionários formalmente a partir do século XIII (Rythme, 1370, Le petit, ROBERT) sendo entendido como a distribuição de uma duração em uma sequência de intervalos regulares.<sup>5</sup>

No contexto das análises urbanas, o ritmo nos possibilita uma amplitude e universalidade dos fenômenos nos quais o tempo e a vida coexistem, já que igualmente ao espaço, mesmo apresentando uma fixidez aparente, é ao mesmo tempo movimento, fluxo, processo e relações; eles se movem no tempo e no espaço.

---

<sup>4</sup> TARIFA, 2002

<sup>5</sup> TARIFA *apud*...

A partir destas mudanças espaciais e temporais, as diferenças e igualdades acabam surgindo, sendo mudadas pelos fatores e categorias de controle de ordem quantitativa e qualitativa. Esta percepção do tempo em sua totalidade faz parte e é característica da consciência humana, o que enfatiza a relação existente entre totalidade e reconhecimento da vida cotidiana.

Os homens (homens e mulheres) percebem as mudanças impostas a partir do caráter repetitivo dos fenômenos em seu ambiente vivido, reproduzido no tempo e no espaço, principalmente nas sociedades modernas (industriais e urbanas), especialmente, após a Revolução Industrial.

Desta forma, o ritmo é resultante de várias inter-relações onde a repetição (linear ou cíclica) resolve, em parte, a trama entre os tempos cósmicos dos corpos ou os ritmos lineares da sociedade. Os ritmos, portanto, são unicidade ou multiplicidade, repetitivos, iguais e ao mesmo tempo diferentes. Neste contexto, o espaço( enquanto relação de grandeza) contém dialeticamente o tempo ( enquanto ação social que se dá no tempo), mas é o tempo (cronológico), que constrói ou destrói o espaço.

Assim sendo, para se compreender o ritmo no tempo e no espaço, torna-se necessário diferenciar o tempo linear e do cíclico. O linear resulta da prática social e das atividades humanas, deve ser entendido como o coração das organizações socioeconômicas ligadas à urbanização e industrialização. É aquele que pode contar-se ao longo de uma trajetória e tende progressivamente a substituir ou interagir com os tempos cíclicos e coexistir no espaço.

O ritmo linear pode ser contínuo e descontínuo, podendo fragmentar-se em termos parciais e se tornar descontínuos, como podemos observar ao analisarmos os espaços urbanos. Já o ritmo cíclico tem um período e um novo início.

Os ritmos cíclicos e os lineares remetem a diferentes usos dos tempos sociais, mas é importante considerarmos que de nenhuma maneira eles se opõem um ao outro, e sim, possuem um sentido de generalidade. Lefebvre (1979) confirma esta afirmação ao enfatizar que “o tempo e o espaço, o cíclico e o linear tem essa ação recíproca...tudo é repetição cíclica através de repetições lineares”.

Lefebvre (1992, *in* TARIFA, 2002), utiliza o termo euritmia para mostrar as relações entre os ritmos sociais (modernos) ligados à produção capitalista do espaço. Tarifa (2001) sugere ainda, que um dos caminhos possíveis para se compreender o espaço geográfico pode ser o da ritmanálise, onde, através da apreensão e o entendimento de todos os ritmos, aponta uma teoria e um método capaz de desvendar de forma mais objetiva (teórico-prática) a lógica

dos processos naturais e a lógica dos processos socioeconômicos que, na maioria das vezes, são tratados de forma isolada.

A evolução do conceito de ritmo e da ritmanálise de Lefebvre transparece em várias de suas obras, desde a primeira redação do que chamava de um Tratado do Materialismo Dialético (1946), e que, no Brasil, acabou publicado em 1975 com o título *Lógica Formal e Lógica Dialética*, até várias passagens na *Crítica à Vida Cotidiana II* (LEFEBVRE, 1961) na *Produção do Espaço* (1991), e finalmente numa síntese denominada *Elementos de Ritmanálise: Introdução ao Conhecimento dos Ritmos* (1992). Dentro destas obras fica clara a inserção (além dos ritmos físico-biológicos) dos ritmos determinados pelas organizações sociais e econômicas, dentro de uma produção capitalista do espaço. Em sua própria definição, a ritmanálise (LEFEBVRE, 1992) “inscreve-se deliberadamente numa crítica de esquerda de seu lado”, citando Marx, insiste sobre a transformação da natureza pelo trabalho humano, pelas técnicas e invenções, pelo trabalho penoso (duro) e pela consciência. Nisto, ele (Marx) também descobre os ritmos.<sup>6</sup>

Assim, a Ritmanálise, definida como método, persegue o trabalho milenar de entender as polirritmias dos corpos (respiração, circulação, desejo, sono, alimentação) e do espaço (físico, biológico, humano e social), de modo sistemático, agrupando práticas diversas, de saberes diferentes: medicina, história, climatologia, cosmologia, dendrocronologia, poesia, música, sociologia, psicologia e geografia.<sup>7</sup>

Esta noção de ritmo e ritmanálise, vinculado à produção do espaço urbano no Brasil nos últimos anos têm sido amplamente empregadas nas investigações dos autores, em escalas diversas. De forma ampla, Moreaux (2013) trabalha com a noção de ritmanálise em sua dissertação de mestrado intitulada *Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade*; e Martins (2009) aplica a noção de ritmanálise para analisar a produção do espaço metropolitano a partir da ampliação das relações de crédito e de endividamento na composição dos negócios imobiliários urbanos, dentre outros.

Já em escala local, a noção teórica da ritmanálise aparece na tese de doutorado de Sette (2000), “O holorritmo e as interações trópico - extratropical na gênese do clima e as paisagens do Mato Grosso”, onde considera que o ritmo, nos diversos sentidos, é movimento, mas em se tratando de clima, traduz-se como dinâmica climática.

---

<sup>6</sup> TARIFA E SETTE, 2012

<sup>7</sup> TARIFA E SETTE, 2012

Fica evidente, a partir dessas referências teóricas, que a natureza do espaço conceituada na sua totalidade na relação espaço-tempo, possibilita a compreensão da ligação existente entre os fenômenos físicos, biológicos, humanos e sociais que se encontram em permanente interação, transformação e movimento.

Para isso, é necessário o olhar atento para apreender os vários tipos de ritmos contidos no espaço, dentro de cada natureza (do espaço físico, ecológico ou biológico e social) da história das cidades. De acordo com as várias superposições históricas ou mesmo ecológicas, as cidades apresentam hierarquias diferenciadas de ritmos, que compõe o holorritmo e controlam a distribuição da vida e das relações sociais no ambiente.<sup>8</sup>

A ritmanálise considera a vida cotidiana como um produto histórico e os ritmos vigentes em qualquer campo empírico também são datados historicamente, para fins de sua análise. Neste sentido, para Frehse (2016), a ritmanálise é invariavelmente regressivo-progressiva e portanto, pressupõe o método regressivo-progressivo. Embora Lefebvre não tenha nunca explicitado essa conexão, fez uso operacional dela em vários momentos de sua obra.

Reafirmando a definição acima Lefebvre (1992), considera que não podemos separar durante as análises os ritmos lineares (práticas sociais) e os ritmos cíclicos (naturais), já que na realidade eles estão em constante interação. O autor ainda considera que além das transformações do cotidiano, as transformações da sociedade no seu conjunto é o ponto de partida para se compreender as relações entre o espaço e o tempo.

Nesta lógica, o método de análise regressivo-progressivo mostra-se eficiente ao integrar duas facetas, a investigativa e interpretativa, que manifestam-se em três procedimentos dialéticos, momentos nos quais se trata, primeiramente, de descrever e, depois, de datar historicamente, em termos analíticos, os elementos materiais e imateriais que estão dados em qualquer campo empírico de pesquisa e o terceiro momento, de retorno com o presente compreendido e explicado.

O método regressivo-progressivo, apesar de ter sido uma proposta de Lefebvre (1978) como alternativa para o estudo de sociologia rural, pela sua riqueza mostrou-se adaptável para diversas áreas das ciências sociais, e está formulado em seu livro *De lo rural a lo urbano*.<sup>9</sup>

Lefebvre, um profundo estudioso de Marx, resgata com esta proposta metodológica a ideia principal da teoria marxista ao questionar a vida cotidiana moderna no tempo e no espaço,

---

<sup>8</sup> SETTE, 2005

<sup>9</sup> ORTIGOZA, 2010

o que considera ser um mecanismo eficaz para se pensar a gestão e planejamento das cidades capitalistas.

O autor faz ainda uma crítica aos estudiosos marxistas que apresentam um Marx acabado e atemporal e retoma ao Marx da história, pensador, homem de luta, de incertezas e não de certezas<sup>10</sup>. Considera que esta visão marxista que entende a sociedade como algo acabado é uma forma irreal de conceber a sociedade ao criar abordagens que eliminam as contradições sócio-espaciais, assim como a possibilidade de superação. Enfatiza ainda que as contradições da sociedade não se resumem apenas a uma simples divisão de classes sociais.

Diante disso, a questão central que em Marx era a relação entre o homem e natureza, ganha um novo componente: as forças produtivas desenvolvidas além do real, do imediato. A natureza que antes era apenas mediadora da constituição humana, hoje está submetendo ao homem limitações e padronizações a partir de uma natureza concebida. Nesta concepção, o homem atua sobre a natureza para atender as suas necessidades imediatas, modificando a sua própria relação com a natureza e com a sociedade. Entretanto, essas relações sociais não são uniformes nem no tempo e muito menos no espaço, depende da realidade contextual. Enfim, o homem reproduz, mas, também produz, neste aspecto, o espaço envolve as contradições e as particularidades do real, influenciando os processos sociais subsequentes.<sup>11</sup>

Ao propor a análise regressiva- progressiva Lefebvre introduz o método dialético dentro da realidade das práticas sociais, do concreto, trata-se de um empoderamento do real a partir do entendimento das representações mentais e da simulação da vida concreta.

A originalidade deste método, em relação à dialética convencional, está concentrada nesta capacidade metodológica de aplicar tal pensamento às relações sociais concretas. É preciso ressaltar que o fundamental em Lefebvre (1995) era a noção de práxis, no entanto a realidade e as concepções devem estar sempre abertas a outras dimensões sociais como as representações e o espaço. (SOUZA, 2009)

A fim de contextualizar a temática sobre produção do espaço urbano e cidade, é relevante destacar que no decorrer da história, a metrópole propiciou conflitos (não apenas como palco) e não apenas refletiu como produziu contradições, ela mesma podendo agregar às suas contraposições reflexos das relações sociais de determinada sociedade, sendo, pois, uma produção histórica e cultural que resulta da constituição do espaço geográfico de cada época.

---

<sup>10</sup> SOUZA, 1996

<sup>11</sup> SOUZA, 2009

Assim sendo, a dinâmica urbana e a reprodução territorial das cidades, não se dão de maneira homogênea, havendo diferenças, contradições que evidenciam a existência de vários territórios e tempos em um mesmo espaço.

Ao analisar a origem das cidades, datadas do período paleolítico, consideramos que dois processos serviram de pré-condição para o estabelecimento dos primeiros núcleos urbanos: o *sedentarismo* (e com ele uma possível divisão do trabalho) e a *produção de excedentes*. A partir destes processos e do surgimento dos primeiros núcleos urbanos torna-se evidente a dicotomia entre campo versus cidade, bem como as relações de poder e as divisões sociais do trabalho existente no espaço citadino. Conforme nos lembra a autora, “a cidade, por sua origem, não é por excelência o lugar de produção, mas o de dominação”. (Sposito (1996, p.17))

Harvey (2005), no livro *A produção capitalista do espaço*, entende o papel da urbanização como articuladora de mudança social, abordando o conceito de *cidade*, e interpretando-a como o local propício à integração das mais variadas práticas sociais e espaciais.

Ao produzir socialmente a vida, os homens produzem também o seu espaço. Este, numa relação dialética, é resultado e condicionante, não só da produção social, como de sua apropriação desigual. O espaço expressa, mas também oferece, por suas características, uma série de condições para a produção humana, de acordo com estas condições espaciais tem-se uma apropriação diferenciada da produção econômica e social. (ENDLICH, 1997, p.49 *in* Revista Formação)

Devemos analisar, portanto, o espaço construído como um condicionante e ao mesmo tempo um condicionador das relações sociais, não o desvinculando das relações de poder constituídas. Conforme nos aponta Goettert (2004, p.6) “O espaço habitado pelos seres humanos deve ser entendido como o local de moradia, de sentimento e de realização dos cidadãos”.

Harvey (2005) corrobora esta afirmação, destacando que não se podem separar os estudos de urbanização dos de relações sociais e econômicas, e muito menos este pode ser considerado um estudo secundário, vista a sua importância para o desenvolvimento geográfico desigual recente.

Sobre o processo de produção do espaço urbano deve-se considerar que cada nova intervenção reproduz e fragmenta a cidade, as condições de vida dos indivíduos, criando infinitas circunstâncias e ritmos marcados por signos e imagens, evidenciando que a cidade e suas territorialidades expressam contradições.

Para Castells (1976 *apud* Fernandez, 2011), a cidade é a expressão concreta de cada conjunto histórico no qual uma sociedade se especifica, ou seja, se materializa no território que ocupa e transforma, incluindo as cidades, onde se expressam as desigualdades entre classes e grupos sociais que a integram: entre proprietários ou não de moradias, donos de terras e dos recursos tecnológicos, de qualidades e adequações, em suma, onde se vive, se trabalha e se subsiste de maneira desigual.

Desta maneira, pensar a forma urbana tornou-se uma tarefa complexa, especialmente ao considerar que o espaço urbano está sujeito a múltiplas tensões, conforme evidencia-se no processo histórico das cidades. A racionalidade herdada da sociedade industrial, ainda vigente na lógica dominante, preside à planificação e à organização do espaço urbano. Precisa-se ter em mente a contradição fundamental entre o valor de uso e o de troca.

O valor de uso não deixa de estar presente em vários conteúdos da realidade contemporânea, enquanto a lógica formal que configura o espaço urbano tende a negar numerosas dimensões do vivido, notadamente este o valor de uso da terra. Neste contexto, pensar a articulação entre o concebido e o vivido se torna crucial

Devemos assim, considerar o ritmo da reprodução da vida dentro no contexto da sociedade capitalista de produção. O “sentido” da vida se dá no aspecto da reprodução de uma lógica do capital, onde pessoas se tornam marionetes do sistema implantado, já que as forças econômicas e sociais contribuem para a definição de estilos de vida em relação ao mundo, como uma legião de alienados.

Para o modo de vida capitalista existir não basta somente a produção material, é necessário também a reprodução das ideias, a ordem social. Trata-se de uma espécie de servidão moderna onde, diferentemente dos outros tipos da história da humanidade, as pessoas se sentem plenas, satisfeitas em produzir e compactuar com o ideal de um sistema excludente e contraditório.

A vida cotidiana dentro destes princípios não é mais produzida, e sim construída a partir da dialética da produção x reprodução, se tornando uma reprodução social e econômica com vistas a atender os interesses de um pequeno grupo, em contraposição aos interesses do indivíduo enquanto pessoa. A percepção do indivíduo sobre o seu mundo constituído, não se trata de uma visão singular, subjetiva, e sim, que se alinha com a de outros, uma visão coletiva, que se compõe virtualmente como um sujeito (ser) coletivo, como exemplo os moradores de um bairro.

A reprodução da vida e as relações sociais são pautadas nos ideais da negação à individualidade, aos outros e às diferenças (impostas pelo sistema), onde as pessoas se fecham cada dia mais em suas realidades constituídas, sem interação com o mundo real a que pertence, vivendo e pagando caro por suas próprias celas.

Esta formação da sociedade moderna se evidencia na constituição dos espaços construídos, sejam eles urbanos ou rurais. A produção do espaço não se separa da produção da vida, o que justifica o debate sobre o conceito de cotidiano, vista a sua grande importância por revelar a prática cotidiana como prática socioespacial.

Devemos repensar as cidades que estamos construindo baseadas no conceito de “direito à cidade”, proposto por Lefebvre (1968), onde o homem é visto como principal protagonista. Atualmente, vivemos em um momento histórico do sistema capitalista, em que os processos de urbanização estão em meio a uma luta global de acumulação de capital, uma luta de classes pela desapropriação dos menos favorecidos e colonização de espaços para os ricos.

Lefebvre (1973) nos remete a uma reflexão da sociedade urbana ao levar-nos ao entendimento do espaço como produto e condição das relações sociais de produção, o que contribui para o entendimento da realidade socioespacial. O autor apresenta como desafio uma perspectiva de abordagem que ultrapassa a descrição dos processos parciais, o que exige uma análise mais aprofundada das relações sociais de produção.<sup>12</sup>

O autor ainda nos propõe a desmistificar o entendimento de que a reprodução das relações capitalistas é um processo natural, ou seja, ele não analisa somente o modo de produção, mas vai além, considerando o entendimento da reprodução capitalista de produção como influente e dominador.

Neste contexto, o cotidiano foi uma categoria de análise muito trabalhada por Lefebvre, especialmente nos três volumes da sua obra *Crítica à vida cotidiana*, já que o autor considera o cotidiano como elo para explicação de vários aspectos da realidade.

O autor afirma ainda que a cotidianidade moderna se resume a uma constante programação de hábitos sempre direcionados para a produção e o consumo, produzindo uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”. Os espaços construídos dentro da lógica capitalista seguem a padronização e o individualismo desta racionalidade, são, portanto, espaços abstratos, primados pela razão estética e pela força das imagens.

Ter o cotidiano como categoria de análise significa deter-se também no miúdo, no elementar, considerando na vida banal o momento do extraordinário, do possível. Conforme

---

<sup>12</sup> ORTIGOZA, 2010



nos aponta Martins (2000), é que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais.<sup>13</sup>

Lefebvre (1974) define três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido; o espaço vivido; e o espaço percebido. O espaço concebido é notadamente o da representação abstrata traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Advindo de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico, as representações do espaço privilegiam a idéia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral.<sup>14</sup>

A dialética entre o espaço concebido e o espaço vivido, portanto, se materializa no momento que as temporalidades e as espacialidades ligadas à irredutibilidade do uso se fazem presente na apropriação da cidade. Tal dinâmica pode ser vislumbrada principalmente, porém não exclusivamente, nos espaços urbanos onde o cotidiano destes lugares designa a atividade criadora por meio da construção individual e coletiva dos seus moradores diante da reprodução do espaço.<sup>15</sup>

O direito à cidade assim, é visto por Lefebvre como um direito inalienável à vida, pela valorização da obra e do uso, isto só é possível através da construção de uma análise da cidade mais voltada para um novo humanismo.

Para reforçar esta análise Carlos (2007, p. 109) afirma que:

A luta pela cidade é produto da constatação das contradições que estão na base da construção do urbano no Brasil e envolve a elaboração de um projeto para a sociedade. É nesse sentido que o caminho da reflexão aqui desenvolvida tem como fio condutor a ideia do “direito à cidade”, entendido enquanto espaço temporal da realização possível da vida humana.

O “direito à cidade” emergiu à ordem do dia a partir da criação do Ministério das Cidades e com a realização das Conferências sobre a cidade. No Brasil foi cogitado a partir das discussões realizadas nas Conferências pela cidade realizadas em 2003, 2005 e 2007.

No caso brasileiro, ao abordar a questão urbana, percebe-se que o foco de análise recai sobre o estudo do processo de desenvolvimento capitalista periférico, onde as cidades tornam-se um reflexo desse procedimento. Os problemas urbanos brasileiros começam com a criação da Lei de Terras de 1850, que criou restrições ao acesso à terra para as camadas de renda mais baixa da população. Houve também a emergência do trabalho livre, a partir de 1888, que

---

<sup>13</sup> ORTIGOZA, 2010

<sup>14</sup> SOUZA, 2009

<sup>15</sup> SOUZA, 2009

manteve o status e o privilégio das elites brasileiras, já muito beneficiadas pelo império. Maricato (1997) afirma que a lei, apesar de ser muito conhecida por criar valor de troca para o solo rural, também o fez em relação ao solo urbano. A autora lembra que esta lei diferencia pela primeira vez na história brasileira o que é solo público e solo privado.<sup>16</sup>

A partir do modelo agroexportador no século XIX, baseado na cultura do café e numa industrialização incipiente, predominou-se a ideia nos grandes centros urbanos de que o Brasil não poderia ter cidades que refletissem o seu atraso econômico e tecnológico, mas sim, fazer frente às cidades mais desenvolvidas da Europa, o que trouxe para o país um modelo urbanístico de cidades com padrões paisagísticos e ocultamento de pobreza.

Neste momento (final do século XIX e início do século XX) ocorreu a regulação por parte do governo, da atuação de alguns instrumentos urbanísticos, como a legalização do desempenho do mercado imobiliário, implantação de projetos de saneamento ambiental e paisagismo, enquanto a população de baixa renda era expulsa para as áreas mais afastadas da cidade.

Era a conjugação do modelo de embelezamento das cidades e segregação socioespacial das camadas mais pobres da sociedade (*ibidem*, 1997). No início da década de 1930, o país passou por um significativo processo de industrialização e urbanização, sobretudo, causado pela crise econômica mundial e, conseqüentemente, pela Revolução Política imposta por Getúlio Vargas (SCHMIDT e FARRET, 1986). Esses processos tiveram um papel muito importante na implementação da produção de mercadorias e na alteração da relação capitalista da reprodução da força de trabalho assalariado no país, o que ajudou no processo de crescimento urbano desigual e segregado.<sup>17</sup>

Neste contexto, o Brasil como a maioria dos países da América Latina, apresentou um alto índice de crescimento de sua população urbana, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Segundo Negri (2008), a população urbana que, em 1940, era de 26,3% do total, ou seja, 18,8 milhões de habitantes passou, no ano de 2000, para 81,2%, e em números absolutos para 138 milhões. Em apenas sessenta anos a população urbana cresceu 549% (120 milhões de pessoas).<sup>18</sup>

O crescimento urbano, portanto, aconteceu por meio da exclusão social e segregação socioespacial. Desde o aparecimento do trabalhador livre para servir como força de trabalho

---

<sup>16</sup> NEGRI, 2008

<sup>17</sup> NEGRI, 2008

<sup>18</sup> NEGRI, 2008

nas nascentes indústrias brasileiras, as cidades ganham nova dimensão e tem início o problema da habitação e da segregação residencial no país.<sup>19</sup>

A Lei Federal nº 10.257, instituída em 10 de julho de 2001, estabelece o Estatuto das Cidades e as diretrizes gerais para a política urbana no Brasil. O Estatuto é considerado um marco político institucional para o tratamento da questão urbana primordialmente ao analisarmos os seus princípios fundamentais de gestão democrática da cidade (art. 2º, II) e o princípio da função social da propriedade.

Entende os princípios da regulação fundiária e urbana mediante o estabelecimento de normas especiais de uso do solo levando em consideração a realidade socioeconômica e as normas ambientais.

Cabe dentro deste contexto, analisar de que forma a legislação vigente atua na prática para alcançar o objetivo de redemocratização do espaço urbano considerando sempre as contradições e os conflitos inerentes nos processos sociais dos agentes envolvidos.

Um exemplo desta situação de contradição existente entre os atores sociais envolvidos na produção do espaço urbano são as diferenciações entre o valor da renda da terra paga por aqueles que buscam por moradia para aqueles que fazem o pagamento visando o lucro, que é o caso dos proprietários dos meios de produção.

É fundamental para o entendimento da produção do espaço urbano compreender, desvendar a morfologia da propriedade fundiária e os aspectos das unidades habitacionais dos municípios, especialmente buscando entender como se organizam as estratégias da renda da terra entre os proprietários fundiários, promotores imobiliários e população.

Ficam evidentes assim, os conflitos de interesses entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários fundiários ou agentes fundiários, que buscam sempre conseguir a maior rentabilidade possível das terras que possui. A partir destas reflexões sobre o papel, o valor da terra e o espaço na reprodução social podemos entender grande parte dos conflitos emergentes nas cidades atualmente.

Segundo a Teoria Marxista da Terra, a terra é vista como fator material da produção e a renda é o valor pago pelos seus recursos. Para o sistema capitalista, a terra é entendida como renda, meio de produção e ao mesmo tempo matéria-prima. Sendo que este caráter de rentabilidade passou a existir a partir da institucionalização da propriedade privada do solo.

Uma vez subordinada à lógica capitalista, a terra se apresenta como sendo uma mercadoria, isto por diversas razões. Inicialmente, como vimos, ela é monopolizável. Ela é composta, igualmente, de uma dupla face: por um lado,

---

<sup>19</sup> NEGRI, 2008

valor de uso – exprimindo-se como meio de existência – e, por outro lado, é expressa como valor de troca, pois valor de uso para outros que não a possuem. Neste sentido, o acesso à terra acaba sendo seletivo, o que, consequentemente, determina de maneira relativa o uso da mesma em um lugar. Logo, pensar o uso da terra e a organização do espaço urbano remete a verificar como a busca pela renda se torna central no momento da colisão entre valor de uso e valor de troca, que transforma o solo e as benfeitorias em mercadorias. (HARVEY, 1980)

Neste sentido, para Volochko (2015), no espaço urbano a terra não pode ser vista como simples meio de produção, mas sim como uma mercadoria produzida e reproduzida socialmente através da história e em um processo assentado na produção de valor e de lucro.

O espaço deve ser entendido como força de produção e ao invés de tratarmos sobre a “renda” da terra devemos falar sobre a determinação social do valor de sua localização no espaço e seu entorno, e automaticamente, o lucro.<sup>20</sup> Esta análise se confirma ao analisarmos os processos de especulação imobiliária e a existência dos chamados “vazios urbanos” nos espaços das cidades.

As recentes conexões entre o financeiro, o imobiliário - e a produção do urbano - se desdobram em inúmeras formas e denominações. A geografia vem realizando uma série de estudos que buscam compreender o processo pelo qual o urbano foi absorvido pela lógica do dinheiro, tornada lógica do capital e este momento de financeirização do mesmo – que desde o início porta a lógica financeira, mas agora assume forma predominante - provoca o necessário desvendamento de continuidades, rupturas da forma e conteúdo urbanos, de relações sociais urbanas a reproduzirem criticamente uma determinada escala financeira de produção. (MARTINS, 2009, p. 32)

O espaço, nesta conjuntura se configura como o espaço da força produtiva, o espaço mercadoria, que é comprado e vendido de acordo com os interesses da economia capitalista. Neste momento, é de suma importância repensar a constituição dos espaços urbanos a partir da priorização dos direitos sociais em detrimento dos direitos individuais, o que é competência dos gestores públicos.

Conforme nos aponta Fernandez (2011, p.14)

Cabe aos gestores públicos o cumprimento da função social da propriedade e a promoção do desenvolvimento urbano, dentro das diretrizes de sua lei municipal, ou seja, a função de organizar a vida coletiva a partir de cada realidade vivenciada. Nestes casos, o interesse geral deve sempre sobressair ao interesse individual, o que promoverá um regime justo de bem-estar na vida em sociedade, que deverá ser garantido através dos princípios da gestão democrática e da participação de todos os agentes sociais envolvidos.

---

<sup>20</sup> VOLOCHKO, 2015

Conforme Maricato (2000, p. 168) “as políticas urbanas, ignoradas por praticamente todas as instituições brasileiras, cobram um papel importante na ampliação da democracia e da cidadania, ampliando suas desigualdades”.

No entanto, o que observa-se na atualidade é o domínio de novas práticas sociais que propõem uma maior fragmentação do espaço social urbano em zonas, comunidades, criando espécies de “cidades esparramadas” com novas estruturas e padrões de produção, o que automaticamente altera os relacionamentos sociais.

Essas cidades fragmentadas, que são asseguradas através da expropriação e privilégios acabam redefinindo as contradições no interior das cidades, já que a fragmentação atua como um instrumento de poder e automaticamente surgem novos padrões de desigualdade. Assim, “cada nova intervenção reproduz e fragmenta a cidade, reproduz e fragmenta as condições de vida dos indivíduos, criando infinitas circunstâncias e ritmos marcados por signos e imagens”, evidenciando que a cidade e suas territorialidades expressam contradições.<sup>21</sup>

Seguindo esta lógica, Maricato (2000) ainda afirma que o planejamento urbano brasileiro não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade apenas. Sendo assim, a pretensa “ordem” se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade moderna, mas na realidade sabemos que ela se aplica a uma parcela da sociedade, que reafirma e reproduz desigualdades e privilégios.

A autora ainda enfatiza que para a cidade ilegal, a cidade “real” não há planos, nem ordem, aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Como diz a autora, trata-se “*de um lugar fora das ideias*”. Assim, o urbanismo brasileiro, entendido aqui como planejamento e regulação urbanística, não tem comprometimento com a realidade concreta, mas como uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade apenas.

Neste contexto de cidade moderna, torna-se necessário entender os espaços em sua totalidade para posteriormente atuar na construção de espaços reais, a partir da consciência de cidades que atendam às demandas e aos anseios tão almejados da população, e isso só será possível com uma gestão pública participativa.

A partir da revisão de literatura relacionada à temática de estudo é possível compreender como se dá a apropriação dos espaços urbanos a partir da ótica capitalista de produção e entender de forma introdutória de que maneira os espaços de vida cotidianos são alterados e reproduzidos neste contexto.

---

<sup>21</sup> SILVA, 1997

## 4 METODOLOGIA

A proposta metodológica desenvolvida na pesquisa fundamenta-se na perspectiva da ritmanálise, que considera a compreensão dos ritmos como um possível caminho para o entendimento da produção do espaço geográfico, pois é capaz de desvendar de forma mais objetiva (teórico-prática) a lógica dos processos naturais e socioeconômicos que são na maioria das vezes tratados isoladamente.

É importante considerar, nesta proposta metodológica, o papel do ritmanalista (pesquisador) enquanto mediador da relação teoria-prática, já que para se alcançar a compreensão da realidade, o cotidiano passa a se apresentar ao pesquisador como a sua maior fonte de informação.

Buscou-se, ao seguir por este caminho metodológico, estreitar o distanciamento entre pesquisado e pesquisador (relação sujeito-objeto) e mais do que isso, comprovar a impossibilidade de separação dos ritmos que envolvem ambos na nossa sociedade urbana atual.

Para tanto, a realização do trabalho foi baseada em análises quantitativas (teóricas) e qualitativas (práticas), onde foram desenvolvidos os procedimentos metodológicos para se alcançar os objetivos propostos, conforme relacionado a seguir.

A coleta de dados quantitativos da pesquisa foi realizada junto aos órgãos oficiais como Prefeitura Municipal de Rondonópolis e IBGE. Para elaboração do banco de dados, a base foi fundamentada em dados estatísticos sobre a realidade socioeconômica do município.

As informações sobre os loteamentos, obtidos nos órgãos oficiais foram relacionadas em uma tabela (Quadro 5.1), nela constam as seguintes informações: Nome Bairro, Código Setor, Localização no sítio Urbano, Data de Aprovação, Número de Imóveis, Imóveis Prediais, Imóveis Territoriais, População Estimada (2016), População 2010 (IBGE), Renda Mensal 2010 (IBGE). As informações do Quadro 5.1 serviram de base para a elaboração de mapeamentos temáticos sobre a realidade atual do espaço urbano do município.

Além dos dados dos órgãos oficiais, utilizamos também como fonte a coletânea Perfil Rondonópolis 2014, que é uma compilação de informações elaboradas através de uma parceria entre a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Rondonópolis (ACIR) e a Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

Este levantamento tem como objetivo traçar o perfil sociodemográfico e econômico dos habitantes de Rondonópolis. Para tanto, utiliza fontes secundárias oficiais de dados, como

IBGE, INDEA, CONAB, DENIT, DETRAN, EMPAER, TRE, Autarquias, Secretarias Municipais, Estaduais e Ministérios, instituições públicas e privadas de ensino, entre outros.

Além das fontes secundárias, fontes primárias também foram utilizadas para elaboração do material, como a pesquisa com a população de Rondonópolis, realizada pelo Instituto de Pesquisa ACIR (IPA), com uma amostra domiciliar de 1.500 pessoas.

Para as análises, os dados quantitativos obtidos foram espacializados em Mapas Temáticos a partir da utilização das ferramentas SIGs. Os produtos cartográficos foram manipulados no Sig Arcgis 10, em formato de arquivo Shapefile, Datum Sirgas 2000, em escala padrão de 1:10.000, que consideramos ser uma escala que forneceu uma boa expressão dos elementos analisados.

Para apresentação do produto final do trabalho, as impressões foram feitas em tamanho A0 e na escala de 1:20.000.

Em todos os cartogramas utilizou-se uma base de dados cartográfica única com os atributos de drenagem urbana e principais via de acesso da mancha urbana da cidade<sup>22</sup>. A mancha urbana refere-se á delimitação de uma parte do perímetro urbano onde estão implantados os loteamentos aprovados e não aprovados da cidade.

A metodologia utilizada para a elaboração dos mapeamentos temáticos e as especificidades de cada representação cartográfica serão descritas a seguir:

- Prancha 4.1: Pontos de coleta de dados – No cartograma foram espacializados os trajetos e os trechos levantados a campo (arquivo *shapefile* linhas) e os pontos de coleta (arquivo *shapefile* pontos)
- Prancha 5.1: Os limites e as referências territoriais - 2012 – Neste cartograma foram espacializados os limites territoriais municipais: limite municipal, zona urbana, zona rural e o limite do perímetro urbano com a última atualização, referente a 2012.
- Prancha 5.2: O levantamento aerofotogramétrico 2014 – Neste cartograma foi espacializado a foto área da cidade de 2014, obtida junto ao Núcleo de Geoprocessamento da Prefeitura Municipal.
- Prancha 5.3: A distribuição da população por bairro (2010) – O cartograma foi elaborado a partir da tabela 202, emitida no site do IBGE pelo Sistema SIDRA, que está sistematizada

---

<sup>22</sup> A delimitação da “mancha urbana” da cidade de Rondonópolis não é uma divisão territorial oficial, e sim uma delimitação pessoal da autora, específica para análise da pesquisa.

na coluna 9 do Quadro 5.1 - Apêndices. Os dados espacializados foram obtidos através do levantamento do Censo 2010 do IBGE.

- Prancha 5.4: A renda familiar por bairro em Rondonópolis (2010) – O cartograma da renda por bairro foi elaborado a partir da tabela 3345 emitida no site do IBGE pelo Sistema SIDRA. Os dados espacializados foram obtidos através do levantamento do Censo Demográfico 2010 do IBGE. O critério utilizado para a espacialização dos dados foi da análise do Valor do Rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar em Reais, conforme estabelecido pelo IBGE.
- Prancha 5.5: Localização das unidades de saúde, educação e vias de acesso (2016) – Neste cartograma espacializamos os equipamentos de saúde e educação na mancha urbana da cidade.
- Prancha 5.6: Os ritmos “naturais” do sítio urbano de Rondonópolis (MT) – Neste cartograma foram representados os dados referentes a drenagem e altitude da mancha urbana. A escolha pela representação hipsométrica da altitude deu-se por acreditarmos ser uma melhor representação visual dos atributos. O arquivo *shapefile* das curvas de nível, que serviu de base para a carta hipsométrica, foi disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis.
- Prancha 5.7: A aprovação dos loteamentos – O cartograma foi elaborado a partir da espacialização dos dados do Cadastro Imobiliário de Rondonópolis referente à aprovação dos loteamentos (coluna 4 do Quadro 5.1 - Apêndices). Foram representados os bairros desde a década de 60 até os dias atuais.
- Prancha 5.8: O uso e a produção do espaço urbano de Rondonópolis (2016) – O cartograma síntese foi elaborado a partir dos resultados obtidos pelas análises quantitativas e qualitativas. A base para a delimitação das categorias de análise foi o levantamento aerofotogramétrico de 2014, obtido junto à Prefeitura Municipal de Rondonópolis (Prancha 5.2)

A base de dados da pesquisa foi ampliada através dos trabalhos em campo, o que possibilitou-se realizar um mapeamento detalhado, uma análise real do uso e da produção do espaço urbano da cidade de Rondonópolis-MT.

O trabalho de Campo é o contato mais próximo com a realidade, possibilitando a compreensão crítica entre teoria e prática e, em especial, a compreensão real do espaço vivido. Consideramos que essa prática é bem caracterizada a partir da análise do poema *Igual-*



*Desigual*, de Drummond (Epígrafe), quando o autor descreve a igualdade e desigualdade em nível de sociedade.

Se voltarmos para a realidade e em especial para o objeto de estudo da pesquisa, podemos perceber claramente os processos de igualdade-desigualdade, repetição-diferença, soma-diferença, estar dentro (in) – realidade concreta, estar fora (out) – abstração; pensamento abstrato ao vincularmos o processo de apreensão da realidade ao conhecimento teórico.

A partir das análises preliminares, feita nos mapeamentos dos dados oficiais podemos identificar uma espécie de generalização dos fenômenos, que seria uma *percepção leve* da realidade, mas ao aprofundarmos um pouco mais e examinarmos as imagens de satélite, fotos aéreas começamos a entender as especificidades, a observar as diferenças, percebemos que “*tudo não é igual (...)*” (poema *Igual- Desigual*, DRUMMOND)

Mas, a partir do processo de inserção/estar dentro (in) em campo, no conhecimento empírico (que nunca é somente empírico), ao se fazer e se sentir parte do processo, através da observação, da percepção (muitas vezes já adquiridas no cotidiano) podemos realmente sentir o que é a *realidade concreta*. Não a realidade apresentada pelos outros (meios de comunicação, estatísticas, etc), mas sim a realidade da *vida*, constituídas de cheiros, gostos, sentimentos, lugares tão diferentes e ao mesmo tempo tão iguais no tempo e no espaço.

Tudo isso nos proporciona vivenciar um processo de *percepção profunda* onde a igualdade dos padrões ditados em sociedade desaparece, dando lugar à desigualdade, à singularidade e às especificidades, o que ficou evidenciado nos resultados. Torna-se importante ainda ressaltar que o trabalho de campo extrapola até os limites da vida cotidiana dos entrevistados e pesquisadores.

Assim sendo, o trabalho de campo é uma busca através da observação, percepção e da investigação empírica (*através dos processos de se colocar in = dentro do movimento e out = fora, no pensamento abstrato*) do entendimento da realidade constituída.

Entendemos que a reprodução social/vida só pode ser explicada através de teorias apoiadas na observação dos ritmos e o trabalho de campo é uma das técnicas que permite melhorar a apreensão dos conflitos, contradições, etc.

Os objetos de observação dos trabalhos de campo foram os cursos d’água do perímetro urbano da cidade de Rondonópolis, vista a sua importância enquanto fragmentos e produtos históricos, natural e social.

Os cursos d'água, enquanto documentos históricos retratam o processo de ocupação de suas margens no tempo e no espaço, reproduzem também o processo de urbanização das cidades e ao mesmo tempo produz e reproduz a vida cotidiana.

A análise do modo de vida nos cursos d'água permitiu-nos articular a perspectiva social e ambiental num olhar crítico. E torna possível a compreensão de uma série de processos no espaço-tempo da produção da cidade, como por exemplo, os processos de segregações-fragmentações-hierarquizações do espaço, que não se realizam sem transformações dos espaços naturais.

Ao buscarmos o entendimento da realidade em movimento a partir dos trabalhos em campo, podemos compreender os padrões de generalização e os fragmentos sociais e territoriais existentes no perímetro urbano da cidade de Rondonópolis-MT.

Após analisarmos as características da mancha urbana, mapeamento da drenagem, curvas de nível e o processo de ocupação territorial urbana, e especialmente, ao entendermos que o processo de urbanização se efetivou a partir da ocupação da área central da cidade, região do Cais<sup>23</sup>, ficou evidente a influência dos cursos d'água enquanto documentos históricos neste processo de reprodução espacial e social.

Para desenvolver a análise da produção do espaço a partir da reprodução da vida à margem dos cursos d'água, estabelecemos cinco roteiros para os trabalhos de campo, que foram espacializados no cartograma da Prancha 4.1: Pontos de coleta de dados.

O mapeamento dos pontos e trechos a serem percorridos foi importante, pois, com efeito, é na escala mais próxima desses trajetos que o mapa pode ajudar a entender conteúdos, ritmos e espacialidades da produção desta área da cidade.

Como preparação do campo foi feita, primeiramente a impressão dos mapas e posteriormente uma observação prévia para definição dos trajetos, pontos a serem visitados.

Os trabalhos efetivamente foram realizados nos dias 04, 06, 08 e 15 de abril e 04 de maio de 2016, com veículo e motorista da UFMT, conforme descrito no Quadro 4.1:

---

<sup>23</sup> A região do Cais foi o local onde iniciou-se o povoamento e a implantação do primeiro núcleo urbano da cidade. Atualmente a área onde estão localizadas as primeiras casas do povoado se tornou o Casario, um ponto de encontro da cidade, com atividades culturais, de esporte e lazer.

Quadro 4.1 - Relação dos roteiros e trechos do trabalho de campo

Roteiro	Trecho	Córrego	Data do campo
01	01	Ribeirão Arareau	04/04/2016
	02	Córregos Queixada e Lageadinho	
02	01	Córrego Canivete	06/04/2016
	02	Córrego Patrimônio	
03	01	Ribeirão Arareau/ Córrego Canivete	08/04/2016
04	01	Córrego Escondidinho	15/04/2016
	02	Córrego Queixada	
05	01	Córrego Globinho	04/05/2016
	02	Córrego Piscina/ Rio Vermelho	
	03	Córrego Lourencinho	

Org.: PORTELA, A.A. (2016)

Durante a realização do trabalho de campo fez-se um levantamento fotográfico, uma abordagem, conversas informais, com os moradores locais, pois entendemos serem eles a parte mais importante do processo, especialmente se considerarmos o papel dos indivíduos e sujeitos sociais na dinâmica das cidades.

As análises fotográficas, obtidas *in loco*, expressam o padrão dos fragmentos e a identidade de cada um dos espaços observados. Para entender estas identidades é fundamental que estabeleçamos a relação de “*estar dentro= in*” ou “*estar fora= out*”, criando assim uma relação de intimidade com o objeto de estudo, e principalmente uma relação afetiva com cada espaço.

A realidade é representada, neste caso a partir dos fatos, enquanto que os mapeamentos nos mostram uma abstração da realidade. Isto fica comprovado ao analisarmos o discurso dos moradores, pois é através da fala deles, conforme nos foi relatado, que pudemos analisar a produção do espaço enquanto lugar de moradia, realização, vivência, ou seja, os espaços reais construídos e reconstruídos a partir das práticas cotidianas.

O cotidiano apresentado pelos moradores perpassa pela perspectiva das representações, que não se confundem com a realidade e não possuem valor de verdade pois é uma expressão muitas vezes dos seus anseios, necessidades e expectativas pessoais e não coletivas.

A base de dados final foi elaborada a partir da integração dos dados quantitativos, qualitativos e reflexões teóricas, críticas ou interpretativas.

Para análise dos resultados, utilizamos uma metodologia proposta por Lefebvre (1979), que a partir da sua interpretação sobre dialética criou um procedimento específico para analisar

a realidade social, que seria o método *regressivo-progressivo*, que inicia do presente e volta ao passado para recortar acontecimentos que procederam e elucidam o presente e posteriormente faz o movimento inverso.

A descrição do visível se dá com a observação e análise do objeto de estudo, ou seja, é uma espécie de olhar teoricamente informado da realidade. É neste momento onde acontece a identificação e descrição do real e suas diversidades, no momento presente sem a preocupação de relacioná-las com datas e origens, isto é, sem uma análise temporal. Esta etapa está descrita no capítulo intitulado *Os ritmos urbanos do cotidiano atual (2016)*.

A análise regressiva é o esforço para especificar as temporalidades existentes dentro dos princípios da complexidade vertical, que, a partir da decomposição da realidade tenta datar exatamente cada relação social no tempo. No capítulo intitulado *Os ritmos analítico-regressivos (1902- 2016) da cidade de Rondonópolis (MT)* foram desenvolvidas as análises vinculando os conceitos de tempo e espaço.

O reencontro com o presente se dá a partir da chamada progressão histórico-genético, e busca o entendimento de um presente compreendido e explicado. Estuda as particularidades do presente a partir das heranças do passado. No trabalho conseguimos desenvolver estas análises no capítulo *Os ritmos histórico- genéticos- um presente compreendido e explicado*.

Os trabalhos de campo juntamente com a análise dos dados quantitativos tornaram possível a produção de um mapeamento detalhado e uma análise real do uso e a produção do espaço da cidade de Rondonópolis, onde foram incluídos aspectos específicos desta pesquisa e as especificidades que ela revelará.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

“A ideia dos lugares como apropriação é importante para refletirmos os lugares na sua dimensão concreta da reprodução da vida no movimento contraditório de reprodução da metrópole”<sup>24</sup>

(PADUA, 2011)

Para analisar o objeto de estudo, partimos da apresentação dos lugares, buscando dar destaque aos elementos da realidade atual para a construção de uma problemática urbana. Este foi o ponto de partida para a análise a que nos propomos.

Para tanto, cumpre-se desse modo, retomar o conceito de totalidade, que vai além das aparências e do visível, já que a totalidade deve ser entendida como a realidade em sua integridade.

Desta forma, a nossa reflexão sobre a reprodução social da vida e o processo de urbanização de Rondonópolis (MT) nos coloca diante da necessidade de pensar como a cidade se reproduz atualmente, o que traz à tona a preocupação com o cotidiano e a vida urbana da população.

Inicialmente devemos considerar a cidade como o lugar de desenvolvimento da vida humana, é o lugar do habitat do ser humano. Na atualidade o espaço urbano é entendido como o espaço de conflitos e contradições, o que não poderia ser diferente aqui na cidade de Rondonópolis.

Estas contradições e conflitos surgem quando novas formas mediações se impõem ao ritmo natural da vida e da sociedade, e neste momento, a cidade deixa de ser entendida não como o lugar de moradia do homem e passa a ser vista como mercadoria, disponível para apropriação de várias formas de dominação.

A cidade é uma forma espacial que passou por diversas revoluções até chegar a este momento contemporâneo em que se encontra subordinada ao modo capitalista de produção. E este modelo de produção fez com que a cidade perdesse o seu caráter orgânico de comunidade herdado da aldeia. Com o processo de industrialização, passou a se predominar os valores de uso em prol de uma cidade e uma realidade urbana que surgiu, o que promoveu uma generalização da mercadoria e uma predominância do valor de troca para o espaço, o que justifica a nossa análise do espaço urbano baseada no valor da renda da terra.

---

<sup>24</sup> PADUA,

Ficam evidentes assim, as contradições existentes entre a produção da cidade voltada para a realização do capital e da cidade que é o espaço de realização da vida das pessoas. Ao pensar a cidade como realização do ser humano, os elementos materiais e simbólicos dos lugares vão sendo transformados a partir da relação espaço/ tempo, como podemos constatar nas análises a seguir.

Neste sentido, o cotidiano como categoria de análise nos possibilita o entendimento do mundial no lugar, pois assim poderemos entender o viver (plano social) ou o vivido (plano pessoal) dentro de um contexto da relação dos indivíduos com a sua história, com o local. Portanto, o cotidiano não pode ser universal, pois ele tem suas especificidades ao considerar o homem como imerso no seu cotidiano.

A ritmanálise vem ao encontro do cotidiano ao buscar integrar, através da noção de ritmo, tanto o que é social quanto o que é natural, já que os dois ritmos se mesclam em um mesmo ritmo no tempo e no espaço, conforme evidenciamos em nossas análises. Os ritmos, suas impressões e suas repetições participam da formação dos tempos sociais, e é o que está em jogo na transformação possível do cotidiano, pois são as diferenças, induzidas pelas repetições, que constituem a trama do tempo.<sup>25</sup>

Para isso é necessário o olhar atento para apreender os vários tipos de ritmos contidos no espaço, dentro de cada natureza, (do espaço físico, biológico ou espaço social) da história da cidade, já que as cidades apresentam hierarquias diferenciadas de ritmos.<sup>26</sup>

Nesta lógica, o método de análise regressivo- progressivo mostra-se eficiente para alcançarmos o objetivo de identificar as contradições históricas vigentes nessa realidade social para, assim, apontar, em termos explicativos, as possibilidades de mudança social, já que o ritmo do urbano, que é dado pelo processo histórico de construção, invade a vida social e impõe aos cidadãos novos ritmos de produção de vida cotidiana também.

Considera-se que as relações sociais observadas no presente a partir da aparência do visível podem representar uma realidade mascarada, o que justifica assim, a necessidade de datação das relações sociais, para que se demonstre a coexistência delas no tempo atual de forma realista.

Entendemos ainda que o todo somente pode ser reconhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através de separação em coisas

---

<sup>25</sup> MOREAUX,

<sup>26</sup> SETTE, 2005

particulares, específicas. Desta forma, para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização.<sup>27</sup>

O processo pelo qual o todo se torna outro todo é um processo de desmanche, de fragmentação e de recomposição, um processo de análise e síntese ao mesmo tempo, o que justifica a nossa escolha pela análise regressiva- progressiva.

Partindo deste princípio da *ritmanálise regressiva-progressiva* estruturamos a análise dos resultados em três momentos: 5.1- Os ritmos urbanos do cotidiano atual (2016), 5.2- Os ritmos histórico genéticos (1902- 2016) da cidade de Rondonópolis (MT) e 5.3- Os ritmos do presente compreendido e explicado.

## **5.1 OS RITMOS URBANOS DO COTIDIANO ATUAL (2016)**

Este primeiro momento de análise, denominado por Lefebvre (1978) como *descritivo*, se dá através da observação do objeto de estudo. É a oportunidade de reconstruir a diversidade das relações sociais presentes, identificando e descrevendo o visível.

Busca-se neste momento, entender a identidade do espaço urbano de Rondonópolis, criada pelo conjunto das intervenções urbanas e das relações sociais.

### **5.1.1 A cidade**

Rondonópolis localiza-se no sudeste mato-grossense, a 218 km da capital do Estado, a cidade de Cuiabá. A área total do município (zona urbana e rural) é de 4.159,118 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica de 47,00 hab/km<sup>2</sup>. (IBGE 2015)

Atualmente a área perimetral de Rondonópolis está passando por alteração, segundo informações dos técnicos da prefeitura e dados da SEPLAN - MT (2016), a área total do município será de aproximadamente 4. 800,00 km<sup>2</sup>.

Os limites e as referências territoriais da cidade<sup>28</sup> foram representados no cartograma da Prancha 5.1, em que no mapeamento principal foi representado o perímetro do município e o limite da mancha urbana. No detalhe 01, está o limite do perímetro urbano (2012), uma

---

<sup>27</sup> SANTOS,

<sup>28</sup> Prefeitura Municipal de Rondonópolis, 2012

delimitação da mancha urbana (2016) e no detalhe 02 foi representada a mancha urbana e o limite dos loteamentos (2016).

Na figura 5.1 – Rondonópolis Uso e Cobertura Vegetal (2015), podemos identificar a forma de apropriação do solo na cidade a partir do mapeamento das principais atividades econômicas. O mapeamento foi obtido por Vicente (2015) a partir da classificação supervisionada da imagem usando uma legenda com diferentes classes de uso do solo, buscando diferenciar: água, área urbanizada, cultura temporária/solo exposto, pastagem e formações vegetais (campestre, típica de cerrado e florestal).

Podemos observar que a maior parte do território do município é utilizada para pastagem e desenvolvimento da agricultura anual. Um ponto interessante a ser observado é em relação a existência de pequena cobertura vegetal natural, que corresponde a cerca de 30% da área total do município e a maior parte da mata pertence à reserva indígena Tadarimana.

A Reserva Indígena Tadarimana está localizada à margem esquerda do Rio Vermelho, com 202 habitantes da etnia Bororo (ENAWERÈU, 1994; ISAAC, 2004), em uma área de 9.785 ha; o solo arenoso é inadequado para a agricultura e a cobertura do solo é basicamente de vegetação de Cerrado.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Perfil Rondonópolis, 2014.



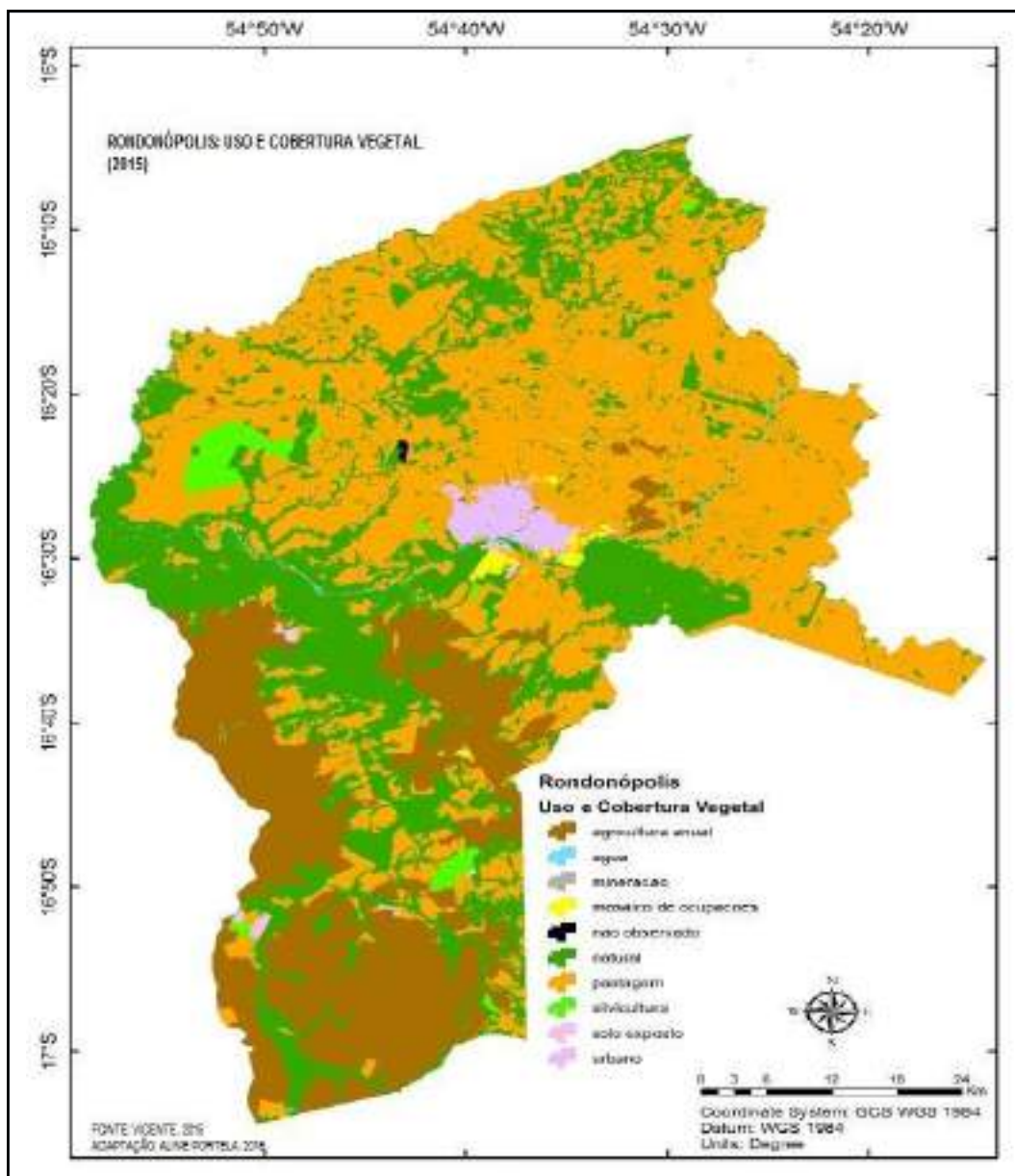


Figura 5.1- Uso e ocupação do solo Rondonópolis (MT) - 2015  
Org: PORTELA, A. A. (2016)

Rondonópolis atualmente é uma importante cidade dentro da rede hierárquica das cidades mato-grossenses e em especial, um centro de convergência do fluxo de pessoas e informações em todo o sudeste do Estado. É polo da região sudeste do Mato Grosso, que compreende 22 Municípios e cerca de 500.000 habitantes.

O município representa a segunda maior economia do Estado e também é uma das principais regiões produtoras, responsável por 41% da produção de algodão, 18% de soja e 19% de milho<sup>30</sup>.

<sup>30</sup> Fonte: site [www.rondonopolis.mt.gov.br](http://www.rondonopolis.mt.gov.br) (a cidade), 2010

Por sua localização estratégica entre duas rodovias federais, a BR 163 e BR 364, no entroncamento para São Paulo, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul e próxima às principais regiões produtoras, a cidade é rota de escoamento de cerca de 30% da produção agrícola do Brasil e tem estabelecidas aproximadamente quinhentas transportadoras de pequeno, médio e grande porte.

A chegada dos trilhos da Ferrovia Francisco Vuolo, o maior terminal intermodal do Brasil, o Complexo Intermodal de Rondonópolis, trouxe um novo impulso ao processo de industrialização do município em 2013 (anterior), pois através dele são escoados cerca de 50% da produção agrícola do Estado e mais de 20% da produção do Brasil<sup>31</sup>.

Na figura 5.2, podemos observar a localização do terminal em relação ao perímetro urbano da cidade e a mancha urbana.

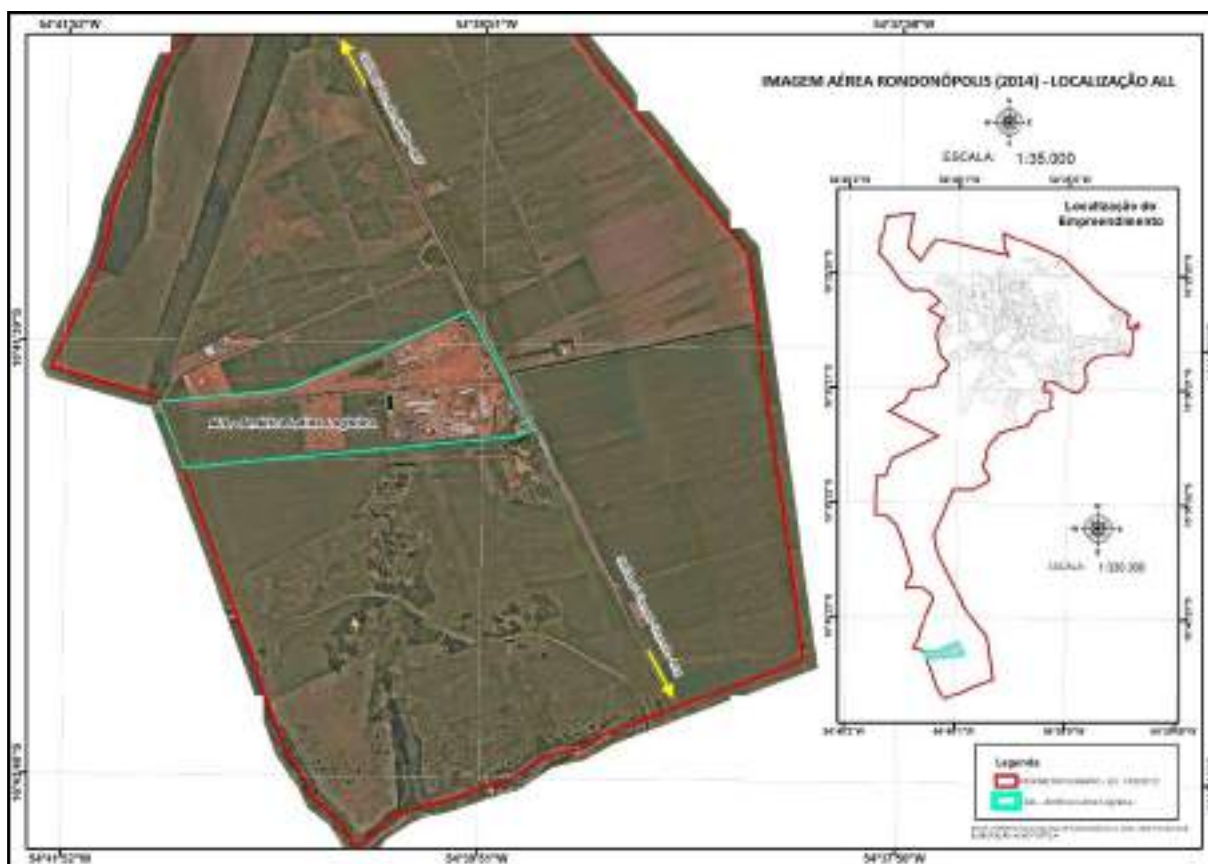


Figura 5.2 – Perímetro Urbano e Localização da ALL

Org: PORTELA, A. A. (2016)

O projeto da ALL (América Latina Logística) prevê ainda a construção e implantação de uma área de infraestrutura, serviços para atender aos caminhoneiros e a população local já que ao todo estão sendo instaladas aproximadamente vinte grandes empresas, sendo três

<sup>31</sup> Fonte: site [www.rondonopolis.mt.gov.br](http://www.rondonopolis.mt.gov.br) (a cidade), 2010

distribuidoras de combustível, um terminal de container, duas empresas de fertilizantes, uma fábrica de biodiesel (Noble) e empresas de commodities agrícolas<sup>32</sup>.

Este processo de instalação e estruturação do Parque Intermodal faz parte das discussões que estão sendo realizadas para a atualização do Plano Diretor Municipal de Rondonópolis neste ano de 2016.

Em 2014, iniciaram os trabalhos de atualização do Plano Diretor Municipal após a assinatura do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) entre a ALL e a Prefeitura Municipal de Rondonópolis. Neste termo, ficou determinado que como forma de compensação ambiental pela instalação do porto seco, a empresa pagaria a revisão e atualização do atual Plano Diretor da cidade (2006).

Em 2015, o encaminhamento para revisão e atualização foi iniciado por meio da contratação da empresa Ambiental de Curitiba- PR pela ALL. Alguns meses após o início, em 2015 ainda, os trabalhos foram suspensos sob intervenção do Ministério Público, que justificou haver insuficiência de estudos técnicos prévios para elaboração do projeto de revisão.

Atualmente, por intermédio de acordo judicializado junto à Promotoria Estadual do Meio Ambiente, a ALL e a PMR firmaram compromisso para elaboração dos estudos técnicos necessários para continuação da atualização do Plano Diretor.<sup>33</sup>

O PIB (Produto Interno Bruto) do município é de 6,801 bilhões de reais (IBGE, 2013), o que representa taxas expressivas de crescimento econômico. Representa o 2º maior PIB do Mato Grosso, atrás apenas da capital Cuiabá, e o 7º maior PIB da região Centro Oeste. De acordo com o IBGE, a soma de riquezas produzidas em Rondonópolis quase dobrou em quatro anos, saindo de 2,706 bilhões em 2006 para 5,094 bilhões em 2010. São 81% de crescimento em apenas 4 anos.<sup>34</sup>

O PIB de Rondonópolis/MT, o valor adicionado nos serviços se destaca com 2.448.895.00, seguido do valor adicionado na indústria, 1.919.179.00 e o valor adicionado na agropecuária com 181.061.00, conforme podemos observar na figura 5.3.

---

<sup>32</sup> Fonte: site [www.rondonopolis.mt.gov.br](http://www.rondonopolis.mt.gov.br) (a cidade), 2010

<sup>33</sup> Informação obtida junto aos técnicos municipais do Núcleo de Geoprocessamento - PMR

<sup>34</sup> Perfil Rondonópolis, 2014

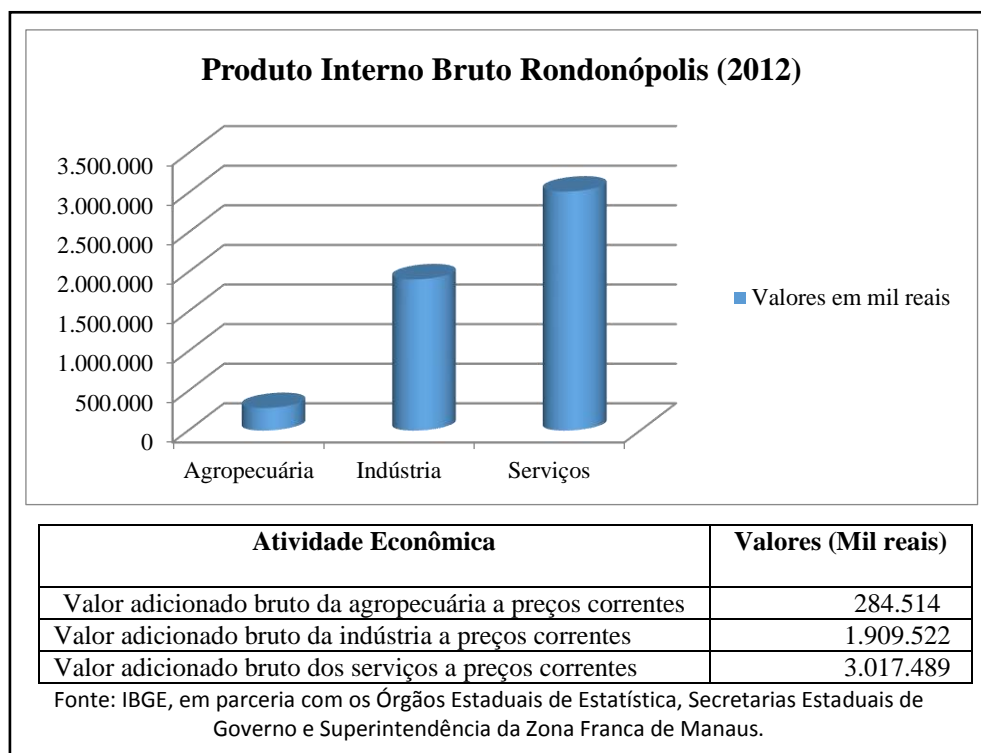


Figura 5.3- Produto Interno Bruto de Rondonópolis (2012)  
Org: PORTELA, A. A. (2016)

Mesmo com este enfoque industrial, Rondonópolis possui uma base econômica diversificada, com mais de doze mil empresas de comércio, indústria, prestação de serviços e agronegócio, transformando a cidade em um centro comercial de toda a região sudeste do estado. Os serviços, a indústria e a agropecuária são os setores que contribuem para a elevação do PIB no município.

A agricultura de Rondonópolis/MT se destaca pela produção de soja e a pecuária pela criação de bovinos e aves. O bioma cerrado praticamente inexistente devido a prática da agropecuária no município. A produção de soja e a criação de gado são as principais atividades responsáveis por essa dinâmica de desmatamento da vegetação nativa tanto no município quanto no Estado do Mato Grosso.<sup>35</sup>

Em relação às atividades de comércio e serviços, a instalação de grandes redes atacadistas e varejistas no município reforçou o seu potencial enquanto cidade-polo e ampliou suas oportunidades de emprego e renda, gerando assim um fluxo diário em torno de cinco mil pessoas.

<sup>35</sup> RODRIGUES, O.M. (2015)

Este contexto de cidade mercadoria reforça-se não somente ao analisarmos seu contexto econômico, mas evidencia-se também na produção do espaço urbano que serve de base física para esta lógica de produção econômica capitalista.

Observa-se um contexto urbano da lógica da cidade como mercadoria, a ser utilizada, vendida, expropriada da forma como convier aos interesses dos meios de produção. Fica evidente esta afirmação ao analisarmos a forma como se deu o crescimento do espaço urbano de Rondonópolis, descrito no item 5.2.3 neste capítulo dos Resultados e Discussão.

O perímetro urbano da cidade possui uma extensão de 304 km<sup>2</sup>, este limite foi definido pela lei nº 4.788, de 30 de março de 2006. A última alteração da área do perímetro urbano foi realizada no ano de 2012, para atender às demandas de aprovação de loteamentos a leste e a oeste da cidade.

No vetor leste, o perímetro foi expandido para agrupar os loteamentos Alfredo de Castro e adjacências, em uma área que foi invadida pela população em 2009 com a anuência do prefeito da época. No vetor oeste, a expansão se deu para possibilitar a implantação do loteamento Rosa Bororo, área que até então não poderia ser loteada por estar fora do perímetro urbano da cidade.

Na prancha 5.2 - Imagem 2014 pode-se visualizar através do processo de aerofogrametria, a ocupação da mancha urbana da cidade. Em se tratando de crescimento do espaço urbano, atualmente a cidade conta com 278 bairros, 107.283 imóveis, sendo eles 64.844 imóveis prediais, 42.439 imóveis territoriais, conforme dados do Cadastro Imobiliário PMR (2016).

No Quadro 5.1, elencamos a relação dos bairros com as seguintes informações: Nome Bairro, Código Setor, Localização no sítio Urbano, Data de Aprovação, Número de Imóveis, Imóveis Prediais, Imóveis Territoriais, População Estimada (2016), População 2010 (IBGE) e Renda Mensal 2010 (IBGE).

Através de observação e análise do cartograma da Figura 5.4, podemos entender como se dá a apropriação do espaço urbano e a dinâmica de ocupação da mancha urbana<sup>36</sup> da cidade.

Para fins de análise a mancha urbana de Rondonópolis foi dividida em áreas geográficas: Central, Norte, Sul, Leste e Norte<sup>37</sup>. Para a delimitação das áreas geográficas utilizamos o limite dos cursos d'água e das principais vias de acesso.

---

<sup>36</sup> Delimitação da autora

<sup>37</sup> Delimitação da autora



Podemos observar a existência de vazios urbanos a Leste e áreas de expansão recente a partir de 2010, como os loteamentos para população de renda média e alta, Condomínio Boulevard do Cerrado, Parque dos Lírios e Parque das Laranjeiras.

Estes loteamentos aprovados, implantados ou em fase de aprovação reflete este processo de apropriação do espaço urbano, em especial reproduz os processos de especulação imobiliária e seus interesses.

A maioria dos bairros da área Central não passou por processos de aprovação do loteamento e são considerados como áreas de expansão da área inicial da cidade, como os bairros Centro A, La Salle Ag-31, La Salle Ag-32. E na mesma situação encontram-se os loteamentos Coophalis, Coopharondon que fazem parte das áreas de Expansão da Vila Aurora.

Analisando o Quadro 5.2 (Apêndices) no campo de Situação dos Loteamentos, e a partir dos trabalhos em campo, podemos constatar a existência de dois tipos de cidades, que seria a cidade formal: regularizada, com infraestrutura; e a cidade informal: ilegal, precária, eternamente inacabada, que é a dos mais pobres.

Como exemplo de áreas a serem regularizadas para aprovação dos loteamentos podemos citar: Loteamento Carlos Bezerra II e Edelmina Querubim (área Norte), que foram observados em trabalho de campo; Chácara Globo Recreio II, Vila Olinda III, Grande Conquista - área invadida; em fase de regularização; Jd. das Flores, entre outros (segundo informação do Departamento de Averbação e Cartografia da PMR).

Como causa para esta diferenciação no surgimento dos loteamentos podemos elencar: o processo de urbanização que não foi acompanhado por políticas públicas de desenvolvimento urbano; e o valor da terra urbana enquanto uma mercadoria cara, nas mãos de poucos proprietários, que decidem se querem ou não colocá-las a disposição do mercado para a venda ou locação.

Não podemos deixar de enfatizar o papel dos empreendedores imobiliários (construtoras, imobiliárias, financeiras, proprietários fundiários) no contexto de apropriação do espaço urbano recente de Rondonópolis, estimulando a edificação de diversos empreendimentos habitacionais para atender a demanda de moradia da população, o que propiciou um processo de sobrevalorização do solo urbano, ação essa, fomentada, constantemente, pelos agentes que consomem o espaço urbano da cidade.

Além da associação dos incorporadores, a atuação do Estado no sentido de potencializar os negócios urbanos já está presente, por meio da atualização dos planos diretores, nas formas possíveis de desdobrar a propriedade da terra, de negociar os potenciais de construção.

A partir do que conhecemos em Rondonópolis, e a forma como o Plano Diretor da cidade já sofreu alterações potencializou as formas diversas de negociação com a terra urbana – compensações ambientais, alteração das legislações, programas de regularização fundiária para regularização de áreas ocupadas com a anuência do governo municipal.

Assim como acontece na maioria dos municípios, quando a incorporação chega já possui um conjunto de instrumentos para negociar a área, que foram gestados nos ambientes metropolitanos de intensa disputa pela terra urbana. Podemos citar como exemplos recentes o caso do Loteamento Rosa Bororo (incorporadora de Goiânia) e área do loteamento Grande Conquista (área ocupada em 2009, em processo de regularização), que incentivaram a alteração do limite do perímetro urbano em 2012, para a incorporação destas áreas a leste e oeste da cidade.

Devemos enfatizar ainda que dentro deste processo de apropriação do espaço urbano a partir de incorporadora, como no caso do Loteamento Rosa Bororo, ainda existe o caminho da ampliação de crédito facilitado, o que altera o modo de vida e o cotidiano da população.

Atualmente, por conta da crise financeira que a economia brasileira tenta superar, evidencia-se um número crescente de famílias endividadas por não conseguir cumprir com os seus compromissos adquiridos a partir de um crédito habitacional facilitado.

A ampliação do crédito conta com um agenciamento e organização do tempo futuro dos tomadores de empréstimos, ou melhor, conta com o comprometimento do trabalho futuro dos trabalhadores para a sua realização. Sabemos que a administração da inadimplência pode se transformar na elevação dos preços do crédito, desde o início da dívida, e também na passagem destas aos níveis superiores do sistema financeiro. A crise do trabalho apresenta o endividamento como inerente ao cotidiano do trabalhador, e a produção do espaço urbano está imbricada neste processo. Além disso, o crédito e a dívida são vistos aqui como relações sociais.<sup>38</sup>

Para atender estas demandas de habitação popular, evidencia-se na cidade, especialmente na área norte que a expansão recente se deu a partir da implantação de loteamentos da faixa 2 do PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida).

Estes programas habitacionais contribuíram para diminuir os vazios urbanos existentes no interior dos loteamentos (a nível de lotes) como por exemplo, a ocupação de terrenos no Sagrada Família, Jardim Liberdade, Parque universitário.

---

<sup>38</sup> MARTINS, 2009



Esses empreendimentos localizados nas regiões periféricas vêm diminuindo o processo de urbanização dispersa, promovendo a ocupação do interior da mancha urbana da cidade. Mas cabe ressaltar que observou-se nos últimos anos é que estas áreas estão sendo cada vez mais valorizadas, uma vez que esses empreendimentos reestruturam uma nova localização e demandam equipamentos de infraestrutura, transporte e lazer do setor público, o que condiciona o próprio poder público aplicar capital fixo nesses empreendimentos, fazendo assim com que os proprietários de terras dos vazios urbanos tenham a renda da sua terra valorizada.

Neste sentido, verificamos um aumento da produção imobiliária de condomínios residenciais pequenos, paralelo a este processo de ocupação dos vazios urbanos na área leste da cidade. Este fato deve-se a uma alteração no Plano Diretor em 2013, onde ficou proibido o desmembramento de lotes denominados “chácaras” e como alternativa para venda destas áreas os incorporadores imobiliários encontraram esta solução, que seria a divisão do lote e a venda de partes onde foram construídas as residências.

No cartograma da figura 5.4, foram especializados o total de imóveis territoriais por bairro. Os imóveis territoriais aqui delimitados foram identificados por meio de análise do banco de dados do Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Rondonópolis e especializados a nível de lotes, no formato *shapefile* do SIG Arcgis.

A partir do mapeamento dos imóveis territoriais poderemos fazer uma perspectiva futura de onde se dará o processo de expansão do espaço urbano nos próximos anos em relação aos loteamentos já implantados.

Ao todo existem na área urbana de Rondonópolis, conforme informações da PMR, 42.439 propriedades de terras “vazias” – em espaços efetivamente urbanizados, os considerados imóveis territoriais.

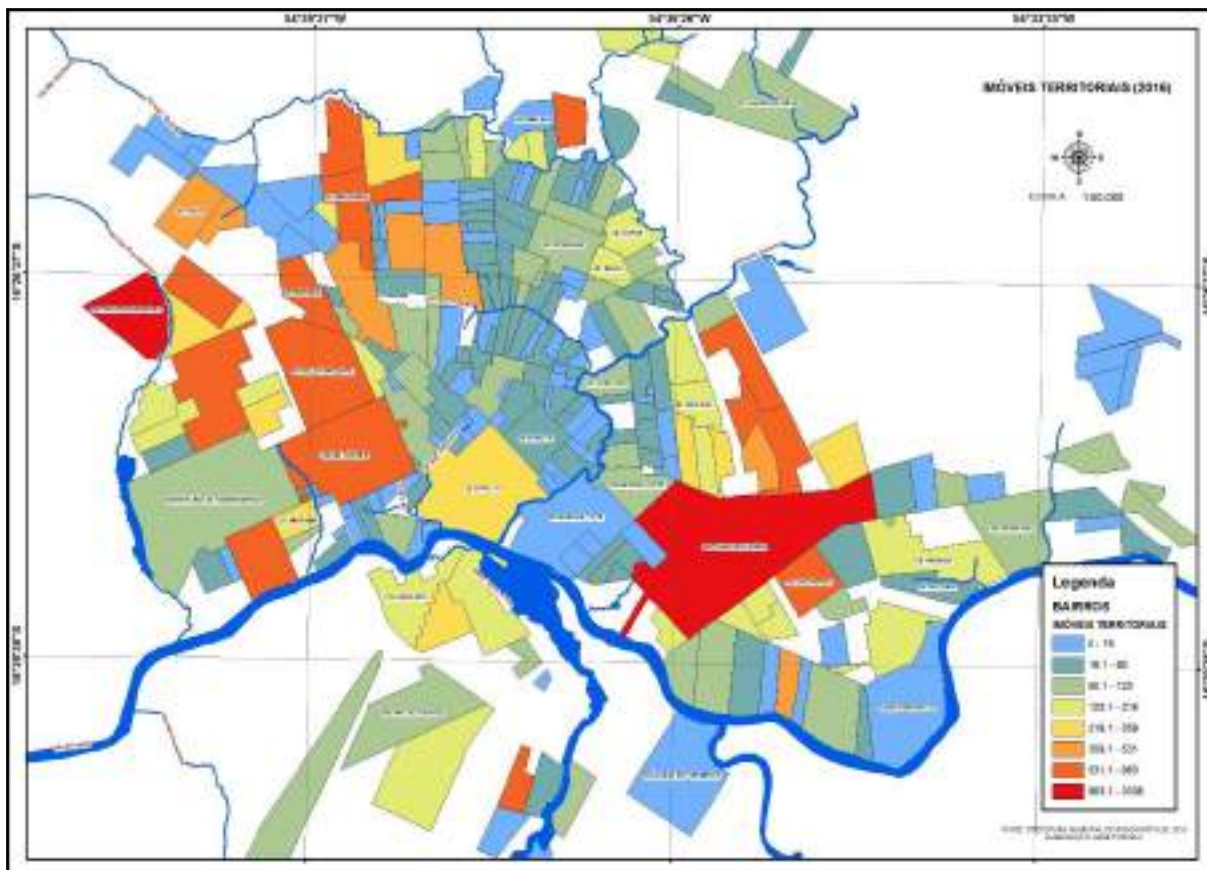


Figura 5.5- Os Imóveis Territoriais (2016)

Org: PORTELA, A. A. (2016)

O loteamento representado em vermelho, Loteamento Rosa Bororo é a área com maior quantidade de imóveis territoriais. Neste caso, este fato se deve por estar em fase de implantação e venda dos terrenos, portanto, uma área ainda não ocupada.

Os representados em laranja escuro são áreas de especulação imobiliária em loteamentos já constituídos. No cartograma evidenciou-se as áreas de especulação, Parque Residencial Sagrada Família, Parque Universitário, Jardim Liberdade.

O Parque Sagrada Família é um loteamento antigo, o maior em extensão territorial na cidade. Na atualidade passa por um intenso processo de especulação imobiliária, com a implementação de construções da faixa 1 e 2 do MCMV, especialmente projetos individuais e de pequenos incorporadores imobiliários.

Conforme podemos observar no quadro 5.2, coluna 7, a existência de alguns bairros sem a quantidade de imóveis territoriais, o que caracteriza uma falha de cadastramento de informações pelo Cadastro Imobiliário da prefeitura.

As áreas vagas ou territoriais, em sua totalidade são elementos constituintes do sistema de “vazios” urbanos de Rondonópolis, elas emergem como problemas no meio urbano, pois provocam dois tipos de problemas: o primeiro é de ordem econômica, uma vez que seus

proprietários vislumbram melhores condições de se obter maior renda da terra; o segundo, de ordem política, se traduz em possíveis alianças dos proprietários fundiários privados com agentes do Estado (Prefeitura e Governo do Estado) para se transformar as terras em zonas construtíveis.

Segundo dados da Prefeitura Municipal, Rondonópolis possui 42.439 imóveis territoriais em 2016 e, em contrapartida, tem um déficit habitacional de 8 mil moradias, segundo dados do secretário municipal de Habitação Roberto Carlos Correia Carvalho; o que demonstra que apenas 18,89% destes domicílios vagos seriam suficientes para responder à demanda habitacional, além daqueles que se encontram em construção e em lançamento, que farão aumentar ainda mais o superávit dos imóveis na cidade.

O secretário salientou que nos últimos quatro anos reduziu-se de 35 a 40% o número de beneficiados nos programas habitacionais. Devemos levar em consideração também que neste número de oito mil em déficit habitacional inclui-se a população migrante que chegou à cidade, o que aumenta este índice.

Afirmou ainda que com a construção e finalização dos novos loteamentos de interesse social, faixa 1 e 2 do PMCMV, milhares de moradias serão entregues, o que diminuirá este índice. Dentre os loteamentos em fase de construção podemos citar, Loteamento Celina Bezerra e Dona Neuma (Faixa 1) e Residencial João Antônio Fagundes 2, Jd. Paiaguás, Loteamento Juscelino Farias 2 e Recanto do Parque 2 (Faixa 2).

### **5.1.2 As classes sociais**

O município atualmente possui população estimada de 218.899 habitantes (IBGE<sup>39</sup>, 2016), mas não se destaca somente pelo seu ritmo de crescimento populacional e sim, especialmente pela dinâmica acelerada de transformação do espaço-tempo, conforme podemos analisar a figura 5.5.

Com uma população de mais de 200 mil habitantes, Rondonópolis é a terceira maior cidade do Mato Grosso, há 60 anos, quando foi emancipada a população de Rondonópolis era de 22 mil moradores.

A principal faixa etária dos moradores está entre os 20 e 29 anos, representando 20% da população, seguida da faixa entre 30 e 39 anos, com 17%. Há um equilíbrio na distribuição entre homens e mulheres, configurada de 50% homens e 50% mulheres. (Marketing Mix, 2012)

---

<sup>39</sup> Estimativa da população IBGE, 2016

As contradições verificadas ao longo do processo de urbanização possibilitaram o aumento das diferenças e concentração de renda nas mãos de poucas pessoas, no decorrer do desenvolvimento histórico da produção do espaço urbano.

A população rondonopolitana se divide em urbana, 96% e rural, 4%, de acordo com o Censo (2010). Na prancha 5.3 observamos a distribuição da população por bairro (2010).

Em vermelho estão representados os bairros com maior contingente populacional, mas que coincidentemente são também os maiores loteamentos a nível de extensão territorial, como exemplo o bairro Sagrada Família, que é o maior loteamento e que mesmo com uma caracterização de vazios urbanos, ainda assim abriga vários conjuntos habitacionais como Colina Verde, Santa Clara e outros.

Já as áreas com menor contingente habitacional são os loteamentos de chácaras e os distritos industriais.

Assim, o processo de acesso à moradia e a sua localização no espaço urbano deve-se justamente à diferenciação da capacidade que cada grupo social tem para pagar pela residência que habita. Na prancha 5.4 podemos observar a espacialização da renda familiar por bairros em 2010, de acordo com dados do Censo (2010).

Em vermelho estão representados os bairros com maior renda média familiar. Podemos observar que são as áreas residenciais, em sua maioria próximas aos bairros centrais como exemplo o Bairro Santa Cruz, Vila Aurora e região e os bairros onde localizam-se os condomínios fechados de classe média alta, que seriam a Vila Goulart e Jd. Vilagge do Cerrado. O que chama atenção nesta categoria de maior renda são os loteamentos de chácaras Adriana Quito e Chácaras Paraíso.

Em rosa estão representados os bairros com menor renda, que seriam em sua maior parte os loteamentos na extremidade norte da cidade, o Jd. Rui Barbosa a oeste e os loteamentos que foram ocupados através de invasões de terras como no caso dos bairros Pedra 90, Vila Olinda, Vila Mamed e outros.

No mapa, os bairros que estão com 0 de renda, são os loteamentos que ainda não existiam em 2010, e portanto, não foram recenseados.

### **5.1.3 Os serviços públicos**

Em relação ao abastecimento de água, cerca de 50% do abastecimento de água de Rondonópolis vem de poços artesianos, que captam água do Aquífero Guarani. O restante vem do

Rio Vermelho. Na estação onde é feito o tratamento da água, são tratados até 400 litros de água por segundo.

Mesmo com a baixa qualidade da água, o Rio Vermelho é o responsável por 50% do abastecimento de água da área urbana da cidade. Cerca de 80% da cidade atualmente conta com a instalação de galerias pluviais e os resíduos sólidos ainda são depositados em um lixão, pois encontra-se em fase de construção o aterro sanitário.

Em relação à pavimentação asfáltica, dados 2015 espacializados na Figura 5.6, podemos afirmar que as áreas com maior deficiência de pavimentação asfáltica encontram-se no vetor leste da cidade.

Atualmente, esta realidade continua a mesma, especialmente na área chamada popularmente de “Região do bairro Sagrada Família”. Esta área da cidade aguarda há anos recursos de verbas federais (PACs) e estaduais para que os serviços de pavimentação e drenagem pluvial sejam efetivados. Enquanto esta realidade não muda, a população sofre, especialmente na época das chuvas com enchentes, alagamentos e obstrução das vias de acesso.

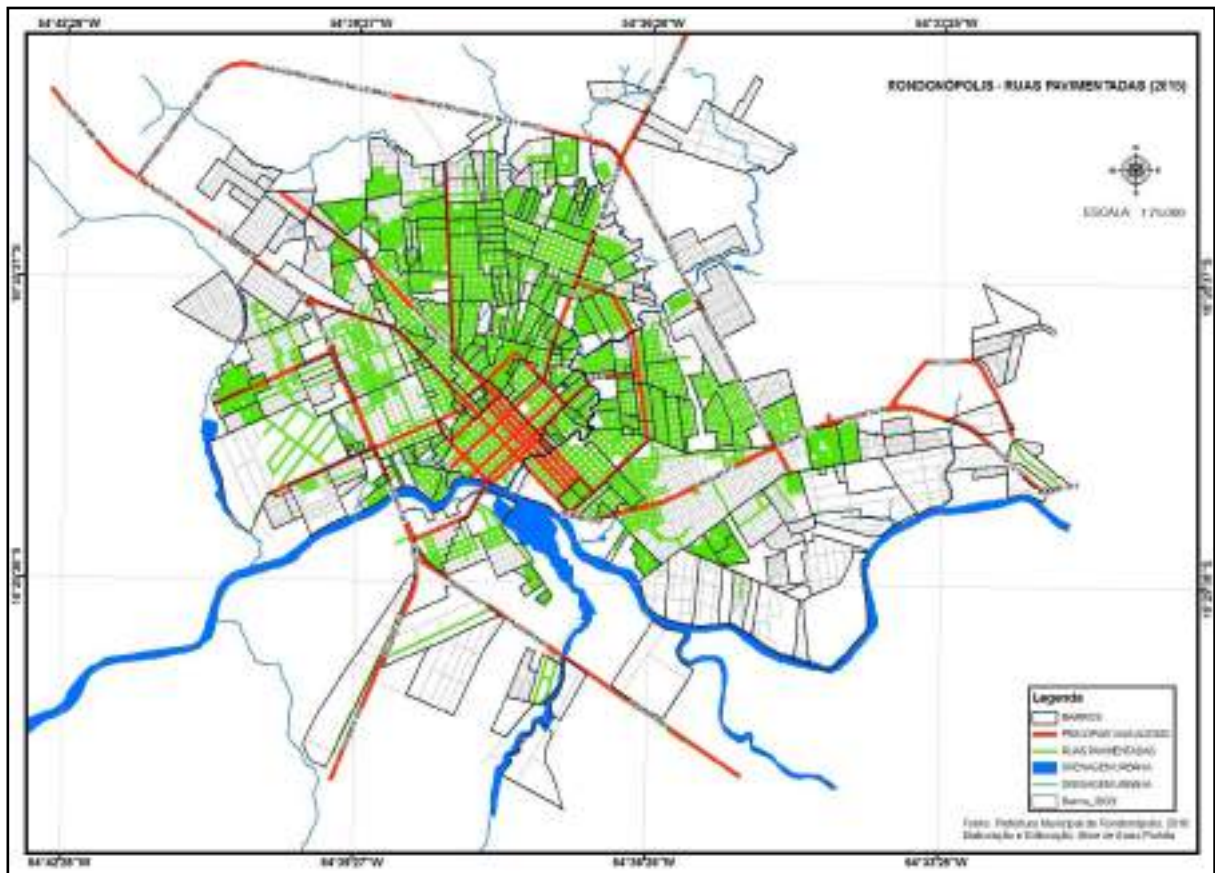


Figura 5.6: Rondonópolis: Ruas Pavimentadas (2015)

Org: PORTELA, A.A. (2016)

Cabe ainda enfatizar que o processo de especulação imobiliária trouxe consigo um novo direcionamento da disponibilidade de serviços público para atender as demandas de implantação de novos loteamentos, conforme podemos evidenciar no cartograma, as principais vias de acesso à cidade convergem nas novas áreas de expansão urbana, como no caso da Av. Goiânia e Rua Rio Branco.

Como em outras cidades brasileiras, é notório constatar em Rondonópolis, que as obras de infraestrutura urbana alimentam a especulação imobiliária e não a democratização do acesso à terra para moradia. Os proprietários de terra e capitalistas das atividades de promoção imobiliária e construção são um grupo real de poder e de definição das realizações orçamentárias municipais.

As diversas instancias do governo, em países latino-americanos, acabam por beneficiar o capital imobiliário ou grandes grupos privados quando da alocação dos investimentos públicos, especialmente na circulação viária. Trata-se de obras que são mais imobiliárias que viárias.<sup>40</sup>

Em relação aos dados educacionais, Rondonópolis é considerada um polo educacional da região sudeste do estado, possui faculdades e universidades públicas e privadas que oferecem variados cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas para mais de seis mil alunos. E a cada ano e com a ampliação da oferta de cursos, a cidade atrai ainda mais estudantes de todo o Brasil. Podemos visualizar na Prancha 5.5, a distribuição das universidades, escolas e creches em nível de bairros na cidade.

Em relação aos dados sobre a Saúde de Rondonópolis, podemos elencar os tipos de estabelecimentos em 2016 (Quadro 5.2) e na Prancha 5.5 visualizar a espacialização e localização destes postos de saúde em nível de bairros.

---

<sup>40</sup> MARICATO, 2000

Quadro 5.2- Os Estabelecimentos de Saúde – 2016

<b>Tipos de Estabelecimentos de Saúde</b>	<b>2016</b>
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	06
Central de Regulação de Serviços de Saúde	01
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	02
Laboratório Central de Saúde Pública	01
Policlínica	01
Posto de Saúde	06
Serviço de Apoio e Diagnóstico e Terapia (SADT)	01
Centro de Apoio Psicossocial (CAPS)	03
Unidade de Coleta e Transfusão (UCT)	01
Agências de Transfusão (AT)	01
Unidade Descentralizada de Reabilitação (UDR)	01
Unidade de Pronto Atendimento	04
Unidade de Clínicas de Hemodiálise	01
Núcleo de Apoio a Saúde da Família	02
Unidade de Saúde da Família	36
Unidade de Vigilância em Saúde	04
Unidade de Atenção a Saúde Indígena	01

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Org: PORTELA, A. A. (2016)

Considerando-se a determinação do Ministério da Saúde em relação à disponibilização dos equipamentos de saúde, é orientado que para cada 1200 famílias deve existir uma unidade de saúde. Em Rondonópolis, devido ao processo de especulação imobiliária existem áreas não cobertas por serem loteamentos não legalizados, o que impede a instalação de unidades para atendimento à população.

Por fim, entendemos que a espacialização dos serviços públicos acompanhou o processo de especulação imobiliária por que passou a cidade. Torna-se necessário entender que somente a construção de infraestrutura determina um atendimento de qualidade.

## **5.2 OS RITMOS ANALÍTICO- REGRESSIVOS (1902- 2016) DA CIDADE DE RONDONÓPOLIS**

Neste segundo momento de análise, que Lefebvre (1978) denomina de *analítico-regressivo* será feita a análise da realidade descrita anteriormente considerando as contradições e as possibilidades.

Agora a realidade é analisada e decomposta, cada relação social, cultural, política, econômica é datada. O que no capítulo anterior parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto como remanescente de uma época específica, o que nos permite compreender que é no vivido, na prática que as relações se mostram atuais.

É o momento da descoberta das diferentes temporalidades no presente, o que possibilita desvendar a aparência da paisagem e dos processos históricos-econômicos. Buscou-se confrontar o discurso oficial com a prática através da análise das estratégias, dos instrumentos técnicos e políticos que participaram da produção do espaço urbano de Rondonópolis.

A partir dos mapeamentos e pesquisa sobre a estrutura física (espaço natural = abstração) da cidade podemos compreender como se deu e ainda se dá a relação sociedade-natureza, os ritmos sociais e seus desdobramentos no espaço urbano de Rondonópolis. Conforme nos aponta Tarifa (2002), o movimento que cada espaço urbano reflete conta o ritmo (ritmos cíclicos ou lineares) e com ele a dialética do tempo com suas contradições entre o homem e a natureza, onde tanto o tempo meteorológico como o cronológico estão contidos no espaço.

Lefebvre (2011), ainda colabora com esta análise ao considerar que o tecido urbano, deve ser entendido não somente a partir de sua caracterização física, como um ecossistema rígido e estático, mas sim, como suporte para as relações entre a sociedade e os espaços constituídos.

Neste contexto devemos considerar a problemática urbana na atualidade a partir dos princípios das relações sociais e da relação homem-natureza, nunca como um processo natural que não pode ser modificado. Na realidade, o caos urbano que vivenciamos desde as relações capitalistas de produção é uma construção social com interesses, principalmente econômicos que serve como justificativa para a manutenção de um sistema econômico excludente e contraditório.

Com base na análise dos aspectos quantitativos, obtidos pelos mapeamentos, aerofotogrametria, análise de imagens de satélite podemos comprovar que o controle da natureza continua existindo e serve para reafirmar o modelo de produção instituído.

### **5.2.1 O sítio natural**

O sítio da cidade de Rondonópolis ocupa as áreas do vale do Rio Vermelho, tem clima tropical continental quente, seco e úmido. Está localizado em nível morfológico rebaixado e de



depressão, altitude média de 227m acima do nível do mar, com vegetação inicial tipicamente de cerrado.

A região onde se assentou a cidade de Rondonópolis, no final do século XIX e início do século XX, encontrava-se coberta por vegetação típica de cerrado e florestas residuais. Corresponde a cerca de 30% do total do município, com a maior parte da mata pertencente à reserva indígena Tadarimana, no que se refere à vegetação nativa.

A cobertura original da superfície atualmente urbanizada era composta por cerrados, veredas e matas ciliares. Estas matas ciliares são originadas da planície de inundação da bacia do Rio Vermelho e trata-se de uma vegetação higrófila típica deste tipo de mata.

No tocante à geologia, o município faz parte da Bacia Sedimentar do Paraná, que comporta as Formações Furnas e Ponta Grossa, onde a segunda se sobrepõe à primeira, que é composta principalmente siltitos, folhelhos de cor cinza, cinza-azulado e violácea. Além deste grupo, aflora na região a Formação Aquidauana, caracterizada por depósitos fluviais e lacustres, sedimentados durante o Carbonífero superior – Permiano Inferior.<sup>41</sup>

A cidade de Rondonópolis localiza-se em uma depressão topográfica, o que não se refere a uma característica geomorfológica e sim, a um baixo platô, que não deixa de ser um planalto. Essa depressão é dominada por terrenos devonianos da Formação Ponta Grossa, que ocorrem de forma contínua da parte central para o sul. A parte norte é ocupada por terrenos Permo-Carboníferos da formação Aquidauana, e na parte oeste afloram pequenos núcleos de sedimentos cretáceos e terciários.

No local foram esculpidos relevos cujas formas com front, voltados para o interior da depressão, que parece ter como origem o recuo do rio Poguba (Vermelho) e seus afluentes, como iniciadores da abertura desta baixada. Como é uma área bastante movimentada, apresenta uma série de fraturas e falhas que deram origem a uma gama de formas de relevo como escarpas de falhas, cuevas em avançado estágio de erosão que, em alguns casos, transformaram-se em pequenos e descontínuos rebordos erosivos. A presença de pseudo cristas, muitas delas, topo tabular e/ou aguçado, demonstra o poder dos fenômenos erosivos nesta depressão, ligados principalmente à intensidade das chuvas”.<sup>42</sup>

Na figura 5.7 foram espacializados os compartimentos morfológicos da cidade de Rondonópolis. Este mapeamento foi obtido através das análises de ELY (1998), onde foram

---

<sup>41</sup> SETTE

<sup>42</sup> SETTE

delimitados os compartimentos predominantes a partir do grau de dissecação do relevo, elaborada pela incisão da drenagem.

A paisagem rondonopolitana reflete claramente o amplo controle tectônico estabelecido no modelado, que favorece a sua dissecação e coopera para a elaboração de sua morfologia. Assim, percebemos que a morfologia, disposta no município compreende uma variedade de formas de degradação e acumulação. As formas degracionais, distinguem-se em maior e menor grau de dissecação do relevo. Em toda a sua porção setentrional, o relevo configura-se mais dissecado, onde a erosão remontante promoveu o surgimento de formas mais ou menos convexadas.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Ely, 1998

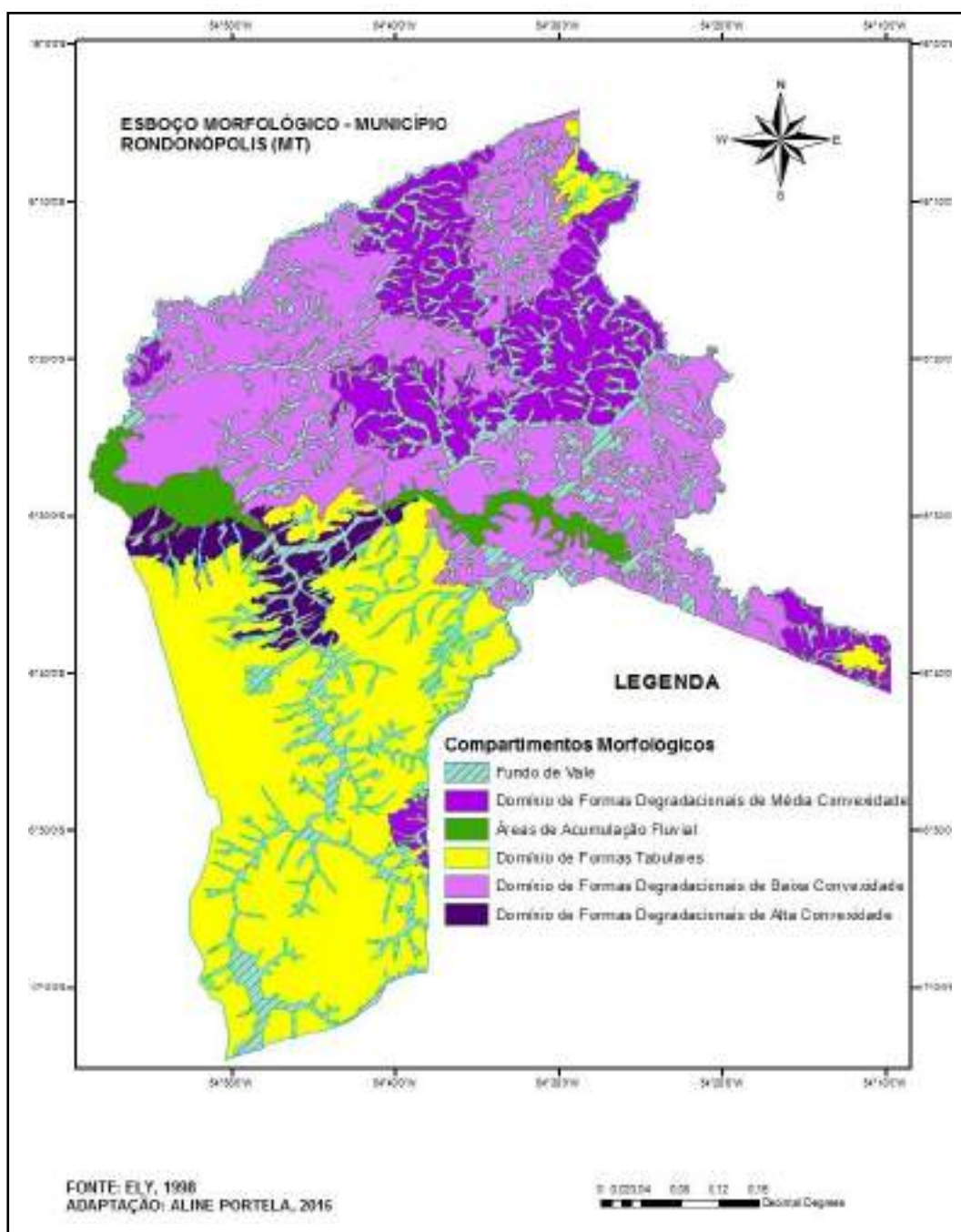


Figura 5.7- O esboço Morfológico da cidade de Rondonópolis (MT)  
Org: PORTELA, A. A. (2016)

Observa-se que o município é cortado pela área de acumulação fluvial do Rio Vermelho. Na margem direita do Rio Vermelho observa-se o predomínio de domínio de formas degracionais de baixa e média complexidade, enquanto que na margem esquerda, logo na margem existe o domínio de formas degracionais de alta complexidade.

Na maior parte do perímetro rural do município predomina-se o domínio de formas tabulares. A drenagem predominante do sítio onde se assenta a cidade de Rondonópolis fica sobre o vale do Rio Vermelho e seu afluente, o Ribeirão Arareau, que fazem parte da bacia do rio São Lourenço, afluente do Pantanal.

De modo geral, a drenagem desenvolve-se sob o padrão paralelo, condicionado pelo sistema de falhas e o ribeirão Ponte de Pedra comanda esta seção da rede hidrográfica, seu leito percorre no sentido norte/sul. A drenagem estabelecida na porção setentrional diferencia-se por apresentar um padrão dendrítico, com maior concentração de cursos hídricos, que abarcam os principais rios que cortam o município.<sup>45</sup>

O rio Vermelho nasce do encontro de outros dois rios da região, o Paraíso e o Poxoréu, e deságua no Rio São Lourenço, que como o Rio Cuiabá, também faz parte da Bacia do Alto Paraguai, formadora do Pantanal.

O relevo do município é constituído de terrenos aplainados, de chapadões levemente ondulados com declividade até 15%, tem algumas elevações em destaque, como o Morro do Naboreiro que, com 670 metros, um dos pontos mais altos do município. Em percentuais, são aproximadamente 5% fortemente ondulado (montanhoso), 15% plano e 80% ondulado.

São encontrados também terrenos com planícies, baixadas e morros, mas no entanto, não existem pontos com grande altitude, conforme podemos observar na Prancha 5.6, cartograma onde está representada na mancha urbana da cidade.

A altitude da área urbana da cidade varia entre 200 e 320 metros, sendo que uma boa parte do centro encontra-se nas cotas mais baixas (205 a 220 metros), no vale do Rio Vermelho e seu afluente Ribeirão Arareau.

Na mancha urbana, as altitudes variam entre 190 a 330 metros. As maiores cotas de altitude estão a noroeste do centro da cidade (320m) nas próximas do antigo aeroporto. No vetor sudeste, onde estão localizados o Campus da UFMT e o bairro Jardim Atlântico, a altitude varia de 260m a 280m. O ponto de altitude média é na Praça Brasil com 219m e a mínima localiza-se às margens do rio Arareau, com 173m, conforme podemos observar na Prancha 07.

A cidade caracteriza-se por apresentar um clima subúmido, com a temperatura média, anual de 24,8°C, das máximas é de 32,6°C nos meses de setembro e outubro, e a das mínimas é 18,6°C nos meses de junho e julho.

Segundo o IBGE (2015), a região de Rondonópolis apresenta uma estação seca prolongada de sete meses e uma úmida de aproximadamente quatro meses. Em relação à

---

<sup>45</sup> DEISE

temperatura, possui médias térmicas elevadas praticamente todo o ano, o que o caracteriza como clima megatérmico.

Em relação aos solos, a maioria deles são profundos, bem drenados, estruturados, com baixa retenção de água e fertilidade, o que dá suporte à cobertura vegetal de cerrado. Evidencia-se a presença de Podzólico Vermelho-amarelo eutrófico e de areias quartzocásicas. O tipo de solo predominante na região de Rondonópolis é o solo argiloso, com cerca de 55% de ocorrência, seguindo do solo arenoso, 25% e de terras mistas, 20%.

As regiões de solo argiloso com vegetação primitiva de matas, geralmente apresentam boa fertilidade natural, onde são encontrados pequenos produtores que exploram, em sua maioria, as culturas de algodão, milho, arroz e bovinocultura de leite. Nestas regiões, de vegetação primitiva de cerrado, há maior ocorrência dos latossolos vermelhos escuros, com exploração da agropecuária empresarial, com o cultivo de soja, milho e gado de corte.

Em algumas localidades da cidade, como à margem dos Córregos Escondidinho e Piscina observamos a formação rochosa de lajedos (Foto 5.1).

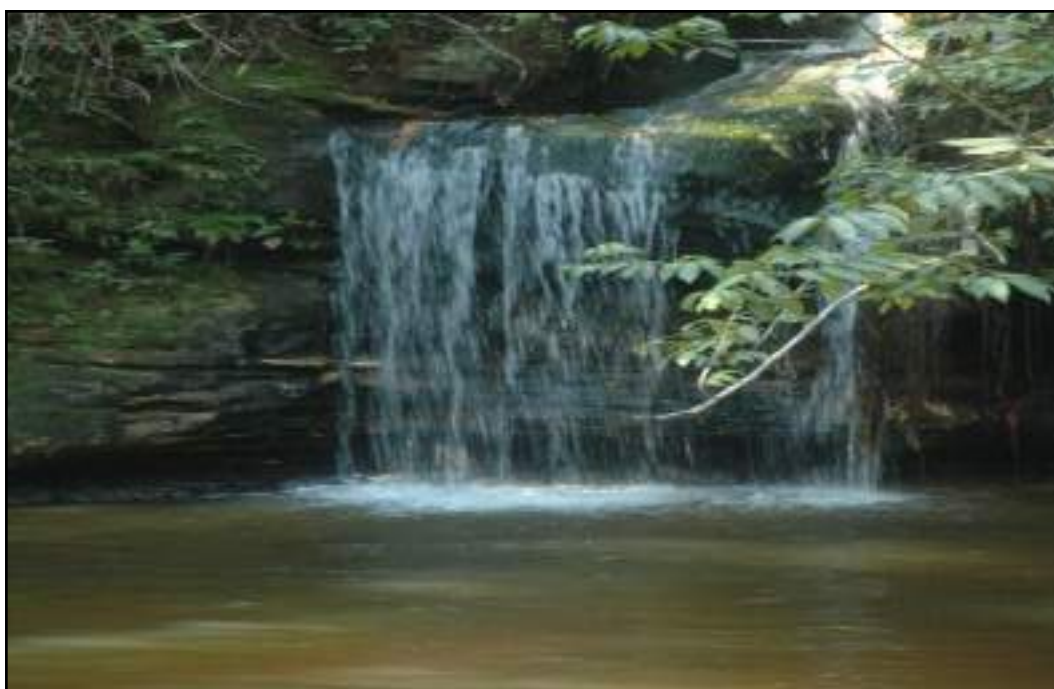


Foto 5.1- Córrego Piscina (Ponte Jardim Alvorada) – Observamos a presença de formação rochosa e algumas cachoeirinhas no local, com característica de lajedos, semelhante ao que podemos evidenciar em alguns pontos do Córrego Escondidinho. Foto: J. R. T., Maio/2016

Rondonópolis, como a grande maioria das cidades assentadas na área do cerrado, teve sua urbanização marcada pelo uso de tecnologias de construção, baseada em processos padronizados pela indústria da construção, que não consideraram o ritmo do aquecimento tropical e equatorial, pois na maior parte dos edifícios, faz-se necessário elevado consumo de energia para resfriar os ambientes internos e, ao mesmo, tempo aumentam o calor externo.

Mas, apesar de todos os aparatos construídos, a cidade ainda guarda remanescentes (sobreviventes) dos ritmos naturais, na sequência estacional (inverno/ primavera), a vegetação entra na fase de floração e dá um tom colorido aos ipês, aricás, lixeiras, mandovis, tarumãs, entre outros, que a embelezam a despeito de muitas vezes estar encoberta pela poeira e fumaça comuns na estação seca. São ritmos naturais sobrepostos ou compostos aos socioculturais.<sup>46</sup>

## **5.2.2 A história social e os processos de apropriação**

Para Lefebvre (1992), os tempos sociais mostram possibilidades diversas, contraditórias: atrasos, avanços, reaparições (repetições) de um rico passado (aparentemente), revoluções que introduzem bruscamente um conteúdo novo que, às vezes, muda a forma da sociedade e intervêm imprimindo um novo ritmo a cada época.

Estas relações que se estabelecem no tempo e no espaço, dão espessura às novas tramas da cidade, conforme podemos evidenciar a seguir ao entendermos como se deu os processos de apropriação da cidade de Rondonópolis (MT).

Segundo estudos realizados no sítio arqueológico Ferraz Egreja, pertencente a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), os primeiros sinais de vida em terras que hoje pertencem ao município de Rondonópolis datam de pelo menos cinco mil anos atrás.

A origem da cidade de Rondonópolis é datada do final do século XIX, com a existência dos índios bororos orientais que ocupavam a região dos vales dos rios Vermelho, São Lourenço, Itiquira, entre outros, que naquele momento eram áreas com povoamento escasso. Os ambientes naturais eram integrados com as comunidades indígenas e o cerrado.

Após a chegada do efetivo militar de Rondon e a expansão das linhas de telégrafo, começou a ocupação do espaço urbano do atual município, de 1875 até 1890. Mas somente a partir de 1902, teve início o povoamento das margens do Rio Vermelho, com a vinda de famílias de Cuiabá e outras cidades de Mato Grosso, Bahia e Goiás.

Enquanto os garimpeiros utilizavam esta rota apenas como passagem para os municípios ricos em minérios como Poxoréo e Guiratinga. Por outro lado, a partir do início do século XX, inicia-se o povoamento do lugar com a chegada das famílias Esteves e Rodrigues,

---

<sup>46</sup> SETTE e TARIFA (2004)

agropecuáristas, que chegaram na região em 1902, vindo de Palmeiras (GO). Até sua fixação às margens do Rio Vermelho, passaram por inúmeras dificuldades, já que não existiam caminhos abertos para passagem que facilitassem as ligações terrestres entre as regiões. Da família Rodrigues, chegou com esposa e filhos, Manuel Conrado dos Santos, acompanhado por Luiz Esteves dos Santos.<sup>47</sup>

Em 1915, havia cerca de setenta famílias na localidade. Estas viviam com certa organização econômica, social, política e também tinham preocupação com as primeiras letras. Neste mesmo ano, Joaquim da Costa Marques, presidente de estado do Mato Grosso, promulga o Decreto Lei n.º 395, que estabelecia uma reserva de dois mil hectares para o patrimônio da povoação do Rio Vermelho. Esse Decreto marca oficialmente a existência do povoado (a futura cidade de Rondonópolis), cuja data de fundação foi em 10 de agosto de 1915.

Em 1920 passa a ser distrito de Santo Antônio de Leverger e comarca de Cuiabá. No final dos anos de 1920 e ao longo da década de 1930, a partir de fatores como a insalubridade provocada pelas enchentes, epidemias, carência de atendimento médico e de medicamentos, dificuldades para a compra de mercadorias de primeira necessidade, desentendimentos entre os próprios moradores, além dos garimpos de diamantes abertos na região de Poxoréu (1924), provocou um processo de despovoamento da localidade de Rondonópolis.

Por estes motivos, em 1938, através da Lei Estadual 218, Rondonópolis passa a ser Distrito de Poxoréu, que se apresentava atrativa e promissora aos olhos dos forasteiros, ao contrário de Rondonópolis, que nesse período via-se ameaçada de desaparecer em meio ao cerrado mato-grossense e transformar-se num distrito fantasma. Neste lugar existiam apenas seis famílias, um posto telegráfico e uma balsa que fazia a travessia do Rio Vermelho de uma margem a outra, transportando gente, mercadorias e animais.<sup>48</sup>

Em 1947, a cidade retoma o crescimento econômico e populacional com a política de colonização implantada pelo governador do Estado Arnaldo Estevão de Figueiredo, que através do processo de industrialização brasileiro no Sudeste precisava da integração promovida pela “Marcha do Oeste” e seus desdobramentos.

Este foi um momento marcante para a transição entre o ritmo natural para um ritmo de produção agroindustrial. A modulação rítmica da atividade e dos lugares deixa para trás rupturas e destruição dos ritmos culturais, sociais já existentes. Assim, ciclos vitais são alterados e degradados afetando todas as formas de vida e de relações sociais.

---

<sup>47</sup> NEGRI, 2008

<sup>48</sup> Fonte: Perfil Rondonópolis, 2014

Em 1947, reacendeu entre os moradores o desejo de que o município conseguisse sua emancipação política, uma proposta que já estava assegurada na Constituição do Estado de Mato Grosso na época. Por meio do projeto do deputado João Marinho, representante da União Democrática Nacional (UDN), apresentado na Assembleia Legislativa e que contava com os esforços também da bancada de oposição, tendo entre seus nomes Rachid Mamede, do Partido Social Democrata (PSD), a população viu Rondonópolis emancipar-se de Poxoréu em 10 de dezembro de 1953. Nessa época a cidade contava com uma população de 2.888 habitantes, boa parte vivendo na área rural.<sup>49</sup>

Nos finais de semana, os sitiantes e agricultores da região se encontravam na Praça dos Carreiros para fazer as compras nos armazéns, nas casas comerciais, de propriedade de migrantes nacionais, estrangeiros e colocar a “prosa” em dia no Bar Vitória.<sup>50</sup>

A cidade em pouco tempo foi se desenvolvendo com a criação e funcionamento da Câmara Municipal (1955), durante a gestão do primeiro prefeito eleito, Daniel Martins de Moura (1955-1959), as obras da administração de Lutherio Lopes (1959-1962), sendo elas a abertura de novas ruas e avenidas como a Dom Pedro II, a Fernando Correa da Costa e Treze de Maio, o desenho da Praça Brasil, a inauguração do estádio de futebol, a instalação da primeira usina elétrica no rio Ponte de Pedra e a criação da Comarca de Rondonópolis (1959). Com o estabelecimento da comarca, a cidade passou a ter Fórum e Cartório de Registro de Imóveis, o que significou sua autonomia para resolver todos os assuntos administrativos locais de sua competência.<sup>51</sup>

Segundo Demamann<sup>52</sup>, no início da década de 1950, o Distrito de Rondonópolis apresentava algumas características de cidade, pois as atividades agrárias estavam em desenvolvimento com a presença de casas comerciais, que já subsidiavam os colonos com o avanço das atividades agrícolas, financiando a compra de sementes e equipamentos. Assim, estabeleceram-se as primeiras relações entre campo e cidade, que foi ampliada a partir da expansão da propriedade privada da terra, dando novo ritmo ao crescimento urbano.

Na década de 1970, em pleno contexto da ditadura militar, houve em Rondonópolis um rápido processo de modernização do campo, fenômeno sem precedentes na história da região Centro-Oeste. O advento do Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (PRODOESTE), criado em 1971, teve papel significativo no crescimento da agropecuária, dos

---

<sup>49</sup> Fonte: Perfil Rondonópolis, 2014

<sup>50</sup> Fonte: Perfil Rondonópolis, 2014

<sup>51</sup> Fonte: Perfil Rondonópolis, 2014

<sup>52</sup> DEMAMANN, 2011



empreendimentos comerciais e industriais vinculados a ele no município, alcançando a emancipação política em 10 de dezembro de 1953, através da Lei estadual 666.<sup>53</sup>

Com este processo de modernização agrícola, a bio-sociodiversidade em Rondonópolis vem sendo destruída pela produção em larga escala (monocultura ou agricultura de precisão). Os ritmos (mecânicos, quantitativos) destas atividades, são cada vez mais dependentes de produtos (sementes, insumos, agrotóxicos) e conhecimentos (por exemplo, o uso de variedades e sementes transgênicas), procedentes de outra realidade (externa ao ambiente do cerrado). O resultado desta homogeneização é a perda de resistência orgânica (às doenças e às variações dos ritmos externos) das variedades de plantas clonadas ou geneticamente produzidas e, por consequência, a perda de qualidade no sentido de evolução e diversidade biológica e social.<sup>54</sup>

Além deste processo de transição econômica na década de 1970, Rondonópolis ainda se abriu para o resto do país e para o mundo, fato incontestável e possível se levado em consideração o índice de alfabetização, a criação de numerosas escolas, o acesso aos livros, jornais, revistas através de livrarias, bancas e biblioteca; a inauguração de emissoras de rádio, jornais, cinema e torre de televisão, que permitiram (mesmo sob a força da censura e do controle ideológico do Estado), não só a veiculação das informações externas, mas também a possibilidade de criação e introdução de ideias que, sem dúvida, contribuíram para a alteração da visão de mundo dos moradores, com concepção mais progressista e universal.<sup>55</sup>

A força do trabalho do homem do campo foi a mola propulsora que fez a região sudeste de Mato Grosso crescer e se estabelecer, a partir da mistura de raças e povos de diversas regiões do Brasil, o que foi dando origem à população de Rondonópolis que hoje une gaúchos, paulistas, goianos, baianos, paranaenses, mineiros e outros.<sup>56</sup>

Conforme avançou a política nacional de fronteiras agrícolas criou-se uma infraestrutura produtiva que acelerou o desenvolvimento da região e, conseqüentemente ocasionou um aumento populacional entre as décadas de 60 e 70, momento este que a população total da cidade praticamente triplicou, década de 60 - 22.302 habitantes; década de 70 - 62.086 habitantes. (Figura 5.8).

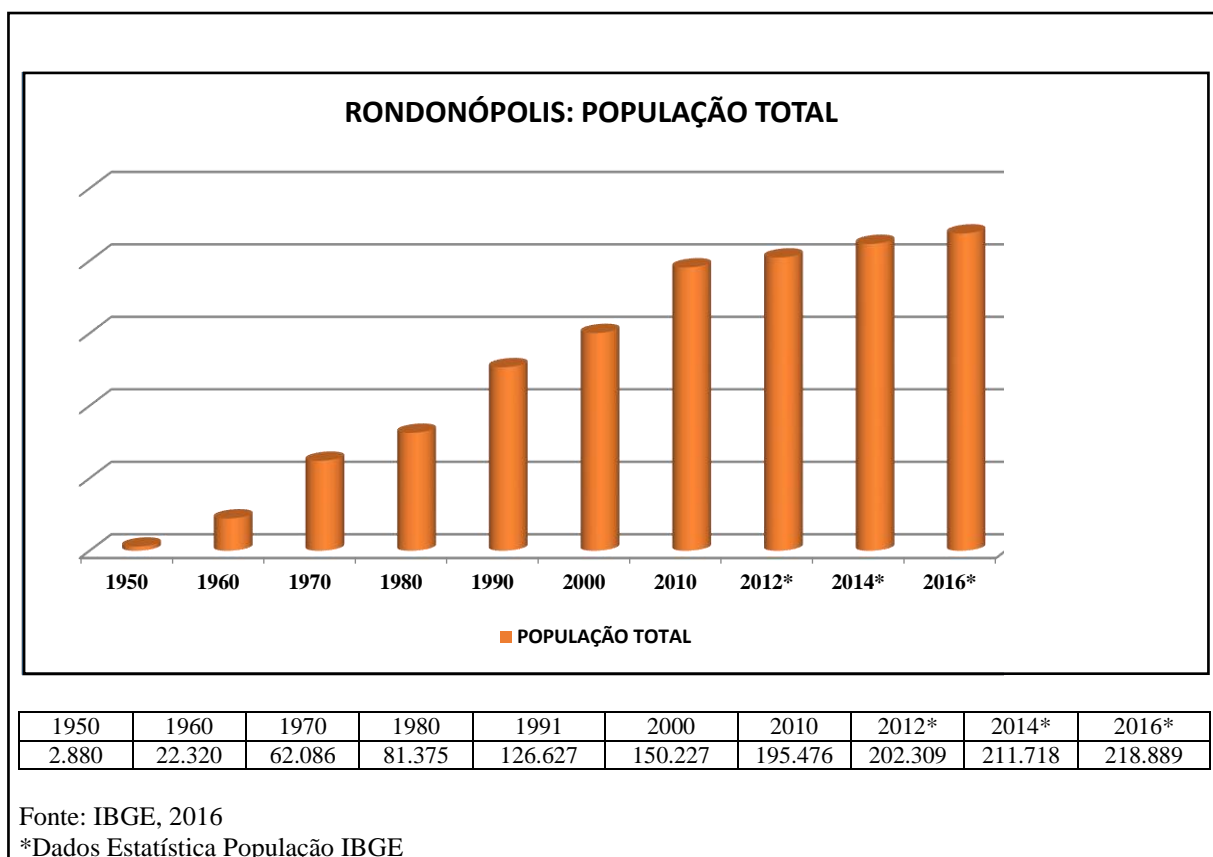
---

<sup>53</sup> Fonte: Perfil Rondonópolis, 2014

<sup>54</sup> SETTE e TARIFA (2004)

<sup>55</sup> RODRIGUES, O.M.

<sup>56</sup> Perfil Rondonópolis, 2014



Fonte: IBGE, 2016

\*Dados Estatística População IBGE

Figura 5.8- Rondonópolis – A população total

Org: PORTELA, A. A. (2016)

O município teve suas primeiras décadas baseadas na economia agrícola, as terras férteis do cerrado foram ganhando cada vez mais produtores interessados em explorar e gerar riquezas na região. Acompanhando essa tendência, Rondonópolis foi se desenvolvendo e se estruturando para atender as famílias que para cá vieram e dedicaram o trabalho para fazer dessa cidade o lugar para fixar moradia e criar seus filhos.

O comércio, em especial, também foi beneficiado com o progresso da cidade, novos empreendimentos foram chegando, criando uma concorrência saudável entre os lojistas, fazendo com que novas tendências fossem sendo aplicadas, os prédios comerciais foram se modernizando, as lojas se adequando para atender os clientes com mais conforto e qualidade.

O ritmo de produção agrícola intensificou-se na cidade de Rondonópolis a partir da década de 70. Entre 1991 e 2011, a produtividade do milho cresceu 16%, da soja 30% e do algodão 262%.

De acordo com Tesoro (1993) a posição estratégica de Rondonópolis - localizado no entroncamento de duas rodovias federais, a BR 163 e a BR 364, que ligam as regiões Norte e Sul do País - tem contribuído para seu desempenho econômico. A cidade possui três distritos industriais municipais e dois particulares. A taxa média de crescimento real do município,

segundo os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao longo da década de 2000 foi superior ao observado na economia de Mato Grosso.

A partir dos anos 2000, Rondonópolis passa por um momento de reorganização do seu espaço urbano especialmente porque tem na industrialização um novo salto de crescimento, como consequência da instalação do terminal ferroviário da ALL (América Latina Logística) cujas operações tiveram início em 2013.

Entre 2004 e 2012 a cidade recebeu investimentos de grandes empresas como a Cervejaria Petrópolis, Dixie Toga, TBM Têxtil, a Nortox Agrotóxicos, a Santana Textiles, ampliação das plantas da Bunge Alimentos e da ADM, e mais recentemente, a empresa Noble, trading de commodities instalou uma das maiores indústrias de biodiesel do Brasil, com capacidade produtiva de 200 mil toneladas do combustível ao ano, além de 1,3 milhão de toneladas de soja esmagadas por ano, conforme podemos comprovar no Quadro 5.3

Quadro 5.3- O ritmo da industrialização em Rondonópolis

<b>Ano</b>	<b>Número de Empresas</b>
2005	6.648
2007	8.325
2009	10.018
2012	13.685
2013	16.345
2016	18713

Fonte: Prefeitura Municipal de Rondonópolis

Org: PORTELA, A. A. (2016)

Com a chegada da chinesa Noble Group, Rondonópolis ganha a terceira grande indústria de soja e se consolida como o maior polo esmagador do Brasil. Destaque também na exportação, em 2012, foi líder no ranking das exportações do Mato Grosso, com mais de 1,4 bilhões de dólares em diversos produtos principalmente derivados da soja, algodão e carnes em geral, destinados para Ásia, Europa, Oriente Médio e África.

A mudança nos padrões rítmicos associados a este tipo de produção/reprodução do espaço urbano é extremamente intensa. Os ritmos naturais (climáticos, hidrodinâmicos, morfológicos e sedimentológicos) são redefinidos pela intensidade das transformações, associados às diferentes fases do ciclo produtivo. As mudanças quantitativas, ligadas às alterações no escoamento pluvio- fluvial, no tempo de residência, no armazenamento da água no solo e nos processos erosivos, são acompanhadas por mudanças qualitativas nos ciclos

biogeoquímicos, tanto no solo quanto na atmosfera. Os ciclos vitais são alterados e degradados afetando todas as formas de vida e de relações sociais.<sup>57</sup>

### **5.2.3 A produção do espaço urbano, os ritmos políticos e a ação do Estado.**

Ao analisarmos o crescimento e a evolução da população de Rondonópolis, podemos identificar que o processo de urbanização se deu a partir das décadas de 70 e 80, diferentemente do que aconteceu na maioria das cidades brasileiras que foi entre 60 e 70.

A justificativa para este intenso processo de urbanização na cidade nestas décadas, deveu-se à mudança do ritmo de produção econômica que o município passou, conforme visto anteriormente durante a análise da história social e os processos de apropriação. Neste momento, houve uma alteração na produção do espaço urbano da cidade quando os ritmos sócio-econômicos passaram a se sobressair aos ritmos naturais.

Nas décadas de 70 e 80, verificou-se o período de intensa urbanização, pois 80% da população estava concentrada na zona urbana. Processo este, resultante do êxodo rural do município e dos fluxos migratórios do nordeste, sul e sudeste.

Na figura 5.9, podemos entender como se deu a evolução da população urbana em comparação à rural de Rondonópolis. Fica evidente como o processo de modernização da agricultura, descrito no item anterior, contribuiu para o crescimento do espaço urbano do município, pois promoveu a migração do campo para a cidade.

---

<sup>57</sup> SETTE e TARIFA (2004)

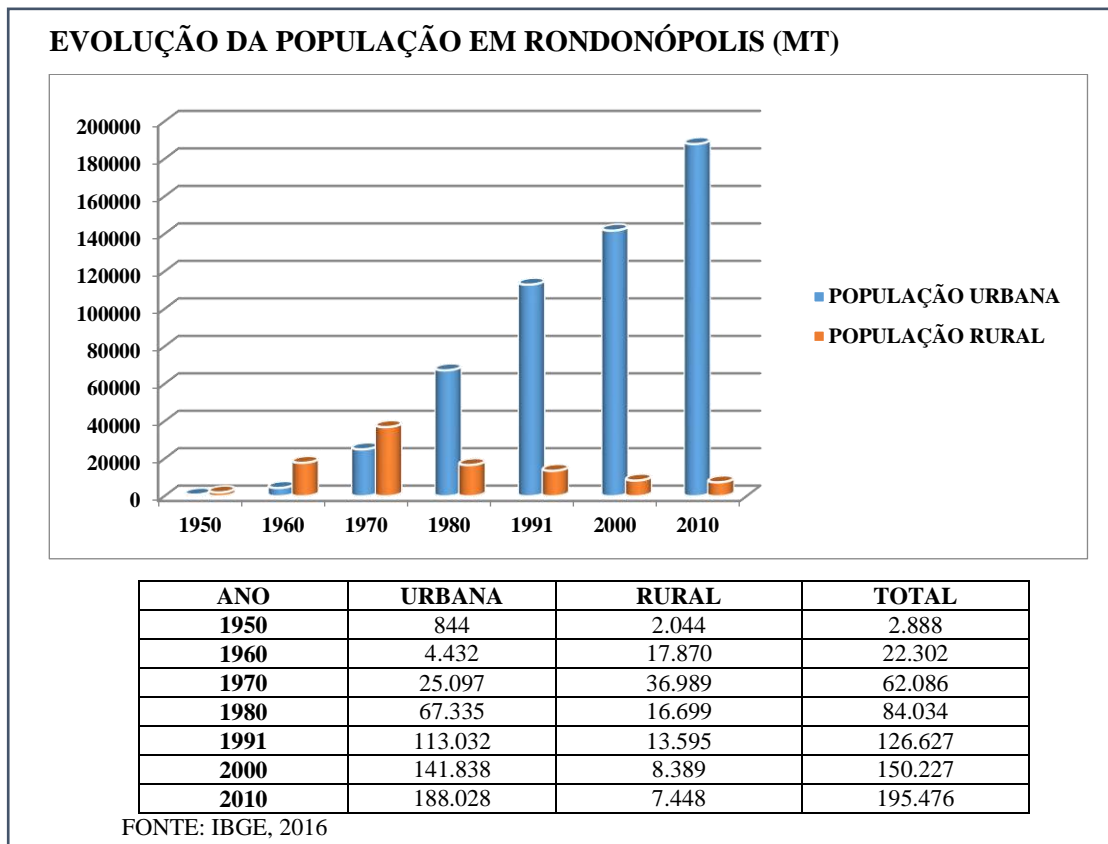


Figura 5.9- A evolução da População em Rondonópolis

Org: PORTELA, A. A. (2016)

Como a cidade tinha seu núcleo central assentado sobre a planície aluvial do Rio Vermelho, com o seu crescimento populacional em um curto espaço de tempo, a expansão direcionou-se para o norte e leste, em zonas de relevo pouco acidentado. No entanto, os loteamentos foram feitos de forma dispersa deixando vazios em sua espacialização, conforme podemos verificar na prancha 5. 7 – A aprovação dos loteamentos.<sup>58</sup>

Isso nos leva a crer que, à medida que se intensificou a aglomeração urbana em Rondonópolis, aumentando o contingente populacional e a reprodução das atividades econômicas, estimulou-se a expansão territorial, com isso o solo passou a adquirir intenso valor de uso e troca.

No entanto, com esse acréscimo demográfico advieram diversas modificações na estrutura urbana, que desencadearam alguns conflitos e problemas na cidade, pertinentes a urbanização.

<sup>58</sup> ELY, 1998

Neste contexto, observa-se que esse rápido crescimento populacional associado ao acentuado processo de urbanização, culminou com a carência de novas moradias, devido à enorme demanda de ocupação de lugar no espaço urbano da cidade.

Portanto, esse célere crescimento demográfico resultou na incorporação de algumas áreas para suprir o déficit imobiliário na cidade, sobretudo, a partir de 1980. No final desta década, a cidade de Rondonópolis estava consolidando sua urbanização, tanto que no ano de 1980, estava com 64.958 habitantes urbanos e apenas 16.408 na zona rural, mas ainda continuou recebendo novos moradores. Diante da grande quantidade de novos moradores na cidade, aumentou também a demanda por habitação popular.

Fica evidente que embora o crescimento econômico tenha sido considerável, refletindo os bons resultados da produção agrícola, as consequências sociais e espaciais foram devastadoras, culminando na criação de um espaço diferentemente atingido pelo meio de construção capitalista.

Além da política e da economia usadas como instrumentos de dominação do espaço pela elite, esta atitude deixa explícito seu controle, sua dominação através da ideologia, quando cria denominações de logradouros públicos, sobretudo, nomes de bairros e ruas na cidade de pessoas ainda vivas, mas que ainda assim, aceitam receber a homenagem. Dessa forma, apesar da Lei Federal nº 6.454 de 24 de outubro de 1977, proibir que sejam prestadas homenagens a pessoas vivas, em Rondonópolis isso se tornou parte da “cultura” local da classe dominante.<sup>59</sup>

Isto posto, é comum encontrar bairros como o Jardim Carlos Bezerra (atual deputado federal), o Jardim Ana Carla (atual primeira dama do município), o Conjunto Habitacional Lúcia Maggi (mãe do ex-governador do Estado de Mato Grosso), o Jardim Maria Vetorasso (moradora em Rondonópolis), o Parque Industrial Vetorasso (família tradicional da cidade), a Av. Governador Blairo Borges Maggi (ex-governador do Estado de Mato Grosso), a Av. Prefeito Percival Santos Muniz (atual prefeito e ex-deputado estadual), a Av. Júlio José de Campos (ex-governador), apenas para citar alguns exemplos.<sup>60</sup>

Como resultado deste histórico de parcelamento do atual sítio urbano da cidade de Rondonópolis evidencia-se que 90% do território da cidade foi loteado e construído sobre as propriedades de apenas quatro pessoas, o Sr. Áureo Candido da Costa, o Sr. Júlio D. Goulart (Família Goulart), o Sr. José Youssef Merhi (José Sobrinho) e o Sr. José Salmen Hanze (Zé Turquinho), sendo estes dois últimos pertencentes à mesma família e, já falecidos. Estas

---

<sup>59</sup> NEGRI, 2008

<sup>60</sup> NEGRI, 2008

famílias adquiriram terras em torno do pequeno núcleo urbano, em desenvolvimento, nas décadas de 40, 50 e 60 e, ainda controlam grande parte da oferta disponível do solo urbano na cidade, determinando inclusive em alguns momentos para onde, como e quando a cidade vai crescer, valor dos terrenos, implantação de bairros, condomínios etc.<sup>61</sup>

Porém, o Sr. Áureo Candido da Costa e o Sr. Júlio D. Goulart acompanharam o ritmo de produção capitalista do espaço e transformaram-se também em promotores imobiliários na atualidade. Observa-se, então, que em Rondonópolis, além da força ideológica, a classe dominante também conta com a econômica e a política a seu favor.

Dentro deste contexto, estudaremos o histórico da produção do espaço a partir da análise dos ritmos políticos, econômicos, espaciais e o processo de especulação imobiliária a partir do histórico de ocupação do espaço urbano da cidade, que reflete e justifica a atual conjectura do mercado imobiliário.

Em 1918 foi realizado o primeiro traçado urbano, que corresponde atualmente à área central da cidade, pelo então deputado, agrimensor e tenente Otávio Pitaluga que concluiu o projeto de medição, alinhamento e estética da localidade; planeamento que em 1948 foi aproveitado pelo engenheiro Domingos de Lima para edificar o traçado do atual quadrilátero central.

Na década de 1920, dentre os muitos desafios impostos aos moradores do distrito de Rondonópolis, estava à dificuldade de acesso a outras regiões. A partir de ações administrativas adotadas pelo Estado, foram trazidos alguns benefícios para a população, que contribuíram para o crescimento do espaço urbano da cidade. Dentre estas ações podemos elencar: as mudanças na comunicação a partir da estação telegráfica (1922); nos transportes, uma balsa fazia o traslado de pessoas e mercadorias entre as margens do Rio Vermelho (1926); a ponte de madeira sobre o Rio Vermelho (construída em 1943, mas destruída em seguida pelas enchentes); além da abertura de estradas (de 1926 em diante) que serviram para interligar Rondonópolis a Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Coxim, Campo Grande e Alto Araguaia.

Na década de 1940, a cidade passou a receber algumas melhorias na sua infraestrutura que favoreceram a ocupação e a expansão do seu sítio urbano, as rodovias BRs 163 e 364 foram construídas e, com isso iniciou-se a edificação de uma ponte de cimento sobre o rio Vermelho, que em 1952 substituiu a balsa. Estes fatores contribuíram para alterar o ritmo de utilização do espaço urbano e da população local.

---

<sup>61</sup> NEGRI, 2008

Em 1955, foi criado o distrito da Vila Operária São José e seu respectivo mapa, com o objetivo de implementar as atividades dos setores secundários e terciários naquela região da cidade. Inicialmente, foram doados lotes sob a condição de que fossem edificadas casas no prazo fixado na carta de aforamento e, assim foi fundado o popularmente conhecido Distrito da Vila Operária, que atualmente faz parte da malha urbana da cidade de Rondonópolis.

No mesmo ano surgiram os desmembramentos individuais e em conjunto, que originou os primeiros loteamentos existentes na cidade. Estes primeiros loteamentos resultaram em uma morfologia de bairros articulados em torno da área central da cidade, às margens do Rio Vermelho e Córrego Patrimônio.

Fica evidente, a partir da análise histórica da constituição do mercado imobiliário de Rondonópolis, que o ritmo e a forma de apropriação das terras eram realizados através da doação por parte do poder público.

Ritmo este que alterou-se a partir da década de 1960, com um crescimento acentuado do mercado imobiliário, principalmente através dos loteamentos populares, vendidos em várias prestações. Nas décadas de 1970 e 1980 este mercado já encontrava-se bem constituído. Uma nova fase caracterizou-se pela mudança em relação às terras, que ao invés de doação passaram a sofrer comercialização.

Na Prancha 5.7- A aprovação dos loteamentos<sup>62</sup>, podemos visualizar como se deu a apropriação do espaço de Rondonópolis que teve início na década de 1960 e vem até os dias atuais. Podemos ver a relação dos loteamentos aprovados por década na coluna 4 do Quadro 5.1.

Ainda na década de 1960, devido ao crescimento populacional urbano, intensifica-se a produção de imóveis. Ao analisarmos a produção do espaço urbano e os ritmos espaciais de Rondonópolis, fica evidente que com a necessidade de espaço para abrigar o contingente populacional associada à expectativa de uma alta demanda de lotes na cidade, iniciou-se o processo de especulação imobiliária, surgida do interesse dos proprietários latifundiários, que parcelaram os Agrupamentos para se tornarem áreas residenciais ou destinadas às atividades produtivas dos setores secundários e terciários.

Em relação ao espaço urbano, em 70 ocorreu uma reorganização, que promoveu um novo ritmo de urbanização. No centro da cidade houve um processo de valorização dos imóveis

---

<sup>62</sup> Os dados de aprovação dos loteamentos foram disponibilizados pelo Departamento de Cadastro Imobiliário da PMR. Importante considerar que mesmo após pesquisa nos projetos de aprovação, não encontramos a data de aprovação de alguns bairros.



por conta da instalação de estabelecimentos comerciais, serviços e infraestrutura básica. Nesta época, apenas a população com maior poder aquisitivo conseguiu se instalar na área para fins de moradia. Em 1975 este centro urbano tinha 26 avenidas e 60 ruas.

Com o êxodo rural e a chegada de um contingente populacional de baixa renda iniciou-se o processo de crescimento acelerado da cidade e junto a isso surgiram os loteamentos de periferia.

No final de 70, durante a administração do Prefeito Walter Ulyssea, e a partir de iniciativas do governo federal com o apoio do Banco Nacional de Habitação (BNH), disponibilizou-se verbas para financiamento da casa própria. Foram construídos os três primeiros conjuntos habitacionais da cidade, sendo eles: o Núcleo Rio Vermelho (Cohab Velha), o Coophalis e o Coopharondon.

Em virtude disso, a estrutura urbana da cidade foi sendo alterada e modificada sob a conviência do poder público, de forma a atender aos interesses da prática especulativa. Do final da década de 70 para o início de 80, bairros de classe alta foram consolidados próximo ao Centro, como a Vila Aurora e o Jd. Santa Cruz (popularmente conhecida de “Vila Rica” na época).

É importante ressaltar que, apesar do processo de crescimento acelerado, da quantidade de parcelamento do solo urbano, ainda na década de 1970, foi criado o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Rondonópolis através da Lei nº 447 de 02 de setembro de 1975. No ano seguinte foi aprovada a Lei nº 471 de 13 de abril de 1976 que dispõe sobre a regulamentação de lotes para construção pelo Sistema Financeiro de Habitação e, finalmente, em 20 de março de 1979 é criada a Lei nº 608 que dispõe sobre as normas e exigências dos loteamentos urbanos no município de Rondonópolis, entre outras.<sup>63</sup>

Essas leis municipais mostram que ao mesmo tempo em que o poder público busca regularizar o crescimento da cidade através de instrumentos legalmente constituídos como o Plano Diretor, contraditoriamente, cria mecanismos para aumentar a exploração do parcelamento da cidade. Este período se caracterizou pela consolidação definitiva do mercado imobiliário e pela presença cada vez mais frequente da figura do incorporador.

Neste período, o município se tornou referencial em especulação imobiliária na região e foi quando se estruturou a malha urbana da cidade, com o surgimento de loteamentos distantes da região central, que ultrapassavam os limites naturais dos rios Vermelho e Arareau. Devido

---

<sup>63</sup> NEGRI, 2008

a isso ocorreram os chamados “vazios urbanos”, que eram os espaços de reserva de valor para futuros projetos de ocupação.

Esta forma de especulação imobiliária, muito comum em cidades brasileiras, compromete a dinâmica da Mobilidade Urbana, pois quanto mais espraiado o espaço urbano, menor é a locomoção de sua população, principalmente a de baixa renda, que não tem acesso a modais de transporte que contemplem suas necessidades de viagens pelo espaço da metrópole.<sup>64</sup>

Com uma nova corrente migratória de 1971 a 1980, surgiram na cidade mais 76 novos loteamentos, sendo que destes, 96,1% de iniciativa privada e, apenas 3,9% do Estado. A cidade se transformava neste momento no grande referencial de especulação imobiliária, a qual começou efetivamente a direcionar e orientar o crescimento da malha urbana.

Aproveitando-se inclusive dessas barreiras físicas para os separarem dos demais bairros, caso da Vila Goulart (1974) –com 18 GAC e terras da família Goulart que foi o primeiro bairro a ser loteado à margem esquerda do Rio Vermelho nas proximidades da ponte de alvenaria da Rua Marechal Rondon. A Vila Aurora I e II (1973 e 1975), implantada na margem esquerda do Ribeirão Arareau. Exceção feita ao Bairro Santa Cruz (1976), mais contíguo ao quadrilátero inicial da cidade de Rondonópolis.<sup>65</sup>

Enquanto isso, a população de menor renda começou a se deslocar ainda mais para a periferia da cidade e para áreas de fundos de vales próximos às margens dos rios, passíveis de inundações durante a estação chuvosa. Dessa forma, a expansão urbana não possuía maiores impeditivos, posto que o sítio urbano no qual se assenta a cidade é bastante plano, propício do ponto de vista da topografia para a urbanização, exceto essas áreas de maior inclinação das vertentes que margeiam os rios. A apropriação dessas áreas não se dava por compra ou venda, mas sim, através de ocupações, e, posterior tentativa de regulamentação junto à prefeitura.<sup>66</sup>

Em 1980, foi desenvolvida a primeira ideia de planejamento da cidade de Rondonópolis, por intermédio da SAREM (Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios), que articulou os trabalhos de diretrizes urbanísticas do município, realizados pelo IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) com o objetivo de atender a demanda da habitação, de maneira a se pensar formas de equilibrar a produção do espaço urbano e os interesses do mercado imobiliário já que naquela época já se previa as implicações de um crescimento desordenado. Na realidade este trabalho foi uma ação pontual.

---

<sup>64</sup> RODRIGUES, 2015

<sup>65</sup> NEGRI, 2008

<sup>66</sup> NEGRI, 2008

Na figura 5.10, podemos visualizar o uso do solo de Rondonópolis na década de 80.

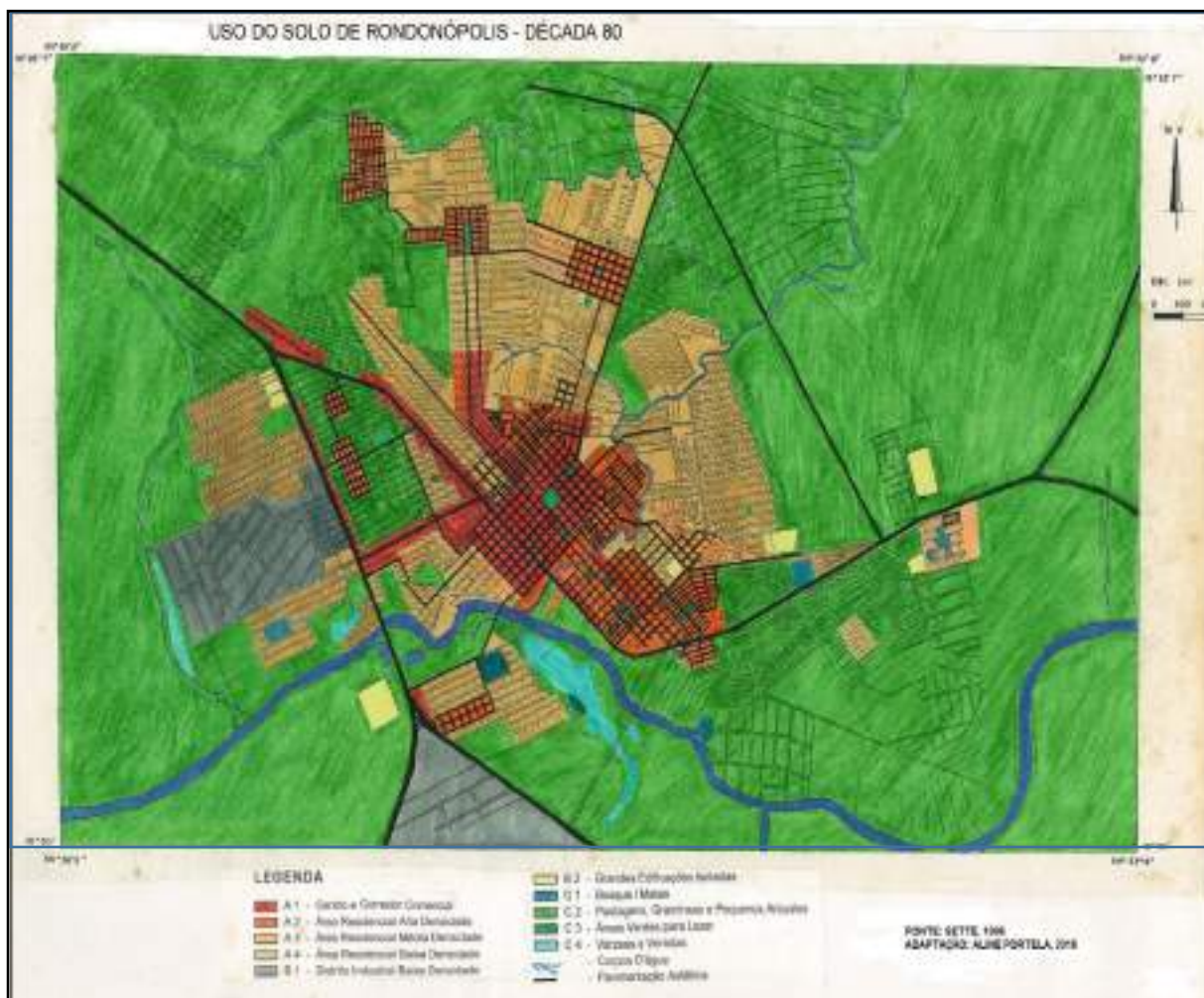


Figura 5.10- O Uso do Solo da cidade de Rondonópolis década de 80

Org: PORTELA, A. A. (2016)

Walter Ulyssea, durante o seu mandato (1979- 1983) e com o apoio do então governador do Estado, Frederico Campos, foi considerado o prefeito que mais criou loteamentos na cidade. Em 1983, Carlos Bezerra assumiu o governo municipal, nesta época foram viabilizados vários loteamentos destinados a construção de casas populares, como Pq. Res. São Jorge e Res. Parati. Em 1985, o prefeito pediu afastamento do cargo para concorrer ao governo do Estado, e quem assumiu foi o vice-prefeito Fausto de Souza Farias.

Na ocasião, assumiu a prefeitura o vice, Fausto de Souza Farias, e em seu mandato foram concedidos dois períodos de financiamentos para construções de casas habitacionais pelo governo federal, já que o país passava por grave crise financeira. Foram criados nesta época os conjuntos habitacionais Verde Teto e Participação.

Entre 1989 e 1992, assumiu a prefeitura Hermínio J. Barreto, e durante o seu mandato foram criados vários loteamentos destinados a construção de casas populares, como Núcleo Hab. Marechal Rondon, Jardim Europa, Vila São Sebastião e outros.

Na década de 90, Rondonópolis já se despontava como pólo econômico através da agricultura e expansão da agroindústria, e juntamente com o crescimento populacional decorrente deste processo vários loteamentos surgiram, mas nem todos encontram se legalizados pela prefeitura.

Devido a isso, teve início a estabilização dos parques industriais com o aumento e consolidação de várias indústrias nacionais e estrangeiras, aliados ao avanço da agropecuária e do setor terciário, principalmente aquele voltado a atender a demanda do campo. Há o incremento da construção de prédios residenciais verticais e conjuntos habitacionais, o surgimento e ampliação dos condomínios horizontais; o aumento: das ocupações de terras públicas e privadas; do crescimento horizontal por meio de duas expansões do perímetro urbano, em apenas doze anos (1994 a 2006); e, do número de terrenos ociosos em Rondonópolis. A segregação que antes era social começa a se manifestar também como espacial.<sup>67</sup>

Entre 1993- 1994 assume novamente o município Carlos Gomes Bezerra, onde adquiriu recursos apenas para viabilização do Res. Vila Mineira. O seu vice, José Rogério Sales, não adquiriu nenhum recurso federal para implantação de loteamentos.

Em 1997, foi eleito para prefeito de Rondonópolis, o candidato do PMDB, o médico Dr. Alberto de Carvalho, que renunciou ao mandato para não ser cassado no ano seguinte, 1998. E neste momento o vice-prefeito Percival Muniz assumiu a prefeitura diante de uma crise econômica por que passava o país.

Para atender a demanda populacional da cidade, em 1994 foi aprovado um novo Plano Diretor, com o objetivo de promover o equilíbrio entre a produção do espaço urbano e os interesses do mercado imobiliário da época.

É importante se considerar que a maioria destes loteamentos foram construídos na periferia, o que acabou valorizando os espaços vazios existentes e reproduzindo o capital de iniciativa privada.

Em relação à expansão do espaço urbano, na década de 90, ocorreu um processo de descentralização comercial do Centro, percebe-se uma tendência de transferência, não só do comércio, mas também dos serviços para as principais vias de acesso e bairros distantes,

---

<sup>67</sup> NEGRI, 2008

crecendo o mercado varejista de pequeno porte. Como exemplo, podemos citar o deslocamento de bares, restaurantes para uma área anteriormente de uso residencial, a Av. Lions Internacional.

No ano de 2000, Percival dos Santos Muniz foi reeleito prefeito. Nesta época, houve uma mudança na política habitacional nacional com a criação do PAR – Programa de Arrendamento Residencial. Foram implantados nesta época os loteamentos Res. Quitéria Teruel Lopes, Cidade de Deus, Jardim Carlos Gomes Bezerra.

Por outro lado, percebe-se claramente a atração da classe de renda alta do setor de comércio e serviços mais sofisticados para a área localizada no quadrante leste, nas ruas Barão do Rio Branco e Dom Pedro II, que atravessam todo o principal centro comercial, ligando-o ao Bairro Vila Aurora, chegando até a Av. Lions Internacional, primordial avenida desta área da cidade, onde se situa o Rondon Plaza Shopping. Nesta região da cidade a partir do ano 2.000, foram instalados o *shopping center*, bancos, bares, lanchonetes, lojas especializadas, atraídos por este novo foco de desenvolvimento implementado pelo mercado imobiliário.

Rondonópolis passa por um transcurso de diversificação das atividades econômicas, iniciado em 2000, de onde surgiu três novos distritos industriais: Distrito Industrial de Rondonópolis, Parque Industrial Fabrício Vetorasso e Pq. Industrial Vetorasso.

Em 2004, Adilton Sachetti assumiu a prefeitura de Rondonópolis pelo PPS e através de programas vinculados ao Ministério das Cidades implantou vários loteamentos habitacionais na cidade como Lot. José Sobrinho, Jardim Liberdade II, Residencial Azaléia, Residencial Margaridas e outros.

No ano de 2006 foi elaborado o Plano Diretor Municipal que ainda está em vigência até os dias atuais. O Plano Diretor Municipal é o instrumento básico do planejamento territorial de Rondonópolis - MT e sua finalidade é promover o desenvolvimento urbano voltado para o progresso e bem-estar da população, baseado nos princípios da gestão pública participativa. Dentre as suas determinações está a lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano. <sup>68</sup>

A referida Lei, art. 66 do Plano Diretor Municipal, foi elaborada com o objetivo de promover o adequado planejamento e ocupação do espaço territorial urbano, de forma a atender os princípios da sustentabilidade socioambiental, histórico-cultural e institucional. <sup>69</sup>

Em Rondonópolis - MT o perímetro urbano é dividido em Zonas de Uso, de acordo com as formas de ocupação, proteção, interesses públicos e das camadas menos favorecidas, entre

---

<sup>68</sup> Segundo Plano Diretor Municipal da cidade de Rondonópolis (2006)

<sup>69</sup> Segundo Plano Diretor Municipal da cidade de Rondonópolis (2006)



Observa-se, a partir dos trabalhos de campo, que as divisões oficiais em nível de bairros e as zonas de uso instituídas pela governabilidade não representa a realidade vivenciada pelos cidadãos, pois não expressa uma homogeneidade dentro da delimitação de um mesmo espaço.

O ano de 2006 é considerado por alguns autores como um marco no processo de abertura de capitais pelas incorporadoras brasileiras, especialmente apoiadas por uma ampla política de crédito oferecida pelo Estado.

Diante deste quadro de expansão, a criação dos *bancos de terras* pelas incorporadoras imobiliárias em muitas áreas urbanas pelo país elevou o preço das terras, o que implicou em uma mudança na escala e no ritmo de produção urbana.

Passamos a lidar, neste momento, não com a produção do espaço, somente, e sim com a produção do espaço nas determinações do capital que ingressa financeiramente nas incorporadoras, provocando a produção da escala e do ritmo inerentes a ela. Não se trata de uma escala de atuação dada, mas de uma a ser produzida e socialmente reproduzida.<sup>70</sup>

Em Rondonópolis, este contexto não foi diferente, observamos estes bancos de terras em espaços que antes eram considerados vazios urbanos e áreas de especulação dentro dos loteamentos como nos casos do Parque Residencial Sagrada Família, Parque Universitário e Jardim Liberdade, conforme podemos observar ao analisarmos as imagens da mancha urbana de 2015, na figura 5.11.

Na figura, como se trata de uma imagem de satélite de 2005 podemos perceber que estas áreas que hoje encontram-se ocupadas, naquele ano eram vazios demográficos. Observamos ainda, que a área ocupada pela mancha urbana cresceu de maneira intensa com o surgimento de novos loteamentos, especialmente a partir do ano de 2010, que culminou na expansão da área urbana da cidade.

A expansão da cidade por conta destes processos de ocupação recente deu-se principalmente a leste e a oeste da área do perímetro e mancha urbana. Neste sentido muitos empreendimentos com grande número de unidades se localizam em locais periféricos, onde o preço do terreno é barato em relação às regiões centrais das cidades, não comprometendo assim as margens o lucro das incorporadoras.

---

<sup>70</sup> MARTINS, 2009

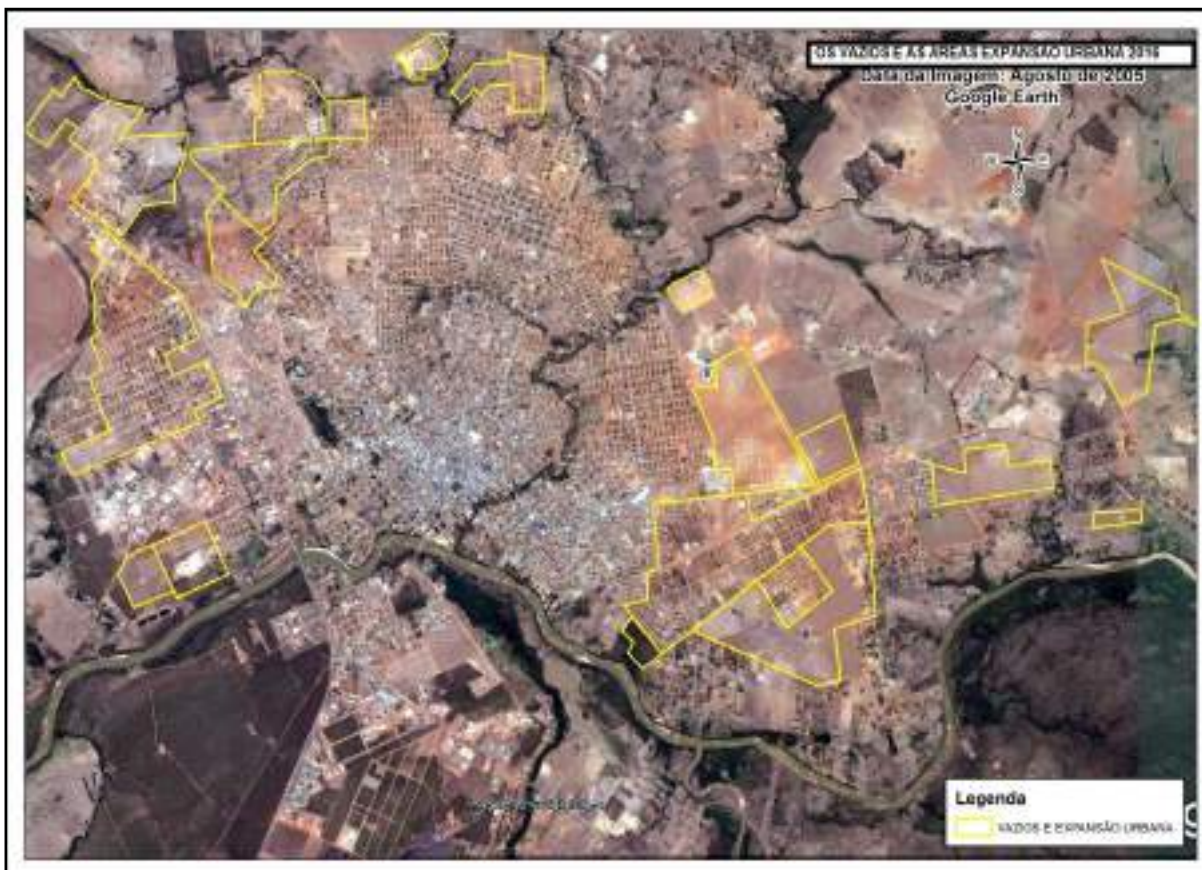


Figura 5.12- Os vazios e a expansão urbana

Org: PORTELA, A. A. (2016)

Em 2009, José Carlos do Pátio (PMDB) assumiu a prefeitura. Sua política habitacional foi voltada para os recursos oriundos do PMCMV do Ministério das Cidades, e muitos loteamentos foram implantados na cidade, como Pq. Residencial André Maggi, Lot. Altamirando, Res. João Antônio Fagundes, Residencial Magnólia Angélica de Araújo. Nesta época aconteceram muitas ocupações irregulares na cidade, como exemplo, os bairros Edelmina Querubim, Carlos Bezerra II, Ananias Filho, Alfredo de Castro e Padre Miguel (que até hoje não foram regularizados). O mandato do prefeito José Carlos do Pátio e sua vice Marília Salles foi cassado em 2012 e quem assumiu a prefeitura foi o Presidente da Câmara Municipal Ananias Martins de Souza Filho (PR).

O processo de valorização das terras e construções privadas deu-se especialmente por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, processo este que alterou toda uma dinâmica de habitação nestas áreas, o que afetou o cotidiano e o ritmo de vida da população.

Em 2013, Percival Muniz assumiu a prefeitura pela terceira vez e seu mandato vai até 1 de janeiro de 2014. Através do Programa Minha Casa Minha Vida e mesmo através de investimentos particulares foram implantados vários loteamentos e ainda priorizou-se o processo de regularização fundiária de vários loteamentos irregulares.



Diante deste contexto, fica evidente que na cidade de Rondonópolis, a política imobiliária urbana vem sendo entregue nas mãos dos interesses imobiliários e financeiros privados, sendo o PMCMV a manifestação mais acabada desse processo e que como consequência disso, tem-se a precarização da vida urbana, devido ao aumento das distâncias entre o local de residência em relação ao local de trabalho acarreta em dificuldades em mobilidade urbana e também pela ausência de equipamentos de educação e de saúde para as populações residentes nos grandes empreendimentos localizados em locais que entendem unicamente aos interesses dos incorporadores.

A partir da análise sobre o surgimento dos loteamentos podemos entender como se dá o processo de produção do espaço urbano da cidade, seus agentes construtores da realidade constituída e suas relações sociais e econômicas no perímetro urbano da cidade.

### **5.3 OS RITMOS HISTÓRICO- GENÉTICOS- UM PRESENTE COMPREENDIDO E EXPLICADO**

Neste terceiro momento de análise, que Lefebvre (1978) denominou de momento *histórico-genético ou regressiva-progressiva*, onde reencontramos o presente já descrito, retomamos a influência das estruturas recentes e compreendemos que as sociais são históricas e não podem ser reduzidas a simples confrontos de interesses entre as diferentes categorias coletivas.

Esse momento nos possibilita, depois de identificar o presente e de posse do passado, compreender as possibilidades do futuro. É importante considerarmos aqui a interação entre os ritmos do presente e do passado, para assim, compreender a inter-relação entre as estruturas recentes e as antigas ou vice-versa, o que nos possibilita uma ideia de conjunto.

Assim confirmando, que as contradições em sociedade, no tempo e no espaço existem e são ainda mais evidentes ao observarmos o processo em sua totalidade e não os processos fragmentados da mesma (como ocorreria se analisássemos apenas um bairro de forma isolada).

Portanto, vê-se que a valorização ou a sobrevalorização de alguns espaços interfere na vida cotidiana dos cidadãos, e produz uma série de problemáticas na estrutura da cidade, em função desse processo fundamentado no sistema capitalista de produção, difundido num discurso desenvolvimentista. Desta forma, se consegue agregar mais valia ao solo urbano, conseqüentemente à moradia, e a transforma em um produto restrito.

Tais aspectos conduzem a crer que a discussão sobre algumas questões urbanas, dentre elas a dinâmica das transformações socioespaciais no município, por conseguinte a valorização imobiliária, resultante da constituição de inúmeras ações na cidade por meio de empreendedores imobiliários, representa na avaliação e no planejamento do uso dos seus espaços, uma ferramenta com incomensurável potencial investigativo.

### **5.3.1 Apropriação dos espaços públicos - Áreas Verdes e APPs**

Em relação à apropriação dos espaços públicos, o município de Rondonópolis contempla três categorias de áreas legalmente protegidas, representadas pela Reserva Indígena Tadarimana, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Parque Ecológico João Basso e o Parque Estadual Dom Osório Stofell, criados respectivamente no âmbito de iniciativas federal, particular e estadual.

Além das áreas definidas por lei como Áreas de Preservação Ambiental, que estão representadas no cartograma da Figura 5.13, localização das áreas verdes e APP. A ocupação das áreas de preservação permanentes nas áreas urbanas é um problema para a maioria das cidades, e em aqui em Rondonópolis não poderia ser diferente.

Tal problema é resultado do processo de ocupação das áreas urbanas onde o Estado promove, permite a ocupação destas áreas pela população de baixa renda através da deliberação de lotes nas margens e nascentes dos rios.

Rondonópolis apresenta um fenômeno comum a maioria das cidades brasileiras, que é a ocupação das áreas de ocupação ambiental pela moradia pobre. As áreas às margens dos cursos d'água foram as primeiras a ser ocupada no decorrer do processo histórico da cidade, e esta ocupação traz inúmeros problemas urbanos como: poluição dos cursos d'água, deposição de lixo, enchentes por conta de entupimento dos cursos d'água por lixo, etc.

Na maioria dos casos, as populações ribeirinhas são vistas, sob a ótica “ambiental” como inimigos da qualidade de vida e do meio ambiente. Mas na realidade, o que podemos constatar a campo, no vivido, é que na maioria dos casos o que se estabelece não é uma relação de violência e de degradação e sim, uma relação de respeito, cuidado por parte da população ribeirinha com a natureza e com o lugar em que vive.

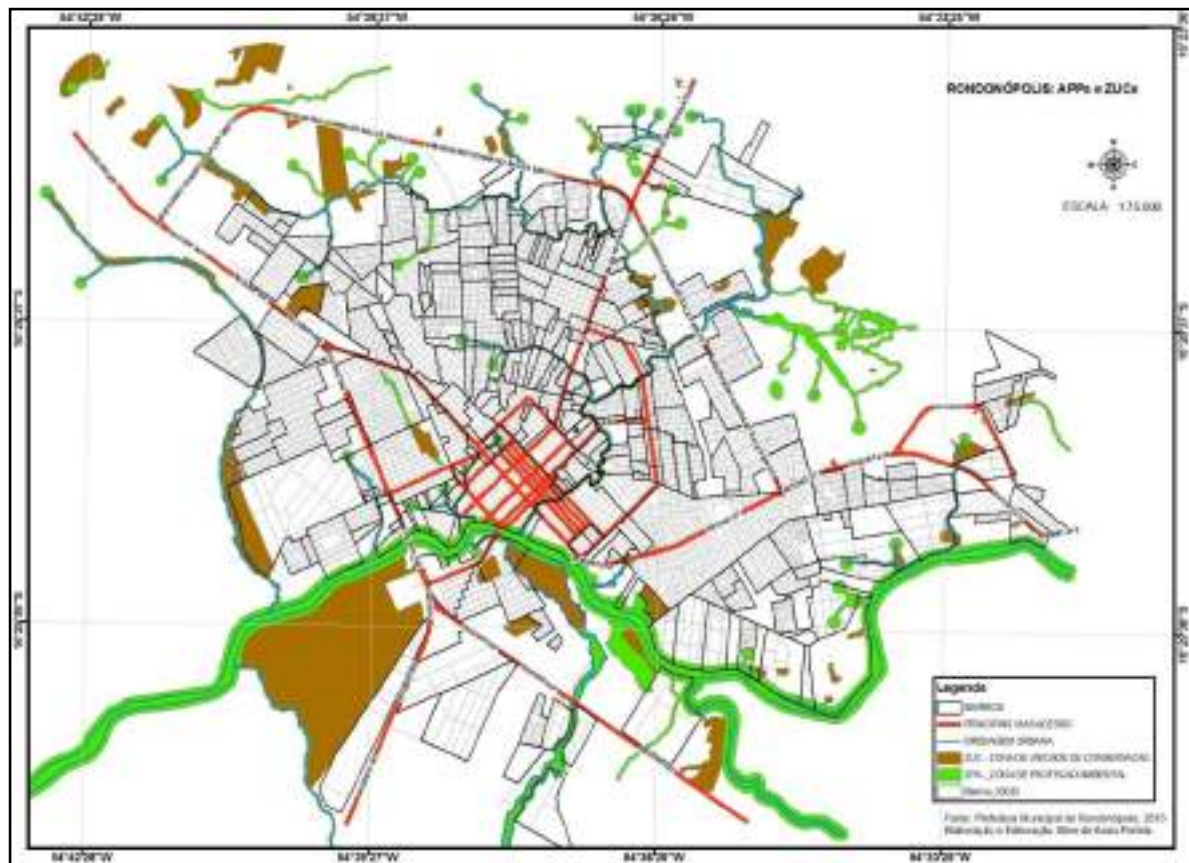


Figura 5.13- Rondonópolis: APPs e ZUCs

Org: PORTELA, A. A. (2016)

A partir da ocupação destas áreas surgem “novas” morfologias do espaço urbano e coletivo com a privação das relações com o próximo, o sentido da vizinhança, a ocupação e a utilização dos espaços públicos e as relações se restringem assim, em nível da vida privada.

Isto fica muito evidente ao analisarmos a ocupação dos espaços públicos pelos moradores. Espaços estes, que são produtos históricos e representam a vivência cotidiana dos indivíduos, mas que a cada dia estão sendo mais subutilizados e abandonados, como por exemplo, as Áreas Verdes e áreas públicas às margens dos córregos que cortam o perímetro urbano da cidade.

Na atualidade, precisamos considerar a existência e a atuação dos poderes públicos para efetivação das legislações ambientais, de forma a desconstruir modelos de ocupação já existentes, visando minimizar os impactos causados pelos processos de antropização, o que podemos ponderar como disritmias nos processos de produção do espaço urbano, como o que vem acontecendo às margens do Ribeirão Arareau com o cercamento de suas margens.

Nas fotos 5.1 a 5.6, podemos observar áreas consideradas de Preservação Ambiental e Áreas Verdes Municipais onde os moradores assumiram a responsabilidade de cuidar daqueles locais por entender que são como parte de sua história de vida.



Foto 5.2 - Jardim Vera Cruz, neste ponto podemos observar a margem do Córrego Canivete na região da ponte sob a Rua José Barriga. A área foi alterada para a construção da ponte, destruindo as espécies nativa da região que há alguns anos era um antigo banhado, um brejo, conforme nos relatou os moradores locais.

Foto: J.R.T., Maio/2016



Foto 5.3- Jardim Vera Cruz – Pode-se observar a margem direita do córrego Canivete, na esquina com a Rua E, onde, segundo o morador João Ivanir Thiel, morador da região há 16 anos, existe uma área que está sendo cuidada por ele que é uma área Verde de propriedade do município.

Foto: J.R.T., Maio/2016

A área apresentada pelas fotos 5.1 e 5.2, foi por muitos anos ocupada pelo sr. Toninho (Coder), que faleceu em 2015. Após o falecimento do morador da área municipal, a casa foi invadida por usuários de drogas, um dos grandes problemas da região, e atendendo ao pedido da população, sob a justificativa de proteção, até mesmo dos estudantes da escola Silvestre Gomes Bezerra, a casa foi derrubada pela Secretaria Municipal de Habitação em maio/2016.

O sr. João Thiel nos informou que a promessa da prefeitura para esta área é a construção de uma área de lazer, uma praça. Ele disse estar em contato com vários vereadores e acredita conseguir a revitalização desse espaço. Enfatizou a importância da preservação desse local, devido a beleza, a sombra e a sensação de bem-estar que ele proporciona, fato este que justifica o trabalho de cuidar e zelar dele.

Na área das fotos 5.3 a 5.7, no Bairro Jardim Assunção II Parte, observamos um processo de canalização recente do córrego, podemos visualizar restos de material de construção e pedaços de manilha.

Segundo o sr. Maelson Costa Santos, 30 anos, a área onde foi construída a sua casa é uma APP (Área de Preservação Permanente), relatou que quando da ocupação deste território, que faz divisa com o terreno de seu pai, não tinha energia e era uma antiga olaria. O morador ainda ressaltou que, como em outras áreas de preservação, a promessa da administração pública é finalizar o processo de canalização e construir um parque no local.



Foto 5.4 - Córrego Canivete – Jd. Assunção II Parte, ponte da Rua Maria Joé Ribeiro de Oliveira, antiga Rua 05, observamos processos de degradação com deposição de esgoto e lixo a céu aberto  
Foto: A. A. P., Maio/2016



Foto 5.5 - Córrego Canivete – Jd. Assunção II Parte, observamos que o processo de canalização foi iniciado recentemente mas ainda não está concluído.

Foto: A. A. P., Maio/2016



Foto 5.6- Córrego Canivete – Jd. Assunção II Parte, observamos construções antigas em área de Preservação Ambiental.

Foto: A. A. P., Maio/2016

Em companhia do morador atravessamos para a outra margem do Córrego, que ele relatou ser uma Área Verde, que durante muitos anos o seu pai cuidou, limpou e plantou árvores, nos mostrou também uma bomba d'água que ainda funciona, instalada no córrego, para pegar água. Adiante podemos observar uma área que está cercada e onde são criadas algumas vacas leiteiras.



Foto 5.7- Córrego Canivete – Jd. Assunção II Parte, ao caminharmos pela margem do córrego, o morador nos mostrou uma mina d'água que segundo ele era utilizada pela antiga moradora para lavar roupas para fora.  
Foto: J. R. T., Maio/2016

De acordo com o sr. Edgar, 42 anos, o Córrego Canivete, mesmo estando localizado em uma área intensamente urbanizada, só possui 400 metros de canalização, o que constitui um grande problema para a população ribeirinha nos períodos chuvosos. Ressaltou ainda, que durante as campanhas eleitorais, dentre as várias promessas para os moradores locais está a construção de um parque e uma pista de caminhada às margens do riacho.

Estes exemplos evidenciam que os moradores ribeirinhos, sobretudo aqueles lindeiros dos cursos d'água, irregulares ou não, assumem a função do poder público pela manutenção destas áreas de preservação ambiental. É evidente também, a relação afetiva que os mesmos desenvolvem com a terra e ao mesmo tempo, a expectativa de que poderão ter o respaldo do governo na manutenção de seus espaços de vivência.

### **5.3.2 O Cotidiano das populações ribeirinhas: cheias, vazantes e misérias.**

A área urbana da cidade enfrenta sérios problemas com as frequentes enchentes, nos períodos chuvosos (setembro a março), já que a área está assentada sobre o vale de dois cursos hídricos que cortam a cidade, o Rio Vermelho e o Ribeirão Arareau.

No período de primavera, quando acontecem as frequentes e fortes chuvas, as enchentes atingem alguns bairros fixados às margens do Rio Vermelho e Ribeirão Arareau, na planície de inundação.

Sette (1995) constatou a existência de três bairros situados na planície de inundação do Rio Vermelho e dezessete do Ribeirão Arareau, portanto instalados em áreas de risco de enchente, além do próprio centro da cidade que atinge os referidos cursos hídricos. Salienta que, tanto a população como o poder público, têm desprezado o risco em função da frequência das enchentes ser pequena, mas que nem por isso poderia deixar de ser esperada.

Por outro lado, em praticamente todos os episódios de fortes chuvas (aguaceiros), ocorrem problemas de inundações em vários pontos da cidade, consequência da impermeabilização dos solos, insuficiência da rede de galerias de águas pluviais, além da pouca declividade das ruas que dificultam o escoamento, tornando-o mais lento, exemplo do que acontece na região do bairro Sagrada Família (vetor Leste).

No bairro Jardim Tropical, à margem do Córrego Canivete na Rua Luziano Borges Muniz, onde foi realizada a canalização externa do curso d'água, visitamos a casa do Sr. José (falecido) e D. Maria, onde conforme a filha dos moradores, a canalização foi feita há mais ou menos quatro anos, após um período de fortes chuvas que provocou enchente e, conseqüentemente o alagamento de casas na região. Segundo a moradora, naquele momento a família foi notificada a deixar a casa, mas eles discordaram e permaneceram no local.

Precisamos considerar nestes casos, o cumprimento da legislação ambiental que diminui de 30m para 10m, no caso de córregos canalizados, a distância das construções à lâmina d'água do rio. Podemos observar neste local, através das fotos, que a maioria das construções não respeita a distância mínima permitida por lei (Fotos 5.8 e 5.9).

Uma moradora ainda descreveu a situação da quadra ao lado de onde foi construída a canalização com manilha subterrânea, que retiraram os moradores, mas que posteriormente os terrenos foram negociados e construídas moradias do programa MCMV, conforme podemos observar in loco.





Foto 5.8- Jd. Tropical – Córrego Canivete- a moradora nos relatou que em um primeiro momento, durante o processo de canalização naquele local, foram construídas manilhas baixas e direcionadas às construções e que durante a primeira chuva aconteceu a derrubada da contenção o que ocasionou inundações e até um acidente onde uma moto caiu no córrego neste ponto.

Foto: A. A. P., Maio/2016



Foto 5.9- Jd. Tropical – Córrego Canivete- podemos evidenciar a proximidade das construções da canalização do córrego. Observamos ainda que mesmo com as exigências ambientais, os moradores se mantêm no local.

Foto: A. A. P., Maio/2016

À medida que a urbanização avança evidenciam-se inúmeros problemas, erosões, ocasionadas devido a impermeabilização do solo urbano em substituição da vegetação, industrialização, aumento de fluxo de veículos, assoreamento dos rios que cortam a mancha urbana.

Os riachos da cidade apresentam baixa qualidade de suas águas, devido principalmente a emissão de esgotos sem tratamento em seus cursos, conforme podemos evidenciar em alguns trechos visitados durante o trabalho de campo. Na Rua Treze de Maio, área central da cidade, podemos observar a nascente do Córrego Patrimônio. As fotos 5.10 e 5.11, evidenciam o processo de degradação deste curso d'água: assoreamento das margens, lixo e esgoto sendo depositado a céu aberto, águas turvas.



Foto 5.10- Córrego Patrimônio – Região Central – Observamos a canalização aberta, à aproximadamente 100 metros da nascente do curso d'água. Foto: A. A. P., Maio/2016



Foto 5.11- Córrego Patrimônio – área Central, Rua Treze de Maio- Neste local notamos a existência de um prédio da SEMED, Secretaria Municipal de Educação, a uma distância bem inferior aos 10 metros.  
Foto: A. A. P., Maio/2016

O Córrego Patrimônio, por se encontrar na região central da cidade está canalizado em toda a sua extensão. Neste ponto, mostrado na Foto 5.10, a canalização é aberta. Observa-se a proximidade das construções, que na maioria dos casos não atende às exigências mínimas ambientais em relação aos cursos d'água canalizados, que seria de 10 metros de distância.

Ao margearmos o Córrego Patrimônio na área dos bairros La Salle e Vila Marinópolis, observamos a existência de áreas onde a canalização foi feita com manilhas subterrâneas, no intuito de viabilizar e atender às demandas do processo de urbanização da região central e comercial.

Em outro ponto (Fotos 5.12 e 5.13), na Rua Antônio Jacob das Chagas do bairro Loteamento Alves, observa-se o fundo dos terrenos que margeiam o Córrego Patrimônio.



Fotos 5.12- Córrego Patrimônio – Loteamento Alves, Presença de construções desrespeitando a distância mínima de 10 metros da canalização, esgoto sendo jogado diretamente no Córrego através de encanamentos das moradias, lixo. Foto: A. A. P., Maio/2016



Fotos 5.13- Córrego Patrimônio – Loteamento Alves, canalização das construções depositando esgoto diretamente no Córrego Patrimônio. Foto: J. R. T. Maio/2016

Na avenida Presidente Kennedy, onde o Córrego Marimbondo desagua no Córrego Bambu (Fotos 5.14, 5.15 e 5.16) observou-se uma área muito degradada, com presença de lixo, esgoto, focos de queimada e canalização do Córrego Bambu.



Foto 5.14- Córrego Bambu – esta área traz lembrança de um ambiente pós-guerra, especialmente após a destruição da ponte que aconteceu após um período de enchente, a mais ou menos um ano e meio atrás. Foto: A. A. P. Maio/2016



Foto 5.15- Córrego Bambu – crianças brincando em meio ao processo de degradação sócio-ambiental da área onde o Córrego Marimbondo<sup>71</sup> desagua no Córrego Bambu. Foto: J. R. T., Maio/2016

---

<sup>71</sup> Córrego Marimbondo é o nome dados pelos moradores a este curso d'água. Oficialmente, em dados fornecidos pela Prefeitura o nome do córrego é Bambu 2.



Foto 5.16- Córrego Bambu – pode-se observar que o processo de canalização ainda não foi concluído e também visualizamos a proximidade das construções, com vias de acesso que transita somente um veículo por vez.  
Foto: A. A. P. Maio/2016

Na outra margem do Córrego Bambu, observamos várias moradias construídas na época do mandato do antigo prefeito José Carlos do Pátio, que seria o futuro loteamento 10 de Julho, que não foi e nem se encontra em processo de aprovação na Prefeitura.

Alguns meses após a visita de campo, no mês de setembro/ 2016, a obra de reconstrução da ponte foi iniciada pela prefeitura, de forma a atender as necessidades de acesso e circulação dos moradores locais.

Na área onde se localiza a Vila Canaã, ao percorrermos o bairro, observamos algumas casas que retratam como se deu o processo de ocupação/ invasão da área (Figuras 5.17 e 5.18).



Foto 5.17- Vila Canaã – Padrão das construções do bairro, que iniciou-se a partir de ocupações territoriais. Mesmo anos depois, após a aprovação do loteamento na prefeitura, este tipo de construção ainda é característica no bairro.

Foto: J. R. T., Maio/2016



Foto 5.18- Vila Canaã – ponte sob o Córrego Patrimônio na Avenida Rui Barbosa, observamos um processo de degradação das margens do córrego com deposição de esgoto, lixo. Observamos também grupos de pessoas e um forte cheiro de crack.

Foto: J. R. T., Maio/2016

No Jardim Oliveira (Foto 5.19), ao percorrermos a Rua 04, à margem do Ribeirão Arareau, observamos muitas chácaras e grandes áreas de propriedade privada. Na esquina da Rua 04 com a Rua Rui Barbosa conversamos com a D. Vinovita, esposa do Sr. Tércio, que são moradores da região há 20 anos. Ela afirma que na atualidade, o Rio Arareau não é o mais o mesmo, que as águas estão muito sujas.



Foto 5.19 - Jardim Oliveira – Ribeirão Arareau, casa da Sr. Vinovita, sem muro e bem arborizada, observamos várias toras de madeira nobre, que a mesma nos relatou que são utilizadas pelo seu marido, que trabalha com equipamento muck.

Foto: J. R. T., Maio/2016

No final da Avenida da Consolação, em uma chácara às margens do Ribeirão Arareau (Foto 5.20), divisa dos bairros Jardim dos Pioneiros e Centro B, conversamos com o proprietário, o Sr. Valdir Siqueira, 66 anos, morador da região há 25 anos.





Foto 5.20- Jardim dos Pioneiros- vista da chácara Sr. Valdir, um ambiente bem agradável, arborizada, casa não é murada. Foto: J. R. T., Maio/2016

O morador disse que é uma região calma, que não tem problema com violência e assalto, especialmente depois da morte de alguns presidiários na Mata Grande. Relatou ainda, que mora com a filha, gosta muito da localização de sua moradia por ser próxima, ter fácil acesso ao centro da cidade e ao mesmo tempo por ser muito tranquila, próxima da natureza. Este relato demonstra a relação de proximidade do morador com o rio.

Declarou que na atualidade, o Ribeirão Arareau está preservado e voltou a ter peixe nas suas águas após a retirada do esgoto, disse ainda que o esgoto daquela região é direcionado para o ponto de coleta na Vila Mamed. Contou que não sofre há alguns anos com o problema de enchente, que a última foi em 2005 e chegou bem próximo da sua casa. Para finalizar ele relatou que se considera “vizinho do Arareau” e que isso é muito bom. (negando assim a afirmação de outros moradores em relação à limpeza do rio).

Este vínculo de afetividade se confirma também ao andarmos pela Rua Luiz P. Santana (Foto 5.21), margem do Ribeirão Arareau, onde podemos observar algumas moradias muito próximas à margem do Arareau, em uma área considerada pela prefeitura como Área de Risco (APP) por conta das enchentes.



Foto 5.21- Ribeirão Arareau, Rua Luiz P. Santana, Sr. José Fernandes e seu filho. O morador disse que até pouco tempo atrás, antes de sofrer um AVC cuidava, limpava e preservava a região, mas que os moradores de fora não respeitam e visitam o local, jogam lixo e não se preocupam.

Foto: J. R. T., Maio/2016

No local, conversamos com a família do Sr. José Fernandes, 78 anos, que mora há 40 anos na região. Ele nos contou que o Rio Arareau agora está muito sujo e admira como as pessoas tem coragem de tomar banho, comer os peixes do rio, por conta do esgoto.

O Sr. Luiz nos relatou ainda que as casas em frente a sua foram notificadas pela prefeitura, mas segundo a medição da prefeitura, Semma, a sua casa ficou de fora da área de risco. Na foto 5.22, podemos registrar a imagem das casas que estão em Área de Risco (APP).



Foto 5.22- Casa de frente ao Sr. Luiz, onde moradores tiveram que desocupar por ser uma área de inundação na época das cheias. Foto: J. R. T., Maio/2016

Em todos os exemplos apresentados e para os moradores com quem conversamos a casa, o lugar de moradia é o que oportuniza a identidade, o sentimento de pertencimento. A cotidianidade, nestes trechos, revela o lado dúbio da dominação da vida (a miséria e a grandeza), que são a base do entendimento da vida em sociedade.

A produção dos espaços urbanos nos proporciona uma vida cotidiana imediatista e fragmentada a partir da ideologia do “crescimento”, do “progresso” e do (des) envolvimento, que na realidade promove cada vez mais a negação, o não pertencimento aos cidadãos.

Mesmo desta forma, percebemos o sentido da noção do pertencimento na fala dos moradores, por exemplo, quando falam da vida de antigamente, da relação de afetividade com o seu pedaço de terra. Consideram que as transformações por que passou o seu local de vivência foram negativas e trouxeram melancolia às suas vidas.

Este processo de desenvolvimento promoveu os desencontros, a coexistência de tempos no espaço urbano e uma espécie de lacuna de vida, fragmentados.

Este viver em fragmentos promove a negação da vida, do eu, da vida social, esta é a tragédia da modernidade. Os espaços fragmentados representam as lacunas inanimadas, sem tradição, onde a memória dos moradores está ligada às dificuldades de reprodução da vida.

Observa-se também na cidade que, entre os principais agentes envolvidos nesse processo de transformação do conteúdo urbano, destacam-se os poderes político e econômico, que, em “parceria”, impactam sobre a produção do espaço e o cotidiano da cidade. Nos últimos anos, notadamente na última década, o número de construção de novos empreendimentos, em especial os condomínios e/ou loteamentos fechados é característica da produção do espaço urbano em Rondonópolis.

Percebe-se a diferença de pertencimento entre o morador à margem dos cursos d’água e os demais moradores distantes das margens.

### **5.3.3 A coexistência de ritmos no espaço urbano**

Os processos de transformação se repetem e muitas vezes se entrelaçam simultaneamente, reproduzindo velhas e novas relações em um mesmo espaço.

Fica evidente assim, a coexistência de várias temporalidades no espaço urbano de Rondonópolis, onde as relações sociais não têm a mesma idade, nem são uniformes e, na realidade sobrevivem a certos momentos, circunstâncias históricas, como podemos destacar.

Na região das Chácaras Globo Recreio podemos observar que o loteamento é de padrão de chácaras, de classe média baixa. Conversamos com o Sr. Carlos Eduardo, morador e proprietário de um bar e mercearia no local (Foto 5.22). Ele nos relatou que se mudou para o bairro há pouco tempo, disse ainda que a metragem padrão das chácaras é de 50x100m, enfatizou que observássemos as construções das casas do programa MCMV que foram construídas a partir do desmembramento de algumas chácaras à margem da Rodovia MT 130. Ao atravessarmos a Rodovia MT 130, adentramos no bairro Micro Distrito da Vila Operária (Fotos 5.23 e 5.24)



Foto 5.23- Chácara Globo Recreio – bairro de chácara de classe média baixa, dentro do perímetro urbano, esta região está passando por um processo de reorganização do espaço urbano com a instalação de indústrias, núcleos habitacionais MCMV. Observamos na foto, um dos poucos comércios do bairro. Foto: A. A. P., Maio/2016



Foto 5.24- Micro Distrito da Vila Operária observamos a construção de galpões e de algumas empresas que serão transferidas para o local. Foto: A. A. P., Maio/2016

Importante ressaltar que este distrito industrial foi aprovado com o objetivo de transferir empresas que estavam em locais irregulares devido às exigências do Código de Obras e Postura e do Zoneamento Urbano, tais como marcenarias, serralherias que se encontravam em áreas residenciais, portanto, em locais indevidos para o desenvolvimento da atividade econômica.

Neste ponto podemos observar a presença do velho e do novo na constituição do espaço urbano, de um lado da rodovia uma chácara antiga, onde tinha um senhor envolto com seus afazeres e atividades cotidianos e no outro lado, o parcelamento do solo urbano para a construção de moradias do programa MCMV.

Ao analisar este processo de expansão tanto da área urbana como da economia da cidade, fica evidente como o espaço se produz e reproduz para atender a lógica do capital, ficando evidente a produção de novas espacialidades.

Compreende-se que, atualmente em Rondonópolis, encontramos diversos agentes que agem na execução da apropriação do espaço urbano, entretanto, esses promotores adotam o capital e o poder como condição essencial da produção, executando apenas o molde atual do mercado, fundamentado apenas na produção capitalista, que fomenta uma organização da malha urbana de forma hierárquica, baseada no poder aquisitivo de seus moradores, o que produz formas de segregação induzida.

As persistências e rupturas não se evidenciam apenas na paisagem, mas principalmente nas relações sociais, nas relações homem-natureza e suas interações. Relações estas que perpetuam, transformam e são recriadas no decorrer do tempo, conforme podemos observar em alguns pontos do trabalho de campo.

As fotos 5.25, 5.26 e 5.27 atestam a coexistência de ritmos no fragmento espacial do Ribeirão Arareau, o ritmo da relação homem-natureza. No final da avenida Mário B. Costa, à margem do Ribeirão Arareau, encontramos uma área de mata ciliar preservada pelos moradores (Figura 5.26).



Foto 5.25- Jardim Brasília, na Av. Marechal Rondon a margem do Ribeirão Arareau está cercada e com várias placas incentivando a preservação, e os moradores a não jogar lixo nesta área.<sup>72</sup>

Foto: A. A. P., Maio/2016



Foto 5.26- Jardim Brasília, na Av. Marechal Rondon, observamos também bem próximo a margem do Córrego Arareau algumas construções do programa MCMV.

Foto: A. A. P., Maio/2016

<sup>72</sup> Estas ações que objetivam a preservação das margens e restauração da Mata Ciliar são desenvolvidas através da parceria entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e algumas Ongs ambientais.



Foto 5.27- Jardim Brasília, final da Av. Mario B. Costa, encontramos uma área preservada, com Mata Ciliar e podemos observar alguns rapazes tomando banho no rio. Segundo um deles o nível do rio é baixo neste local e que consideram o rio limpo.

Foto: J. R. T., Maio/2016

No Residencial São José, próximo às margens do Ribeirão Arareau, podemos observar duas quadras onde estão sendo construídas casas para serem vendidas pelo financiamento MCMV (Figura 5.28). Conversamos com o Sr. Galeno Esteves, proprietário da área (2.200 m<sup>2</sup>) e construtor das casas para venda, ele disse que a maioria delas já está vendida pelo valor de 125.000 cada. Ele nos falou que considera importante os estudos sobre a preservação dos cursos d'água e nos relatou que todo o processo de construção das casas à margem do Rio Arareau atendeu a legislação ambiental vigente.





Foto 5.28- Ribeirão Arareau - Residencial São José, construções Minha Casa Minha Vida  
Foto: J. R. T., Maio/2016



Foto 5.29- Ribeirão Arareau - Jardim Santa Laura, podemos observar uma área onde existe uma criação de cavalos pelos moradores. Os moradores que estavam no local nos relataram que naquele ponto, há 40 anos atrás, eles podiam beber a água do Arareau, podiam pescar piraputanga a vontade.  
Foto: J. R. T., Maio/2016

No local da foto 5.29, os moradores disseram ainda que quem “acabou” com o ribeirão foi o Sr. Carlos Gomes Bezerra, atual deputado federal pelo estado de Mato Grosso e nos

perguntou se iríamos trazer o rio de volta. Relataram ainda que o Arareau está cheio de terra devido as atividades das dragas de areia que provocaram o assoreamento. Falaram ainda que o local da nascente do rio é depois da divisa de Rondonópolis com Poxoréo, no sítio do Sr. Zé Abadia, pai de um advogado morador aqui da cidade. Atestando assim, o fundo ideológico na fala dos moradores, e a influência dos ritmos políticos no cotidiano da população.

No Jardim Tancredo Neves (Foto 5.30), na Rua Irerê com avenida Graciliano Ramos, divisa dos loteamentos Jd. Tancredo Neves e Jd. Rui Barbosa, conversamos com o Sr. Pedro, morador e proprietário de uma funilaria naquele local. Ele nos relatou que o Córrego Escondidinho de escondido não tem mais nada pois já acabou praticamente. Disse que está muito diferente do que era antigamente.



Foto 5.30- Córrego Escondidinho- Jardim Tancredo Neves, local de moradia e de trabalho do Sr. Pedro. Foto: A. A. P. Maio/2016

No Jardim Rui Barbosa, observamos um muro alto em uma grande propriedade no outro lado da avenida Graciliano Ramos, que o Sr. Pedro nos disse ser da Empresa Caibiense, uma empresa de Biodiesel. Ao seguirmos pela avenida até a ponte sobre o Córrego Escondidinho (divisa com o loteamento Rosa Bororo) podemos ver o processo de degradação daquele curso d'água.



Foto 5.31- Jardim Rui Barbosa, muro da empresa de biodiesel Caibiense.

Foto: A. A. P. Maio/2016

É indispensável refletir sobre a maneira que estas modernidades espaciais e sociais incorporam os direitos fundamentais dos cidadãos, pois cada vez mais percebemos a construção de espaços excludentes e segregatórios. O espaço urbano, neste contexto é entendido como campo de estratégia da reprodução social.

E os cidadãos que habitam as cidades, acabam se tornando um mero consumidor de todo este processo. Em Rondonópolis este movimento não é diferente, e podemos compreender isto nas várias falas recolhidas nesta pesquisa, com os moradores ribeirinhos.

Para estes moradores a lógica presente é a da vida, da cidade, do rio como o seu lugar de moradia e de realizações e não a da apropriação do capital. Evidencia-se também o cuidado com o lugar de moradia e o sentimento de pertencer a este local.

#### **5.3.4 Os novos fragmentos espaciais**

Podemos citar no espaço urbano de Rondonópolis inúmeros exemplos de locais fragmentados, que na realidade se assemelham por reproduzir a mesma lógica de apropriação do capital mas se contradizem em suas relações espaciais e sociais.

O Loteamento Royal Boulevard do Cerrado é um condomínio fechado de classe média alta, encontra-se em fase de construção de infraestrutura e já está em processo de venda. Uma característica marcante é o muro de aproximadamente 1km, que separa o condomínio do seu entorno. (Fotos 5.32 e 5.33).



Foto 5.32- Loteamento Boulevard do Cerrado – vista do canteiro de obras do condomínio.

Foto: A. A. P., Maio/2016



Foto 5.33- Muro que separa e divide os limites do Condomínio Boulevard do Cerrado

Foto: A. A. P., Maio/2016

A integração de novos espaços na área urbana de Rondonópolis atualmente se dá a sudeste e noroeste da mancha urbana, especialmente com a incorporação de novos loteamentos de classe média baixa.

No vetor norte da mancha urbana, na região do Loteamento José Moraes podemos verificar a incorporação novos loteamentos no período de 2014 a 2016. Ao observarmos a região durante os trabalhos de campo podemos evidenciar o padrão das construções e o modo de vida da população.



Foto 5.34- Na área do Loteamento Rosa Bororo uma placa de propaganda do loteamento podemos observar as formas de financiamento e as vantagens oferecidas para os interessados em adquirir os terrenos, como a não consulta aos órgãos SPC e Serasa.

Foto: A. A. P., Maio/2016

O loteamento (Foto 5.34) já conta com infraestrutura básica como asfalto e rede elétrica. Conversamos com o Sr. José Rosa, que é o responsável pela equipe de segurança do Loteamento, ele nos relatou que o empreendimento foi construído pela Construtora Jota Virgílio e que muitos lotes já foram vendidos, mas, considera que o que está prejudicando a venda no momento é o mato alto que cresce nos lotes e nos canteiros das ruas, já pavimentadas.

Enquanto estávamos conversando com o Sr. José, chegou no local o Sr. Sidnei Muniz, irmão do prefeito Percival Muniz, mas disse não ter relação com o governante e que é o responsável pelas máquinas que fazem a limpeza do loteamento.

Ao atravessarmos a Rodovia BR 364, chegamos ao Jardim Residencial João Moraes (Foto 5.35), que é um loteamento construído recentemente e financiado pelo programa MCMV, ao andar pelo bairro, observamos que muitas casas já estão sendo modificadas e ampliadas.

Conversamos com a Sra. Luzinete, moradora do bairro há um ano, que nos relatou estar satisfeita com o local e a moradia que comprou, disse que o tempo de espera para a construção ficar pronta foi de três anos. A forma de aquisição foi uma entrada de R\$1.500,00 e o restante dividido em prestações de R\$424,00, disse não saber ao certo por quantos anos terá que pagar o financiamento.



Foto 5.34- Residencial João Moraes - Casas construção Minha Casa Minha Vida em uma área que anteriormente era uma ZUC (Zona de Unidade de Conservação)

Foto: J. R. T., Maio/2016

A moradora considera o bairro agradável devido ao contato com a natureza, pois mora em frente a uma mata que é uma ZUC (Zona de Unidade de Conservação), disse que a casa é fresca e agradável já que foi construída na laje. Ela nos disse que a área antigamente era de propriedade da empresa Lance Livre Leilões.

Relatou-nos ainda que o único problema do bairro é a questão da violência, onde os bandidos estão entrando nas casas e violentando as moradoras durante o dia. Disse que no momento em que chegamos estava ligando para a polícia, pois tinha um homem estranho em uma moto a mais de duas horas parado quase na esquina de sua casa, e por isso estava muito nervosa naquele momento.

Enquanto conversávamos com ela, o carro da polícia passou atrás do suspeito. A moradora ainda nos disse estar muito difícil conviver com este problema da violência, já que

sofreu um acidente, precisa ficar em casa a maior parte do tempo, sem poder sair e fazer os afazeres domésticos no quintal. Inclusive, contou estar preocupada porque sua filha colocou grade nas portas, nas janelas e que parece não ser permitido alterar as construções por um determinado período. Mas, observamos que muitos moradores fizeram o mesmo que a Sra. Luzinete, instalando grades de proteção em suas casas.

Em determinado ponto no Jardim do Parque observamos um vale, seguimos na Rua Prolongamento da Rua Rio Branco, passamos pelos loteamentos José Sobrinho e Jardim da Mata.

No vetor sudeste da cidade, podemos verificar também o avanço de equipamentos urbanos juntamente com o lançamento de novos empreendimentos imobiliários residenciais. Este movimento de integração de novas áreas à esfera da cidade promove um processo de desintegração, fragmentação da vida social e de novas relações espaço-temporal.

Estas novas relações espaço temporal influenciam diretamente no ritmo cotidiano da população, a partir da instalação de novos equipamentos, novas funções (relações comerciais do setor terciário, vias de acesso, trajetos ao trabalho, etc).

Dessa forma, entende-se que para compreender a dinâmica do processo de urbanização de Rondonópolis atualmente, é indispensável analisar suas produções socioespaciais e culturais ocorridas através dos tempos, conforme analisamos no capítulo dos Resultados, sobre *Os ritmos analítico-regressivos (1902- 2016) da cidade de Rondonópolis (MT)*.

De acordo com Carlos (2007a, p. 117), o tempo é um bem supremo, e “significa a apropriação dos lugares de realização da vida e neste sentido, se coloca o direito à cidade, produzindo uma identidade capaz de negar a identidade abstrata produzida pelo desenvolvimento do mundo da mercadoria”.

### **5.3.5 O uso do solo e a produção do espaço urbano de Rondonópolis (2016)**

As cidades, e, sobretudo as grandes, ocupam, de modo geral, vastas superfícies, entremeadas de vazios. Nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infraestruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia (SANTOS, 1993, p. 95).

Para a produção do cartograma síntese do trabalho, a partir das pesquisas de campo e posterior análise dos dados quantitativos e qualitativos possibilitou-se compreender o processo de uso e produção do solo urbano, suas relações socioeconômicas e ambientais, que se estabelecem entre os diversos usos dos espaços constituídos. Estes resultados foram especializados na prancha 5.8.

Cabe-se enfatizar que o não é uma representação meramente cartográfica, e sim interpretativa, por ser mais ampla e abrangente, o que fundamenta a análise da realidade explicada.

Observa-se que os traços e as delimitações das propriedades e atributos não são geométricos, porque entendemos que a realidade não possui limites rígidos e sim, envoltórios. Portanto, o limite das categorias de análise não respeita o limite oficial dos bairros.

Percebe-se assim, que os processos econômicos e sociais se repetem a partir da temporalidade, no tempo e no espaço, seja em nível de bairros ou mesmo no seu interior a partir dos fragmentos espaciais (exemplo disto é o bairro Vila Aurora, onde em meio a grandes construções observamos graves problemas sociais e ambientais).

Neste caso, as reproduções podem se dá de forma rápida e permanente através de processos de implosão-explosão, originando novas fragmentações, novos núcleos urbanos (no caso de surgimento de vários loteamentos que modificam a estrutura e remodelam os espaços urbanos).

Ao analisar o processo histórico e a partir da relação Centro –Periferia, entendemos e dividimos o espaço urbano da cidade de Rondonópolis em três categorias de análise: I- Área Central, II- Área de Transição, III- Área Periférica. Dentro destas áreas foram feitas subdivisões, pois como o espaço urbano não possui homogeneidade no tempo e no espaço, esta é uma melhor representação para se entender a realidade explicada.

A Área central- I foi subdividida em 1- Área histórica, 2- Área de comércio e serviços, 3- Área Residencial 1- renda média e alta e 4- Área Residencial 2- renda baixa.

A área história é a parte onde iniciou-se a cidade às margens do Rio Vermelho. É a região do Cais, e do início da Avenida Marechal Rondon que ainda difere-se das outras áreas centrais até mesmo pelo tipo das construções. A área de comércio e serviços é a região dos bairros Centro A e Centro B e as áreas onde predominam as atividades comerciais e os serviços de saúde, bancários. A Área Residencial 1- renda média e alta são as áreas de ocupação estabilizada na região central com predomínio de população de classe média e alta e a Área Residencial 2- renda baixa são as áreas centrais ocupadas com população de classe baixa, estas



áreas foram ocupadas às margens do Rio Vermelho, e em muitas vezes em situação de ocupações irregulares.

Na área de transição- II, são as áreas onde existe uma certa homogeneização dos serviços, construções e infraestrutura. As áreas de transição foram subdivididas em 1- Centralidades Bairros, 2- Condomínio horizontal de Renda Média, 3- Condomínio Horizontal de Renda Alta, 4- Núcleos Habitacionais Renda Média e Alta.

As áreas de Centralidade dos bairros são as novas centralidades que surgiram no espaço urbano dentro dos loteamentos. São áreas onde a população tem acesso às atividades de comércio e serviços sem precisar se deslocar à região central. Estas centralidades contam com serviços bancários, lotéricas. Como exemplo podemos citar a Av. Lions Internacional na Vila Aurora que tornou-se o foco de atração do comércio em geral que converge com a Av. Brasil e Av. Júlio Campos mais recentemente. Podemos citar ainda, a área de abrangência dos bairros Vila Operária, Jd. Atlântico, Pq. Universitário, Conjunto São José.

Dentre os condomínios de Horizontais de Renda Alta destacamos o Condomínio Village do Cerrado, o Condomínio Boulevard do Cerrado (que está em fase de construção), o Condomínio Schefer Ville e os Condomínios do Bosque I e II, estas áreas vem atraindo a população de classe alta por conta dos serviços de lazer, segurança que são oferecidos.

Entre os condomínios Horizontais de classe média, destacamos o Condomínio Terra Nova. Cabe enfatizar, como já foi mencionado, que esta dinâmica espacial de condomínios horizontais tende a ser alterada pelos novos processos de desmembramentos das chácaras. Já que novos loteamentos de pequeno porte estão sendo construídos.

Esta tendência de construção de condomínios fechados representa a produção de uma nova lógica do “morar”, onde a cidade é vista para os moradores como algo perigoso, o que reafirma uma tendência de um novo estilo de vida, de “auto segregação” do contexto urbano.

Dentre os Núcleos Habitacionais de Classe Média e Alta, destacamos a região da Vila Aurora I, II, e III, Pq. Real, Coopharondon, Colina Verde (que se localiza no loteamento Pq. Res. Sagrada Família).

A Área Periférica- III foi subdividida em treze regiões: 1- As áreas de expansão e ocupação recente, que são os novos loteamentos que surgiram após 2010; 2- Áreas de especulação Imobiliária, que são as áreas onde ainda predominam os vazios urbanos internos e que na atualidade passa por um processo de ocupação, 3- Os loteamentos em fase implantação são aquelas áreas que já foram aprovadas como loteamentos, mas que ainda não foram ocupadas. 4- Os loteamentos de chácaras são aquelas áreas ocupadas principalmente para o

lazer nos finais de semana e em sua maioria situam-se às margens do Rio Vermelho na porção leste. 5- Dentre os conjuntos habitacionais espacializamos as áreas de classe média e baixa. Nas áreas de 6 a 13, foram espacializadas as áreas de ocupação estabilizada, os bairros mais antigos. Nesta delimitação tomamos como referência um bairro principal para nomear a região.

Estas áreas de especulação imobiliária são tomadas pelos agentes imobiliários como fronteiras econômicas e são utilizadas como tal para a reprodução capitalista, são os verdadeiros espaço mercadoria no contexto urbano de produção na cidade, conforme já citamos nos capítulos anteriores.

Cabe neste momento, ao analisar as áreas periféricas da cidade e processo de especulação imobiliária, entender as consequências do PMCMV para a produção do espaço urbano na cidade.

Infelizmente, a forma como foi elaborado o PMCMV entre o governo federal e as construtoras incorporadoras, em nível nacional, pode-se de modo geral considerar que o que se verifica não é uma política habitacional, mas sim uma nova forma de permitir a consolidação e a expansão da produção imobiliária, pois, por meio do programa as empresas conseguem produzir empreendimentos para segmentos econômicos mais baixos produzindo em regiões periféricas onde o preço da terra é barato e assim não comprometendo o lucro das empresas.

Em Rondonópolis, este processo não se deu de forma diferente, verificamos cada vez mais uma nova definição do uso do solo urbano para atender às demandas dos incorporadores imobiliários. Isso, porque emergem regiões com altos preços imobiliários o que concomitantemente faz com que o acesso a essas áreas seja seletivo. Como consequência os mais pobres se veem obrigado a procurar locais muitas vezes desprovidos de infraestruturas, onde a o preço da terra seja mais barato, nas áreas periféricas e distantes.

Na Área IV foram especializados os quatro distritos Industriais da Cidade: Distrito Industrial de Rondonópolis, Pq. Industrial Vetorasso, Pq. Industrial Fabrício Vetorasso e o Microdistrito da Vila Operária e as áreas de poder como o 18º GAC e a UFMT.

Na Área Ambiental – V podemos destacar as APPS e a área do Horto Florestal, localizada no quadrante Sul da cidade, após o Rio Vermelho e próxima ao Horto Florestal. Como já visto anteriormente, esta é uma área pertencente à família Goulart e se caracteriza pela proximidade com a única reserva “natural” de Rondonópolis.

Como referência, também foram especializados neste cartograma, o limite do perímetro e da mancha urbana, a drenagem urbana e as principais vias de acesso.

Consideramos ser este cartograma a síntese deste trabalho de pesquisa porque ele representa de forma sucinta todos os processos de construção e produção da mancha urbana de Rondonópolis, e demonstra como os ritmos (físico, biológicos e sócias) estão interligados, como nos propusemos a investigar.

## 6 CONCLUSÕES

O método regressivo-progressivo contribuiu de forma contundente para o entendimento do objeto de estudo da pesquisa, pois permitiu a decomposição das complexidades envolvidas no espaço urbano da cidade de Rondonópolis no tempo e no espaço.

A partir das análises ficou evidente que precisamos trabalhar em conjunto a prática e a teoria, na tentativa de romper com a exterioridade recíproca de tudo o que é natural e social e com a separação dos elementos constitutivos da totalidade, o que é próprio da modernidade.<sup>73</sup>

Lefebvre acredita que o presente por si só não esclarece o real, por isso propõe a regressão para encontrar um marco de mudança. O método dialético de investigação nos proporcionou enxergar que por trás da proposta de coerência do modo de produção capitalista, existe um rico processo de contradição.

A dialética, desta forma, nos permitiu reconhecer onde está o antigo, o novo, o diferente, pois é na relação dialética destes três ritmos que o sistema de produção do espaço urbano se fundamenta.

Conseguimos desta forma, alcançar o objetivo teórico principal desse estudo era apropriar-nos da noção de ritmo, com o intuito de integrá-la às análises, reflexões geográficas e, nos parece que essa noção permite tratar de práticas sociais pouco consideradas, enquanto possibilita vislumbrar novos horizontes na restituição do urbano, enfatizando novas relações possíveis entre o vivido e o concebido na perspectiva traçada pelo filósofo Henri Lefebvre.

Assim, ao apropriarmos da ritmanálise para tratar da diferença e das rupturas dos ritmos do cotidiano, conseguimos enxergar as múltiplas contradições apresentadas no espaço urbano de Rondonópolis e aprofundar essa articulação entre o tempo e o espaço.

A pesquisa sobre a produção do espaço urbano de Rondonópolis indica a ampliação da segregação, do modo de vida fragmentados e determinados pelo consumo de mercadorias tanto espacial quanto socialmente.

As práticas socioespaciais desenvolvidas no espaço urbano da cidade apresentam diversidade e também uma grande complexidade, que são produtos da dialética constante em meio à lógica de reprodução capitalista (ordem distante), especialmente voltada ao agronegócio e da reprodução da vida (ordem próxima).

---

<sup>73</sup> DAMIANNI, 2012

Os princípios da totalidade, a partir do entendimento de uma realidade, nos possibilita trabalhar outras, mesmo que sejam totalmente diferentes a nível territorial, espacial e temporal.

As análises da atualidade e dos processos histórico-genéticos da cidade nos permitiram compreender dialeticamente as persistências/continuidades, as transformações, a coexistência do novo e o velho e, principalmente o movimento da totalidade com suas semelhanças e diferenças.

Diante do exposto, nota-se que alguns elementos-chave para a compreensão da urbanização de Rondonópolis passam pelo crivo das rendas da terra e imobiliária. Inicialmente, os vazios urbanos representados por fazendas e lotes em diferentes pontos da cidade são, em parte, prováveis zonas de expansão urbana do capital, que vem se sujeitando historicamente a uma lógica mercadológica do espaço, liderada principalmente pelo capital imobiliário atrelado ao capital financeiro internacional.

A produção do espaço na urbanização contemporânea de Rondonópolis nos mostra as facetas da expansão dos negócios imobiliários em direção às periferias. Em outras palavras, a estrutura urbana nos revela e reproduz as desigualdades no que concerne à distribuição do poder social, entendido aqui como a capacidade diferenciada que cada grupo da sociedade possui em se localizar em determinados espaços, como no caso do ritmo das incorporações políticas e imobiliárias.

Evidencia-se que a partir do histórico de apropriação, que o espaço de Rondonópolis e de sua aglomeração vem se (re) produzindo, não somente com finalidade de cumprir uma função social. O poder público vem criando mecanismos para que os proprietários fundiários e promotores imobiliários tenham suas rendas aumentadas, ora via aprovação de leis ilegais como a alteração de áreas ambientais, ora por meio aprovação de extensão do perímetro urbano, ora por meio do PMCMV, que, em partes, pode até ter aumentado o acesso à moradia, mas não democratizou o acesso à cidade.

Cabe entender que este acesso à cidade não se dá somente pelo título de propriedade e sim, por um acesso à dignidade social. O direito à cidade deve ser entendido como o envolvimento do ser humano em sociedade atuando na prática socioespacial enquanto agente participativo do processo, não entendendo a questão da moradia e o direito à cidade em um contexto banalizado pela propriedade privada.

A discussão que se torna pertinente a partir daí se refere ao reconhecimento da reprodução das desigualdades sociais em novos patamares, um aumento da base social de reprodução capitalista, que se resolve na produção de um cotidiano desigual em novos espaços

que se revelam, inclusive, em seu conjunto, como novas franjas de valorização/capitalização imobiliária nas periferias. Esse processo, ao mesmo tempo em que inclui alguns, certamente também espolia outros, os mais pobres entre os empobrecidos, que podem ser banidos para espaços cada vez mais distantes.<sup>74</sup>

Desta forma, os cidadãos vivem em uma vida cotidiana fragmentada, pois os tempos e os espaços de sua vida são organizados, cindidos e disciplinados por uma lógica que produz um estranhamento do habitante com a cidade<sup>75</sup> e em um ritmo de vida calcado na dualidade de espaços, de lógicas de produção contraditórias.

Mesmo reconhecendo todo este processo de produção do espaço da cidade voltado para a lógica capitalista, ficou claro nos trabalhos a campo que para os cidadãos a lógica presente não é a da cidade como mercadoria e sim, a lógica da cidade como lugar de moradia, de sentimento e de realizações, o que valida a nossa proposta de pesquisa.

O espaço urbano de Rondonópolis, mesmo com todas as alterações promovidas com o ritmo do processo de urbanização ainda guarda remanescentes dos ritmos naturais, conforme podemos observar em campo, o ritmo das cheias, das vazantes, da vegetação. Isto comprova que os ritmos naturais ainda se sobrepõem aos ritmos socioeconômicos e culturais.

Existem portanto, várias (i) “lógicas” presentes:

- a) do prefeito que pratica ocupação irregular;
- b) de grupos sociais que articulam processos de ocupação em APPs;
- c) de gestor municipal que reproduz a lógica de especulação do MCMV;
- d) A do morador de APP que tem a percepção do curso d'água considerando-o limpo (Ex: Ribeirão Arareau);
- e) A do morador de APP que considera o contrário da situação anterior;
- f) A prática de alguns moradores em tentar preservar as áreas de APP, morador ou não;
- g) A postura dos moradores que consideram o que é público e coletivo como propriedade de ninguém;
- h) A ação do poder público em relação às APPs ultimamente, envolve um outro período, ou, um outro ritmo. Da construção do espaço pelo morador à desconstrução por ação do MPE.
- i) A legislação ambiental pós 1988 incentivou uma nova forma de se encarar o ambiente. A ação efetiva do MPE implica em certos conflitos junto à população de

---

<sup>74</sup> VOLOCHKO, 2012

<sup>75</sup> PADUA, 2008

mais renda. Houve um momento de ocupação, seguido de outros momentos de desocupação, como podemos observar nos trabalhos de campo.

- j) Os caminhos do MCMV, pressupõe uma nova política de governo, diferentemente de quando envolve o indivíduo e a construção do imóvel individualmente.

Neste contexto, o fundamental é resgatar o valor de uso do espaço a partir da única realidade sensível e prática que ainda conserva para nós esta representação: o vivido. Trata-se de valorizar espaços diferenciais em contraposição às representações abstratas do espaço baseado na repetição e na racionalidade consumista. É verdade que a teoria marxista encontra-se em um momento crítico. Porém, o método dialético, ainda pode contribuir para apreensão do concreto, preenchendo o abismo epistemológico. Em uma sociedade em que se busque a libertação das coerções políticas e economicistas, a teoria do espaço social, entendido como um movimento do pensamento passa a servir e dá sentido para a construção de uma nova realidade.<sup>76</sup>

Desta forma, devemos refletir intelectualmente e de forma dialética, a partir do entendimento do vivido, na tentativa de interpretar a realidade a partir da integração da investigação metodológica e os princípios da realidade vivenciada pelos indivíduos, ou seja, sempre buscando métodos científicos que nos transmitam a apreensão da realidade em sua totalidade e não processos fragmentados da mesma. Assim seria possível uma atuação real para essa transformação sócioespacial com base na ideia de “direito à cidade”.

Cabe ressaltar, que compreender a totalidade dos ritmos (físicos, biológicos e sociais) de Rondonópolis é uma tarefa difícil dada a complexidade da realidade apresentada, e este, como o título já diz é um pequeno ensaio para se alcançar este objetivo maior.

A partir deste contexto avaliamos de grande relevância as discussões acadêmicas dos profissionais da Geografia em relação aos trabalhos epistemológicos de discussão e reflexão que objetivam as várias leituras das realidades constituídas e reconstituídas pelos movimentos sociais. Já que constatamos que vários autores regionais já expuseram as consequências das intervenções públicas locais, no entanto, poucos discutem a reprodução da vida humana nos atos do cotidiano.

Espera-se assim, que esta apropriação que efetuamos do ritmo para o entendimento do espaço urbano de Rondonópolis possibilite ampliar o leque de opções para outros pesquisadores e estudos, com outras problemáticas e abordagens sobre o espaço urbano da cidade.

---

<sup>76</sup> SOUZA, 2009

## REFERÊNCIAS

- BALBIM, R. e KRAUSE, C. **Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil**. Revista Brasileira de ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS V.16, N.1, p.189-201, / MAIO 2014 1 8 9.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001)**. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), 2001.
- \_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo Demográfico)**. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), 2010.
- \_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Estimativa da População)**. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), 2014.
- \_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. <http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas>
- CARLOS, A. F. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- \_\_\_\_\_, A. F. **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- \_\_\_\_\_, A. F. **O lugar no/ do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007
- \_\_\_\_\_, A. F., VOLOCHKO, D., ALVAREZ, I. P. (orgs). **A Cidade como Negócio**. São Paulo: Contexto Edições, 2015.
- DAMIANI, A. L. **Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia**. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume Especial 30 Anos (2012), p. 254-283
- DEMAMANN, M. T. M. **Rondonópolis-MT: campo, cidade e centralidades**. São Paulo: a autora, 2011 (Tese de Doutorado).
- ELY, D. F. **A compartimentação e a estruturação da paisagem do município de Rondonópolis- MT**, Dissertação de Mestrado, 1998
- ENDLICH, A. M. **Inovações na forma de reprodução, fluxos e territorialidade urbana**. Revista Formação: Cidade, Campo e Modernidade. Presidente Prudente: UNESP, 1997, p 49-73.
- FERNANDEZ, F. N. **Ocupação territorial e prioridades socioambientais no Centro - Oeste do Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 2011.
- FREHSE, F. **Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos da urbanização**. Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 100-118, jan.-mar. 2016.



- GOETTERT, A. de A. P. **Geografia da Violência: estudo de caso da cidade de Rondonópolis-MT- Brasil**, 2004 (Monografia de Graduação)
- HARVEY, D. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- INPE - **Catálogo de imagens**. Disponível em < <http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>>
- \_\_\_\_\_- **TOPODATA** - Banco de Dados Geomorfológicos do Brasil. Disponível em < <http://www.dsr.inpe.br/topodata/>>
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. (Tradução de Rubens Eduardo Frias). São Paulo: Centauro, 2011.
- \_\_\_\_\_, H. **Lógica formal e lógica dialética**. (tradução de Carlos Nelson Coutinho), 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991
- MARICATO, E. ARANTES. **A Cidade do Pensamento Único (Org.)**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINS, F. E. da S. **A Produção da Escala Metropolitana e do seu Pesquisador: Elementos de Ritmanálise**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Edição Especial, pp. 29 - 39, 2009.
- MARTINS, J. de S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- MOREAUX, M. P. **Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro Junho 2013. PUCRio- certificação digital 1112010/CA.
- NEGRI, S. M. O processo de segregação sócio-espacial no contexto do desenvolvimento econômico da cidade de Rondonópolis – MT / Silvio Moisés Negri. – Rio Claro: [s.n.], 2008.
- ORTIGOZA, S. A. Guarnieri. **As possibilidades de aplicação do método de análise progressivo- regressivo de Henri Lefebvre na geografia urbana**. Scielo Books. Editora Unesp, 2010.
- PADUA, R. F. de. **Produção e consumo do lugar: espaços de desindustrialização na reprodução da metrópole**. São Paulo, 2011. (Tese de Doutorado)
- \_\_\_\_\_, R. F. de. **Implicações socioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo**. São Paulo: FFLCH, 2008.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS. **Dados Gerais e Legislação Municipal**. 2011. Disponível em [www.rondonopolis.mt.gov.br](http://www.rondonopolis.mt.gov.br).
- \_\_\_\_\_. **Cadastro Multifinalitário – Núcleo de Geoprocessamento**, 2015.
- RODRIGUES, O. M. **Mobilidade urbana: análise, compreensão e perspectivas para Rondonópolis/MT**. Dissertação de mestrado. UFMT/CUR. Rondonópolis/MT: Outubro/2015.
- ROSS, J. L. S. **Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados**. In: Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n.8, p.63-74, 1993.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções sobre Território**. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- SANTOS. M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed.. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SEPLAN, 2012. **Diagnóstico Ecológico Econômico de Mato Grosso**. Disponível em <http://geoportal.seplan.mt.gov.br:8080/dsee/>
- SETTE, D. M. **O Clima Urbano de Rondonópolis (MT)**. Dissertação de mestrado apresentado ao Departamento de Geografia da USP, sob a orientação do Prof. Dr. José Roberto Tarifa. Laboratório de Climatologia-USP, 1996.
- \_\_\_\_\_, D. M. **Os Climas do Cerrado do Centro-Oeste**. Revista Brasileira de Climatologia, Vol. 1, Nº 1. Dezembro – 2005.
- \_\_\_\_\_, D. M. **O holorrítmo e as interações trópico extratropical na gênese do clima e as paisagens do Mato Grosso**. Tese de doutorado – F.F.L.C.H. Departamento de Geografia – USP: 2000.
- \_\_\_\_\_, D. M e TARIFA, J. R. **O holorrítmo, a ritmanálise e o(s) clima(s): uma contribuição Metodológica**. Revista Geonorte, edição especial 2, v.1, n.5, p.655 – 666, 2012.
- \_\_\_\_\_, D. M e TARIFA, J. R. **Clima e ambiente urbano tropical: o caso de Rondonópolis – MT**. Revista INTERGEO - Interações no Espaço Geográfico /Departamento de Geografia [do] Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS/Campus de Universitário de Rondonópolis CUR [da] Universidade Federal de Mato Grosso. – Ano 1, nº1 (2001). Cuiabá: Editora Universitária, 2001.
- SOUZA, C. B. G. **A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia**. Cofins- Revista Franco Brasileira de Geografia, 2009
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 7ª Ed., 1996.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. Da Unesp, 2004.

SUZUKI, J. C. **De povoado a cidade: a transição de rural ao urbano em Rondonópolis**. São Paulo, 1996. Dissertação (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo – USP.

TARIFA, J. R. **Os climas nos maciços litorâneos da Juréia-Itatins** – um ensino de ritmanálise – tese de livre Docência – DG.FFLCH – USP. – 477p., 2002.

TELES, C. G. de S. **Uma história da política habitacional de Rondonópolis ( 1969- 2015)**. Rondonópolis: UFMT, 2016 (Monografia de Graduação)

VOLOCHKO, D. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**. 2012. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo.

\_\_\_\_\_, D. **Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso**. Revista Mato-Grossense de Geografia - Cuiabá - n. 16 - p. 18 - 38 - jan/jun 2013

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A: Quadro 5.1

APÊNDICES B a I: Cartogramas

## GLOSSÁRIO

Alagamento: ponto de acúmulo de água pluvial.

Arborização: processo de plantio de árvores na Malha urbana.

Área de Preservação Permanente (APP) - Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo genético de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. (Novo Código Florestal - Lei nº 12.651/12)

Área urbana: conjunto das malhas urbanas de uma cidade.

Área Verde - Área livre de caráter permanente, com vegetação natural ou resultante de plantio, destinada a recreação, lazer e/ou proteção ambiental.

Aterro Sanitário: Local utilizado para disposição final do lixo, onde são aplicados critérios de engenharia e normas operacionais específicas para confinar os resíduos com segurança, do ponto de vista do controle da poluição ambiental e proteção à saúde pública.

Bacia hidrográfica – Unidade geográfica compreendida entre divisores de águas, que contém um conjunto de terras drenadas por um rio principal, seus afluentes e subafluentes.

Canalização e Retificação: é o conjunto de modificações no leito e no trajeto dos rios, ribeirões e córregos. A Retificação é tornar o curso (trajeto dos rios) do rio reto, geralmente curvos que acompanham o relevo. Canalização é cobrir o leito, ou a calha do rio com alguma superfície dura ou impermeável, geralmente concreto para moldar o leito.

Cidade: unidade de assentamento humano autônoma.

Drenagem Urbana: conjunto de técnicas para escoar e absorver a água e impedir inundações e alagamentos.

Especulação Imobiliária: artificialização dos preços da terra.

Imóvel: O lote, público ou privado, edificado, ou não, assim definido:  
a) imóvel edificado: aquele ocupado total ou parcialmente com edificação permanente;  
b) imóvel não-edificado: aquele não ocupado ou ocupado com edificação transitória, em que não se exerçam atividades nos termos da legislação de uso e ocupação do solo.

Impermeabilização do Solo: processo em que o solo perde sua capacidade de absorção (infiltração) da água.

Inundação: transbordamento do curso d'água.

Malha urbana: conjunto das construções e vias. Uma cidade pode ter mais de uma malha urbana.

Município: região administrativa. Um município pode ter mais de uma Cidade ou Urbe.

Perímetro urbano: linha que delimita a Zona Urbana.

Problemas Urbanos: dificuldades da urbanização.

Reflorestamento: processo de plantio ou replantio de árvores em matas.

Segregação Econômica: separação da sociedade por motivos econômicos e de renda.

Segregação Espacial: manifestação espacial da segregação social.

Segregação Social: divisão da população por motivos econômicos, étnicos com desvantagem para determinado grupo.

Sociedade: conjunto de pessoas.

Urbanização: processo de crescimento da densidade da Malha urbana.

Urbe: unidade de assentamento humano.

Usos do Solo: Diferentes formas de uso do território, resultante de processos de ocupação espontânea ou de processos de planejamento geridos pelo Poder Público. Os usos do solo podem se classificar de distintas maneiras e graus de detalhamento, de acordo com as exigências técnicas dos estudos que se estejam realizando, ou dos objetivos do processo de planejamento. A partir das classes de uso rural e urbano, estas podem ser subdivididas de modo a abranger as demais formas de ocupação (por exemplo, uso institucional, industrial, residencial, agrícola, pecuário, de preservação permanente).

Zona Rural: área do Município não pertencente à Zona Urbana.

Zona Urbana: área delimitada pelo Perímetro Urbano.